



COLEÇÃO
ANPUH/2023

*TANE MARIA DA SILVA BATISTA
DAVID DURVAL JESUS VIEIRA (ORG.)*

.....

HISTÓRIA, NATUREZA E CIÊNCIA

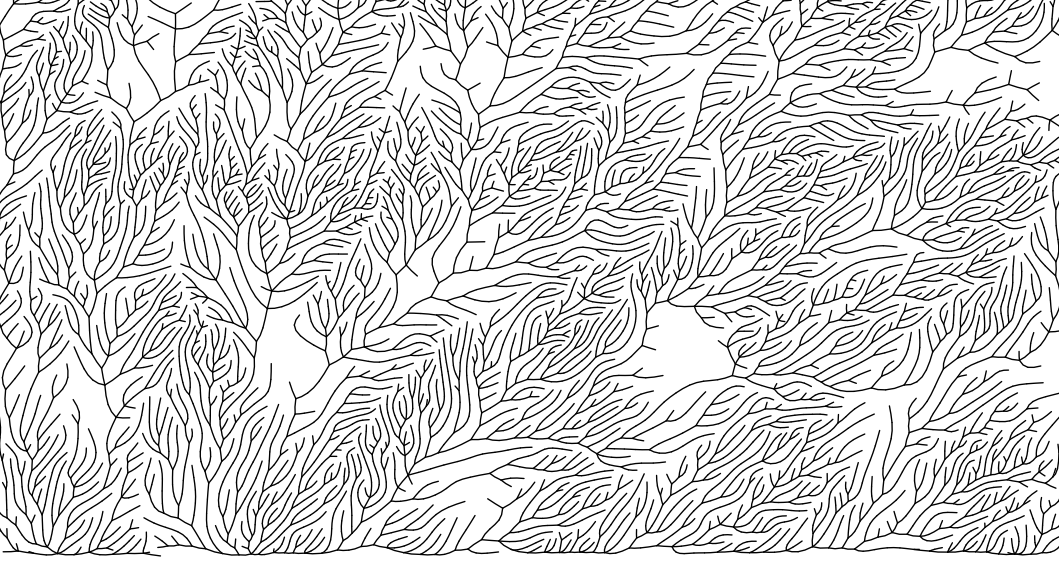

Editora
CABANA


ANPUH
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

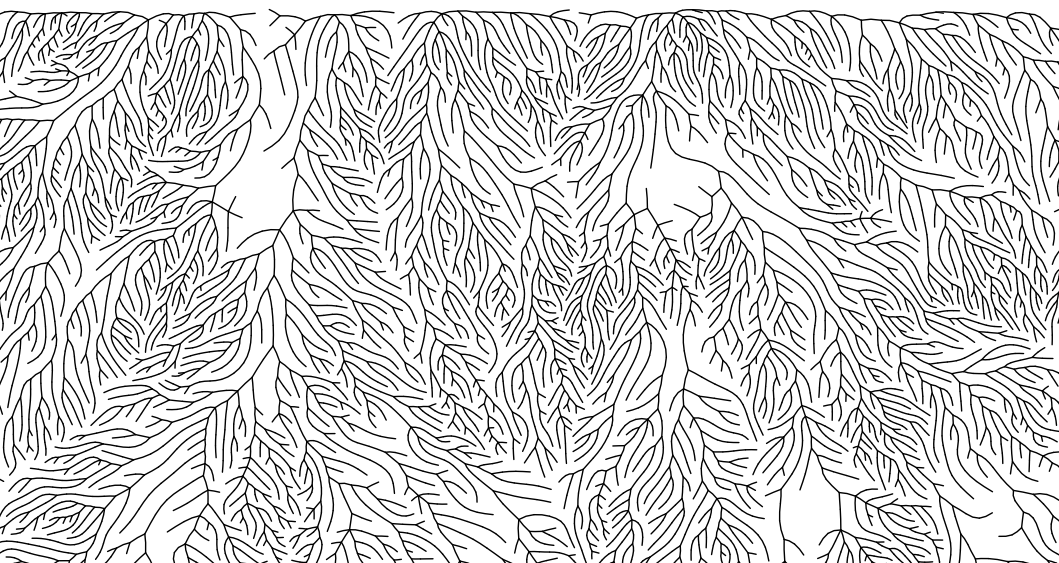


XIII

**ENCONTRO
DE HISTÓRIA
DA ANPUH - PA**



HISTÓRIA, NATUREZA E CIÊNCIA



JANE MARIA DA SILVA BATISTA
DAVID DURVAL JESUS VIEIRA (ORG.)



HISTÓRIA, NATUREZA E CIÊNCIA



ANPUH PA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

Copyright © by As organizadores
Copyright © 2023 Editora Cabana
Copyright do texto © 2023 Os autores
Todos os direitos desta edição reservados
© Direitos autorais, 2023, organizadores e autores.

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Diagramação, capa e projeto gráfico: Eder Ferreira Monteiro

Edição e coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto

Revisão: os autores

Crédito da imagem da capa: *Instituto Lauro Sodré, 1904*. Projeto Laboratório Virtual - FAU ITEC UFPA.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

História, natureza e ciência / Organizadores Iane Maria da Silva Batista, David Durval Jesus Vieira. – Ananindeua-PA: Cabana, 2023.

H673

Autores: Leila Mourão Miranda, Moisés Alves de Sousa, Ely Bergo de Carvalho, Franciane Gama Lacerda, Maurício José Quaresma Silva, Luiz Felipe Farias dos Santos, David Durval Jesus Vieira, Lizandra Costa da Silva, Sandra Melissa Moraes Fonseca, Cássia Natanie Peguim, Alberto Flavio Furtado de Lima, Alexander Weller Maar.

155 p.p.: il.

Formato: PDF

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-980422-7-1

1. Ciência - História. 2. Natureza. I. Batista, Iane Maria da Silva (Organizadora). II. Vieira, David Durval Jesus (Organizador). III. Título.

CDD 509

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático

I. Ciência - História



[2023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
cabanaeditora@gmail.com
www.editoracabana.com

CONSELHO EDITORIAL



Dr. Raimundo Moreira das Neves Neto (IFPA)
Dr. João Antônio Fonseca Lacerda Lima (EA-UFPA)
Me. Diego Pereira Santos (UEPA)
Me. Victor Hugo Modesto (UFPA)
Dr. Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)
Ma. Aline Barros dos Reis (SEMED/Marabá)
Dra. Marley Antonia Silva da Silva (IFPA)
Ma. Raimunda Conceição Sodré (IFPA)
Dr. José M. Almeida Neto
Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves
Dra. Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti (IFRN)
Dra. Eliana Ramos Ferreira (UFPA)
Dra. Iane Maria da Silva Batista (UFPA)
Me. David Durval Jesus Vieira (IFPA)
Dr. Pere Petit (UFPA)
Dr. Fábio Pessoa (UFPA)

Me. Anderson Clayton Fonseca Tavares (UFPA)
Me. Daniel da Silva Miranda (UFPA)
Dr. Marcus Vinicius Reis (UNIFESSPA)
Dr. Angelo Adriano Faria de Assis (Universidade Federal de Viçosa)
Me. Bruno de Souza Silva (UFPA)
Me. David Rodrigues Farias (UFPA)
Me. Bernard Arthur Silva da Silva (UFPE)
Dr. Wlisses James de Farias Silva (UFAC)
Ma. Livia Lariça Silva Forte Maia (UFPA)
Ma. Sara da Silva Suliman (UEPA)
Dr. Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves (UFPA)
Me. Oslan Costa Ribeiro (UFG)
Dra. Karla Leandro Rascke (Unifesspa);
Ma. Maria Raimunda Santana Fonte (SEDUC-PA)
Dr. Cleodir da Conceição Moraes (EA/UFPA)
Dr. Thiago Broni de Mesquita (EA/UFPA)
Dr. Ernesto Padovani Netto (Seduc/PA)
Dr. Elias Diniz Sacramento (UFPA)
Dr. Raimundo Nonato de Castro (IFPA)

APRESENTAÇÃO



COLEÇÃO ANPUH DE HISTÓRIA DE 2023 **HISTÓRIA E ENSINO NO PARÁ**

A Associação Nacional de História em sua seção Pará, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), com o apoio da ANPUH Nacional, promoveu o XIII Encontro de História em 2022 com o tema “História e Historiografia na Amazônia - Independência e Ensino”, que ocorreu entre os dias 28 de novembro e 01 de dezembro de 2022 na cidade de Belém, em formato híbrido, reunindo cerca de 400 pessoas entre alunos, professores e pesquisadores de história e área relacionadas.

Nos dois primeiros dias contamos com três seções dos Diálogos Amazônicos que abordaram as “Políticas de Ações Afirmativas”, o “Programa Forma Pará e a Formação em História”, e “O Pará na O.N.H.B.”. Ainda tivemos na conferência inicial a presença de Valdeci Lopes de Araujo (Presidente da ANPUH-Nacional/UFOP) que focou “A ANPUH Brasil nas comemorações do Bicentenário: desafios da comunicação pública da história”. Enquanto na conferência final a professora Magda Ricci (UFPA) abordou “De tudo o que se viu ao pouco que sabemos: memórias e esquecimentos entorno da independência no antigo Grão-Pará”.

O evento foi um momento de reflexão sobre os desafios da história social e do ensino de história no tempo presente, com interface com os eventos comemorativos da Inde-

pendência do Brasil em contexto amazônico. A perspectiva foi debater a historiografia desenvolvida por historiadores e professores de História sobre a região amazônica a partir da história social em diálogo com o ensino de história, considerando ainda a questão da Independência.

Os dois últimos dias do evento ficaram reservados as atividades remotas, quando os Simpósios Temáticos tiveram vez, foram ofertados 18 Simpósios com temáticas variadas, que contaram com a participação de 32 proponentes, recebendo 270 inscritos para as comunicações.

O XIII Encontro de História da ANPUH-PA, culminou com uma série de ações que foram desenvolvidas pela diretoria no biênio 2021-2022, como a publicação da “Coleção ANPUH de História de 2022”, o Prêmio “Nossa História do Pará” e o desenvolvimento do Site da associação que agora receberá a “Coleção ANPUH de História de 2023”, resultante dos simpósios temáticos que acabaram por originar dezessete e-books, publicados pela Editora Cabana e bancados pela ANPUH-PA.

De tal modo, todos os artigos que foram selecionados e enviados pelos coordenadores/as dos STs foram publicados na coleção e disponibilizados no site <https://www.anpuh-pa.org/> possibilitando o acesso irrestrito aos conteúdos que trazem várias abordagens do campo da história do Pará, da Amazônia e do Brasil. Uma série de ações para a organização e estruturação da ANPUH-PA vem sendo implementadas nas últimas três gestões da associação, o que possibilitou o pleno cumprimento de todas as atividades e proposições oriundas do XIII Encontro de História, assim completamos todas as atividades do evento.

Com a publicação deste novo repertório de e-books, no site da associação, chegamos a quarenta e quatro obras

disponibilizadas gratuitamente que constituem um dos maiores acervos digitais do estado que pode auxiliar no desenvolvimento de um grande leque de pesquisas e atividades sobre a Nossa História do Pará.

Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)
Presidente da ANPUH-PA (2023 – 2024)

SUMÁRIO



IANE MARIA DA SILVA BATISTA

DAVID DURVAL JESUS VIEIRA

Apresentação.....12

LEILA MOURÃO MIRANDA

MOISÉS ALVES DE SOUSA

A sociobiodiversidade como lugar de vida e direitos - ECO-92
.....17

ELY BERGO DE CARVALHO

História da Legislação Florestal Brasileira: os desafios
de um quadro interpretativo

.....30

FRANCIANE GAMA LACERDA

A festa da árvore em Belém do Pará
na segunda década do século XX

.....45

MAURÍCIO JOSÉ QUARESMA SILVA

A natureza nos relatos de viagem: as aves do
Pará nas “memórias” de Dom Lourenço

.....59

LUIZ FELIPE FARIAS DOS SANTOS

A gestão de Emília Snethlage (1914-1921)
e a agenda científica da Amazônia

.....73

DAVID DURVAL JESUS VIEIRA
“Do ponto de vista pratico”: Emílio Goeldi e os contatos entre
animais da fauna amazônica e o gado bovino no Pará (1900)
.....84

LIZANDRA COSTA DA SILVA
SANDRA MELISSA MORAES FONSECA
Os diálogos sobre a *influenza hespanhola* em Belém através
do jornal *A palavra* (1918)
.....99

CÁSSIA NATANIE PEGUIM
Amazônia: riqueza e fragilidade nas
páginas de *O Correio da UNESCO*
.....110

ALBERTO FLAVIO FURTADO DE LIMA
O Rio Mucutá: a história do lugar
.....125

-
ALEXANDER WELLER MAAR
Naturalismo e historiografia: algumas
consequências e desdobramentos
.....137

Sobre os Autores.....152

APRESENTAÇÃO



No período de 28 de novembro a 1 de dezembro de 2022, realizou-se o XIII Encontro de História da ANPUH – seção Pará. Na ocasião, ocorreu o Simpósio Temático sobre “História, Natureza e Ciência” que reuniu pesquisadoras e pesquisadores preocupados com o estudo das relações entre natureza e sociedade ao longo do tempo, inclusive considerando o âmbito do ensino e da ciência. Durante o simpósio, os proponentes expuseram os seus trabalhos e os demais participantes tiveram a oportunidade de tecer comentários sobre o que foi apresentado.

O resultado desse momento está em grande medida materializado neste e-book. Começamos a lista com *A Sociobiodiversidade como lugar de vida e direitos – ECO-92*, de Leila Mourão Miranda e Moisés Alves de Sousa, os quais analisam a importância do conceito de *sociobiodiversidade*, por meio de sua conexão com a produção acadêmica ascendente em História Ambiental e a realização da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), também conhecida como Eco-92 ou Cúpula da Terra (Rio-92).

Em *História da Legislação Florestal Brasileira: os desafios de um quadro interpretativo*, Ely Bergo alerta para os perigos do anacronismo ao interpretarmos a história da legislação florestal brasileira como um *continuum* de preocupação ambiental. É necessário que percebamos as mudanças ocorridas nesta legislação e qual pensamento predominava sobre ela em cada época. O Código Florestal de 1934, por exemplo, tinha um

perfil principalmente produtivista, bem diferente do atual, que expressa a influência do Movimento Ambientalista e a busca pelo equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a resiliência ecológica, ainda que tenha ocorrido reações de elites agrárias a este respeito.

O *Dia da Árvore* também guarda a sua historicidade. Neste sentido, Franciane Gama Lacerda, em *A Festa da Árvore em Belém do Pará na segunda década do século XX*, lembra-nos sobre a instituição dessa data comemorativa no Pará, na década de 1910, como resultado de uma preocupação com o desenvolvimento agrícola em um estado que sofria baixas econômicas, em virtude do declínio das exportações de borracha. Para tanto, o poder público se valeu da educação escolar para realizar momentos especiais de apreço e valorização do trabalho rural e do plantio de espécies que fossem importantes para a agricultura paraense.

O Simpósio Temático foi ainda profícuo para o debate sobre as relações entre animais não humanos e humanos. Em *A natureza nos relatos de viagem: as aves do Pará nas “memórias” de Dom Lourenço*, Maurício José Quaresma Silva aponta algumas possibilidades de pesquisa para os relatos do missionário americano Lourenço de Potflis acerca da avifauna da Amazônia em meados do século XVIII. Em seguida, temos a contribuição de Luiz Felipe Farias dos Santos com o texto *A gestão de Emília Sneathlage (1914-1921) e a agenda científica da Amazônia*, no qual o autor pontua que o envio de espécies da fauna amazônica para instituições científicas estrangeiras foi uma das estratégias usadas por Emília Sneathlage, quando esteve na direção do Museu Paraense, para reforçar o papel desta instituição como local de excelência para a pesquisa sobre a natureza amazônica.

O debate sobre as relações entre humanos e não humanos, tão caro à História Ambiental, também é contempla-

do pelo texto de David Durval Jesus Vieira. A partir de uma fonte escrita, um texto publicado no limiar do século XX, precisamente em 1900, de autoria do então diretor do Museu Paraense, o cientista Emílio Goeldi, intitulado *Reinos da Natureza, encarados do ponto de vista pratico*, o autor analisa as interações entre animais da fauna amazônica, humanos e gado bovino. A partir de uma leitura crítica do documento, contrapondo-o a outras fontes, o pesquisador traz à tona uma certa “escala” de merecimento de proteção presente no pensamento de Goeldi, evidenciando, assim, a polissemia e os limites de seu propalado conservacionismo.

Considerando a diversidade de fontes que podem subsidiar a escrita de uma história sobre a natureza e suas interrelações com as comunidades humanas e não humanas, as pesquisadoras Lizandra Costa da Silva e Sandra Melissa Moraes Fonseca debruçaram-se sobre o Jornal católico *A Palavra* para ilustrar as narrativas sobre a gripe espanhola na Belém de 1918, em pleno contexto pós *Belle-Époque*. Por meio dos registros do periódico, elas descortinam as discrepâncias sociais e econômicas expostas pelo vírus no espaço citadino, salientando a necessidade de se ampliar a perspectiva analítica daquele momento histórico para além do recorte sanitário. Por sua vez, Cássia Natanie Peguim, valeu-se do periódico *Correio da UNESCO* para ilustrar os diversos pontos de vista sobre o bioma Amazônia a partir de artigos assinados por biólogos, geógrafos, economistas e jornalistas, demonstrando as mudanças discursivas em relação ao meio ambiente e o desenvolvimento ao longo da periodização estudada (1972 - 2001).

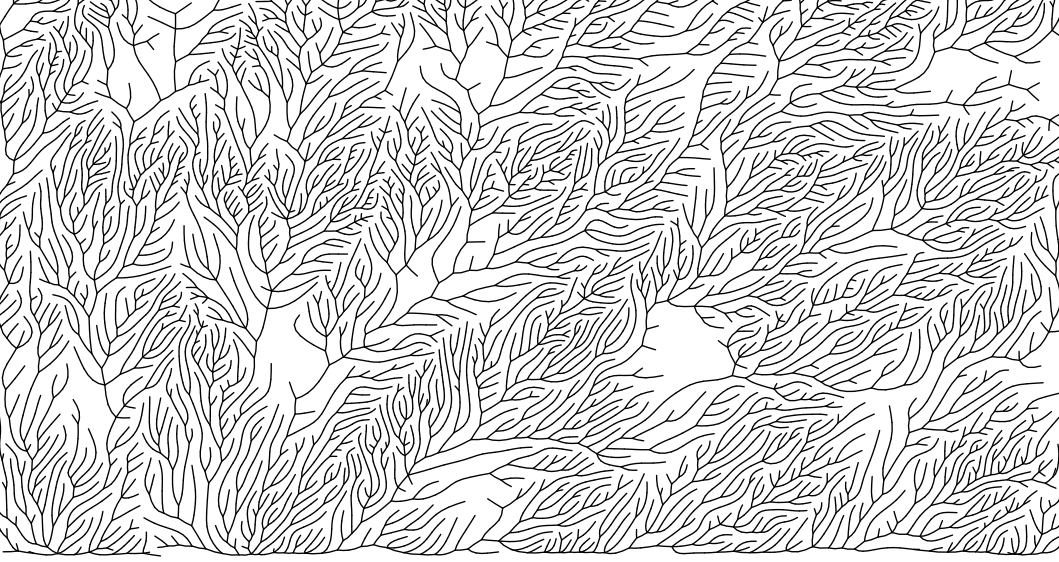
Com base em narrativas orais e de cadastros de filiação sindical, o texto de Alberto Flavio Furtado de Lima apresenta as dinâmicas econômicas, sociais e culturais de uma comunidade ribeirinha amazônica, Mucutá, engendradas nas margens

do rio homônimo. Por meio das memórias dos moradores, o autor reconstitui uma “memória do lugar”, assinalada por mudanças e permanências, que conformam uma identidade fortemente associada àquele espaço.

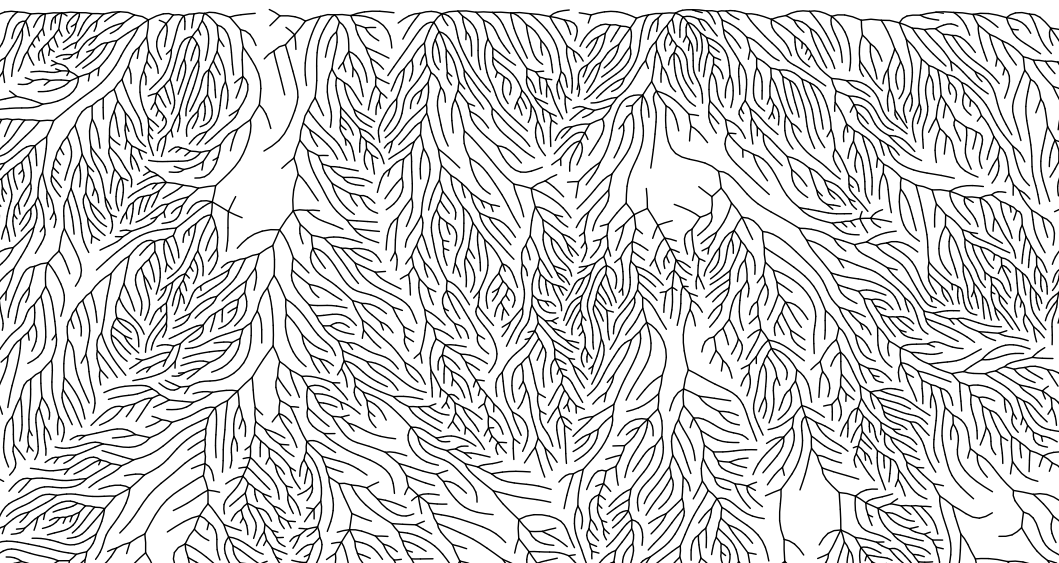
Por fim, Alexander Weller Maar apresenta os desafios interpretativos envolvendo naturalismo e historiografia. A partir de pressupostos filosóficos, o pesquisador discute os limites da explicação historiográfica diante da imprevisibilidade dos agentes históricos em contraste com as “leis” e generalidades das chamadas ciências naturais, destacando que estas por vezes também são limitadas pela ausência de proposições gerais explicativas de seus fenômenos, aproximando-se, assim, da historiografia.

Em consonância com a proposta temática do Simpósio, os trabalhos ora apresentados, abrangendo diversas temporalidades e envolvendo distintos campos disciplinares, refletem as múltiplas dimensões do que chamamos de mundo natural, suas representações, percepções, sensibilidades, usos políticos, discursos científicos etc. Nesse sentido, as perspectivas analíticas apresentadas nos textos demonstram que a interface História, natureza e ciência constitui um campo fundamental para a compreensão do passado, considerando a complexidade da coexistência de sociedades humanas e não humanas, cada vez mais afetadas pelas chamadas questões ambientais. Assim, esperamos que as produções que compõem o e-book contribuam com os debates atinentes a essas problemáticas.

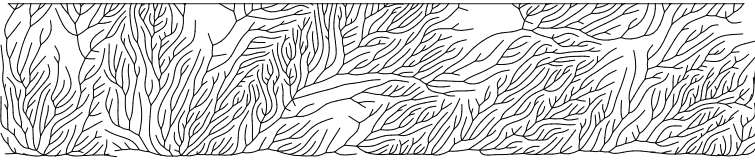
Iane Maria da Silva Batista
David Durval Jesus Vieira



HISTÓRIA, NATUREZA E CIÊNCIA



A SOCIOBIODIVERSIDADE COMO LUGAR DE VIDA E DIREITOS - ECO-92



Leila Mourão Miranda
Moisés Alves de Sousa

A história Ambiental tem se ampliado no diálogo com as diversas áreas de conhecimento. O resultado desta ‘travessia das fronteiras’ disciplinares no sentido proposto por Vernant (2009) propicia a emergência de outras percepções sobre o natural e o social, e, em termos teóricos, outras leituras e reflexões historiográficas sobre os processos de interação sociedades-naturezas, especialmente em âmbitos científicos, populares e de relações de poder.

A produção de artigos, dissertações e teses, como também a organização de coletâneas de textos/capítulos divulgados nas duas últimas décadas, e a realização de eventos diversos, expressam o crescimento e a ampliação das abordagens em História ambiental. Nessa produção, emergem as mais variadas temáticas: as florestas, rios, lagos e lagoas, os sertões e a sua apropriação e usos, as cidades (e suas periferias), o clima, os solos, os animais e os ambientes vivenciados por distintos setores sociais, e outros.

As investigações em História Ambiental têm como finalidade estudar os processos de interação entre sociedades e natureza, elaborando interpretação/narrativa, no sentido de reconstituir as estratégias e dinâmicas sociais realizadas, os padrões técnicos produtivos e reprodutivos adotados, incorporando também os mecanismos de mudança, transformação e permanência histórica, esclarecendo sua repercussão na configuração ou reconfiguração da sociedade e dos ambientes vivenciados. Esses estudos, ao evidenciar as variações e as perturbações antrópicas e/ou naturais ocorridas ou não, possibilitam configurar as permanências, mudanças ou rupturas provocadas pelas alterações na dinâmica dos ecossistemas, que definem a conformação de limites de desenvolvimento de uma dada sociedade.

A partir da década de 1960, sob o rebatimento da publicação dos livros de Raquel Carson 'Primavera Silenciosa', publicado no Brasil em 1969, e de Thomas G. Aylesworth 'La crises del ambiente', de 1968 e reeditado em espanhol em 1974, parcela significativa dos estudos históricos passaram a incorporar os temas ambientais em suas narrativas, possibilitando a configuração de um campo de elaboração específico: a história ambiental e a história ecológica em quase todos os países.

Esta abordagem historiográfica surgiu de distintas tradições culturais que, por sua vez, tem resultado em diversas tendências na produção de historiografias distintas. Surgiu como resposta ética e produto do ecologismo na escola norte-americana nos anos 1970; na tradição anglo-saxônica, originou-se no diálogo com a História da Ciência; figura como expressão ecologista dos estudos das ciências humanas sobre os pobres e as castas na Índia; configurou-se na integração da Geografia Humana e da Escola dos Anais na tradição francesa;

resultou de estudos da história econômica e rural na Itália. Na América Latina, sua elaboração emerge com significação nos anos de 1980 e vem se consolidando neste começo de século, e apresenta uma historiografia que já permite abordar os temas com interpretações e narrativas apropriadas e específicas, que apontam para uma matriz interpretativa autônoma, incorporando as contribuições das experiências consolidadas. No Brasil, aparece nos debates políticos e nos movimentos ecológicos, vivenciando uma trajetória ascendente, realizando pesquisas sobre ecologia política no Brasil.

Considerando que o/a historiador/a se ocupa em refletir sobre as estruturas e conjunturas observáveis dos temas do passado e do presente, e analisando casos e situações concretas, torna-se possível o que se pode denominar microestruturas ou macroestruturas específicas, pertinentes aos diferentes seguimentos socioeconômicos e em diversas e/ou múltiplas temporalidades, para explicitar os movimentos e mecanismos que se configuram na sociedade. Eles observam a integração dos conceitos no sentido de perceber as tensões, mudanças e permanência, e tem configurado uma extensa e diversa produção científica, contribuindo para agregação de pesquisadores em múltiplos grupos de pesquisa em distintas maneiras: laboratórios com diversas denominações, Grupos de pesquisa institucionalizados, realizando com frequência eventos, em nível local, regional, nacional e internacional.

Neste texto, como representantes do Laboratório de História Ambiental – Universidade Federal do Pará (UFPA), optamos por trazer para a reflexão os conceitos SOCIOBIO-DIVERSIDADE E DEMOCRACIA, também utilizados como categorias históricas e analíticas contemporâneas, sobre as quais a historiografia ambiental vem refletindo, debatendo e incorporando como termos/conceitos. Em tempos recentes,

se configurou um outro conceito, o de BIODEMOCRACIA, relacionado aos já citados, que pela sua amplitude de sentidos, significados e aplicações, diz respeito a: produção, composição, acesso, preços, políticas e finalidades dos produtos, sua industrialização, consumos, desperdícios pelos humanos, no sentido de uma proposta que estabeleça e/ou reestabeleça os modos de vida no planeta, onde as hierarquias socioeconômicas, políticas e de poder sejam excluídas das vivências sociais. Este é um tema para estudos futuros [...].

A História ambiental se insinuou nos estudos de história com os textos de Lucien Febvre em *La Terre et l'évolution humaine* (1922), reeditado em espanhol em 1970, e principalmente pelos estudos de história Agrária e história da Economia Rural francesa na segunda metade do século XX, a exemplo do texto de Armand Wallon *Pour une histoire écologique de la France rurale* (1975). De modo geral, os textos produzidos, incorporando ou negando em suas abordagens as crises locais ou gerais de produção, ainda adotavam em suas reflexões e elaborações algumas das teses imperantes nas ciências naturais. São referências às obras de Bloch, Duby, Braudel, Bertrand, só para citar alguns.

A publicação do Relatório do Clube de Roma “Limites do Crescimento”, em 1972 (1973), no qual explicitava os limites do planeta como suporte dos sistemas de uso de seus componentes, substantivados como recursos naturais, pelas sociedades orientadas pela lógica socioeconômica capitalista, tornou-se foco de preocupação de diversos setores socioeconômicos, políticos e culturais ante a demonstração de possíveis catástrofes e fenômenos ambientais, como o aquecimento global, efeito estufa, crescimento do desmatamento e da poluição. A projeção dos dados indicava os limites dos componentes ambientais e a necessidade de revisões, em face da possibilida-

de de escassez, do ritmo de apropriação e do uso depredador, e da contestação e atuação reivindicatória dos movimentos sociais ambientalistas/ecológicos.

O reconhecimento por parte das principais instituições relacionadas à população mundial das mudanças ocorridas na superfície da terra nos dois últimos séculos, configurou a necessidade e urgência de se repensar a vida humana no planeta (HOBBSAWM, 1998). As reflexões e os discursos remeteram à mudança do paradigma científico nas abordagens das temáticas em discussão, mas também desvelou os rebatimentos para a sociedade. As reflexões e os debates que se seguiram indicaram: os desafios globais e locais do Antropoceno¹, incluindo mudanças climáticas, crises da biodiversidade e dos oceanos; a interdependência e sinergias entre os ambientes e problemas sociais como pobreza, desigualdade e saúde; e a necessidade de proteção a biodiversidade e serviços ambientais aliados à redução de pobreza e melhoria da saúde.

O debate que se desenvolveu resultou nas teses apresentadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano naquele mesmo ano de 1972, em Estocolmo, fornecendo subsídios para a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em 1983. Os debates e a produção de conhecimento pelas agências públicas ao longo dos anos de 1970 e 1980 sobre as questões ambientais subsidiaram a realização da Eco-92. Diversos setores acadêmicos, nacionais e estrangeiros, então, se inseriram nas discussões, proposições e produção de conhecimento sobre múltiplas e diversas questões ambientais.

A partir dos anos de 1990, a divulgação e o conhecimento produzido por diversos historiadores, a realização de eventos, publicações especializadas de revistas e livros de his-

¹ Antropoceno é considerado como a era geológica da terra caracterizada pelas alterações ocorridas pelos impactos das ações humanas.

tória ambiental, de certo modo, institucionalizaram e consolidaram o novo campo de pesquisa e produção de narrativas em História Ambiental. Nesta perspectiva, estão as obras de Worster, Cronon, O'Connor, Mcneil, Crosby, White, Dean, Thomas, Harvey, Alier, e muitos outros, e no Brasil Pádua, Nodari, Drumond, Arruda, Martines, Horta Duarte [...] A lista é longa². Suas produções historiográficas, em termos teóricos e metodológicos, têm contribuído para o desvelamento e questionamento do paradigma sobre a existência de um mundo natural, como era preconizado, reconhecendo e adotando a perspectiva de interpretar os saberes/conhecimentos de distintos setores sociais. Esses saberes/conhecimentos, oriundos de experiências vivenciadas contribuem para explicitar como eles influenciam na conformação de limites de desenvolvimento dessas sociedades, **evidenciando que a biodiversidade é resultante de ações naturais e humanas. Portanto, o que chamávamos de natureza é em escala sociobiodiversidade.**

A História ambiental vem conferindo atenção no sentido de compreender a multiplicidade de elementos, instituições, políticas e ações que emergiram do debate que se fez nesse processo. A Organização das Nações Unidas (ONU), Estados, organizações da sociedade civil promoveram eventos diversos no sentido de repensar e rever aspectos fundamentais de finalidade da apropriação, comercialização e consumo propiciados pelas distintas relações entre sociedade-natureza, no sentido de proporem medidas voltadas ao controle de usos da natureza planetária. A II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), também re-

² O estudo realizado por José Augusto Pádua e Alessandra Izabel de Carvalho "A construção de um país tropical: uma apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil", publicado em 2020, traz uma importante relação de livros de História Ambiental. De acordo com os autores, a relação abordada pretendeu propiciar uma visão geral da produção de livros sobre a história ambiental do Brasil. Destacam a diversidade de temas ambientais presentes na historiografia analisada, indicando que os autores selecionados apresentam, de alguma forma, identificação e são relacionados com a comunidade acadêmica da história ambiental.

ferenciada como Eco-92 ou Cúpula da Terra (Rio-92), constituiu-se no espaço em que foram abordados, em múltiplas e diferentes perspectivas, com problemas ambientais constatados e possibilidades das mudanças necessárias nas relações de usos de recursos naturais.

A relevância da conferência se apresentou em duas importantes características: a representatividade institucional (governos, sociedade civil e grupos sociais autóctones da Terra); e os significados econômicos, políticos, sociais e ecológicos. Resultou em importantes documentos³: Agenda 21, o programa de ação global (40 capítulos); a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento-Carta da Terra, estabelecendo 27 princípios orientadores; a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação; a Convenção sobre Diversidade Biológica; a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática; e a Declaração de Princípios sobre Uso de Florestas.

Dentre os documentos citados, resultantes da Rio-92, a Agenda 21 configura como um roteiro para países, estados e cidades crescerem e, ao mesmo tempo, adotarem medidas e ações no sentido de resolverem problemas ambientais e sociais; a Convenção do Clima e a Convenção para a Biodiversidade, além do embrião da Convenção de Combate à Desertificação, constituem-se em diretrizes fundamentais e necessárias à conservação e proteção ambiental e social.

Paralelamente, foram realizados o Fórum Global, reunindo representantes das ONGs brasileiras e internacionais, e a Conferência Mundial dos Povos Indígenas (Kari-Oca), taba dos índios tucanos e do Alto Xingu e outros, que sistematizaram contribuições importantes em termos de conhecimento e manejo, conservação e proteção de espécies e dos ambientes, a

³ A documentação que resultou é extensa e se constitui de declaração de princípios, resoluções, recomendações, normativas, convenções, programas, agenda etc.

partir de pressupostos materiais e simbólicos para a compreensão das ‘naturezas’ dos solos, dos vegetais, das águas, dos animais e dos humanos. Essas contribuições foram parcialmente assimiladas e incorporadas como recomendações nos relatórios gerais.

Nas discussões e documentos que fluíram das diversas atividades realizadas nos eventos, reverberaram a ideia de que os ambientes e os meios ambientes foram reconhecidos como sociobiodiversidade e se instituíram como condição à vida. O desdobramento do que foi convenicionado deve ser analisado em perspectiva científica, socioeconômica, diplomática, política, cultural, histórica e de comunicação. No caso brasileiro, requer abordagem específica. Especialmente sobre o que foi convenicionado em termos da sociobiodiversidade, destacaram-se as recomendações relacionadas à proteção e conservação da biodiversidade como condição para garantir as sociobiodiversidades.

A questão da sociobiodiversidade brasileira, em perspectiva histórica, possibilita destacar que um dos problemas fundamentais se configura no questionamento das formas jurídicas, políticas, socioeconômicas e culturais de apropriação e usos de seus componentes ambientais, que, ao longo de sua história, pouco considerou que a biodiversidade brasileira é resultante de ações naturais e humanas. Neste sentido, os povos tradicionais continuaram sendo tratados como exceções em processo de extinção, e como alternativa a eles, foram destinadas as diversas reservas territoriais.

A História Ambiental, ao abordar a crise ecológica planetária, deve considerar a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, referenciada como Eco-92 ou Rio-92, em suas múltiplas e diversas perspectivas, cada vez mais. Ela comporta história e histórias singulares, em

nível macro e micro, nas distintas sociedades em interação com os seus ambientes. O seu relatório se constituiu no primeiro texto de direito internacional sobre o tema *crise ecológica planetária*, ainda que tenha privilegiado as mudanças climáticas em nível global. No Brasil, medidas foram adotadas, mas gradualmente, e sofrem reverses atualmente. Este Simpósio se constituiu em espaço para reflexão, difusão e apreciação coletiva do desenvolvimento das abordagens na historiografia ambiental.

A relevância da conferência citada se apresentou em algumas características: a representatividade institucional (governos, sociedade civil e grupos sociais autóctones da Terra) e a proposição de mudança dos significados econômicos, políticos, sociais e ecológicos dos ambientes e meio ambientes para os diversos setores socioeconômicos; a formulação e apresentação do conceito de Desenvolvimento Sustentável, cuja formulação inicial foi em 1987, considerado como necessidade imperativa reconhecida em todo o mundo; e a emergência inicial da tese da sociobiodiversidade. Pela temática e resultados dos múltiplos e diversos debates e decisões convencionadas nos eventos realizados sob a égide da conferência, ela revelou história e histórias singulares, em nível macro e micro, nas distintas sociedades em interação com os seus ambientes viventes no planeta.

O relatório dessa convenção se constituiu no primeiro texto de direito internacional sobre o tema *crise ecológica planetária* e resultou em importantes documentos: Agenda 21, o Programa de Ação Global; a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Carta da Terra, estabelecendo 27 princípios orientadores; a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação; a Convenção sobre Diversidade Biológica; a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática; e a Declaração de Princípios sobre Uso

de Florestas. Paralelamente, foram realizados: o Fórum Global, reunindo representantes das ONGs brasileiras e internacionais, e a Conferência Mundial dos Povos Indígenas.

Foi neste contexto histórico que emergiu, de forma clara e ascendente, a história ambiental, na perspectiva de recuperar os ambientes como protagonista da história, e desde então vem conferindo atenção no sentido de compreender a multiplicidade de elementos, instituições, políticas e ações que emergiram do debate e resoluções que se estabeleceram nesse processo.

O destaque filosófico, político e jurídico resultante dos eventos foi o estabelecimento da **convenção de que os ambientes e os meios ambientes se instituíram como condição à vida e dignidade humana. E os designou como lugares de exercício de democracia.** Nesta perspectiva, se reconheceu que, o que substantivamos como natureza, de fato e de direito, se **constitui em sociobiodiversidade/s.** E neste sentido, os ambientes e os meios ambientes se instituíram com lugar determinado ou percebido, no qual os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em permanente interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e o construído, sejam eles míticos, místicos, mágicos ou religiosos da terra. A sociobiodiversidade resulta de relações entre os bens e serviços gerados por pessoas, a partir dos ambientes e meios ambientes, respeitando-se os saberes locais e incorporando valores culturais, tecnologias de usos e manejos nos processos produtivos que recompõem os ambientes.

Ao reconhecer o ambiente e o meio ambiente como lugares de vivências humanas e, portanto, como **espaços/lugares de direitos**, especialmente de **Direitos Humanos**, entende-se que devem ser lugares, portanto, de exercício da

Democracia. Eles devem ser reconhecidos como lugares com condição real e social, **de relações de igualdade, liberdade, fraternidade**, solidariedade, justiça ética, política e socioeconômica, e se instituem como **premissa de promoção de uma cultura de paz entre pessoas e povos**. E as reflexões sobre eles os tornaram, em tese, em normativa orientadora de convivência das múltiplas e diversas sociedades contemporâneas no planeta. Isso requer especial atenção dos/as historiadores/as, tendo em vista que a emergência de tensões e crises diversas, em face aos processos produtivos, resultam do uso dos recursos naturais, com impactos ao meio ambiente e aos ambientes nos quais estão inseridas inúmeras populações.

Para a institucionalização das diretrizes convencionadas em nível regional e local, foi incentivada a criação de instrumentos institucionais para a elaboração de políticas, programas, projetos e ações destinadas à promoção dos Direitos Humanos e Ambientais. No Pará, assim como em outros estados brasileiros, foi criada a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos (SEJUDH), destinada à promoção do reconhecimento da pessoa humana, como pessoa de direitos, condição imprescindível para a implementação de uma cultura de paz e de defesa do exercício de cidadania, orientada pela internalização e propagação dos direitos humanos convencionados pela ONU.

O desdobramento do que foi convencionado e instituído vem sendo analisado na historiografia ambiental em perspectiva científica, socioeconômica, ideológica, diplomática, política, cultural, histórica e de comunicação.

A História Ambiental, ao estudar a crise ecológica planetária local, regional ou nacional, considerando a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também referenciada como Eco-92 ou Rio-92, também denominada Cúpula da Terra, deve abordá-la em

suas múltiplas e diversas dimensões no que se refere às conformações históricas das distintas sociedades.

Entre os principais resultados da Rio-92, estão o documento da Agenda 21, um roteiro para países, estados e cidades de como crescer e, ao mesmo tempo, resolver problemas ambientais e sociais; a criação da Convenção do Clima e da Convenção para a Biodiversidade, além do embrião da Convenção de Combate à Desertificação.

E ao abordar a crise ecológica planetária em suas múltiplas e diversas perspectivas, tem recuperado histórias, mas principalmente contribuído para a revisão de teoria e metodologia interpretativa em suas abordagens. Ela comporta história e histórias singulares, em nível macro e micro, nas distintas sociedades em interação com os seus ambientes. Seu relatório se constituiu no primeiro texto de direito internacional sobre o tema *crise ecológica planetária*, em que se privilegiaram as mudanças climáticas em nível global. No Brasil, medidas foram adotadas, mas gradualmente, e sofre reverses atualmente. Essa é uma situação que provoca reflexões sobre a fundamentação socioeconômica, científica, filosófica, moral e técnica dos conceitos e categorias analíticas com os quais elabora suas narrativas, como natureza, ambiente, propriedade, riqueza, poder, política etc. de forma a-história. Trata-se de rever como eles são apreendidos e compreendidos na formação de ‘mentalidade vigorante’ em tempos das *fake news*.

O Simpósio Temático de História, Natureza e Ciência do XIII Encontro de História da ANPUH-PA se constitui como um espaço para reflexão, difusão e apreciação coletiva do desenvolvimento das abordagens na historiografia ambiental no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 GLOBAL. UNCED - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992). Brasília: Ministério do Meio Ambiente - MMA, 1999.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

DUBY, Georges; WALLON, Armand. **Histoire des France rurale, les caractères originaux de l'histoire rurale française**. Paris: Éditions Seuil, 1975. Tome I.

FEBVRE, Lucien. **La terre et évolution humaine**. Paris: La Renaissance du Livre, 1922.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MARQUES, Leonardo; ALVILEZ ROCHA, Gabriel. A história ambiental do capitalismo no mundo colonial, séc. XV ao XIX. **UFF Revista Tempo**, Rio de Janeiro, Niterói, v. 28, n. 1, jan./abr. 2022.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21: Um Novo Modelo de Civilização**, 2004.

NOVAIS, Washington. Eco-92: avanços e interrogações. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 6, n. 15, 1992.

O'CONNOR, J. What is environmental history? Why environmental history? **Capitalism Nature Socialism**, v. 8, n. 2, p. 3-29, jun. 1997.

PÁDUA, José Augusto; CARVALHO, Alessandra Izabel de. A construção de um país tropical: uma apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. **Ciências, Saúde**, Manginhos, RJ: Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, História, v. 27, n. 4, p. 1311-1340, out./dez. 2020.

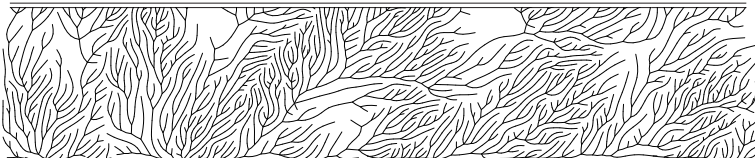
VALLON, Armand. Pour une histoire écologique de la France rurale *In*: VALLON, Armand. **Histoire des France rurale, les caractères originaux de l'histoire rurale française**. Paris: Éditions Seuil, 1975. p. 39-118. Tome I.

VERNANT, Jean-Pierre. **A travessia das fronteiras**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2009.

WORSTER, Donald. Doing environmental history. *In*: WORSTER, Donald. **The ends of the earth: perspectives on modern environmental history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos História**, Rio de Janeiro: FGV, v. 4, n. 8, p. 198-25- 15, 1991.

HISTÓRIA DA LEGISLAÇÃO FLORESTAL BRASILEIRA: OS DESAFIOS DE UM QUADRO INTERPRETATIVO



Ely Bergo de Carvalho

Fazer uma história da legislação florestal no Brasil passa por enfrentar o anacronismo, de interpretar toda a legislação pretérita como se fosse uma legislação ambiental. O presente trabalho é um ensaio que por meio de uma revisão de literatura e de algumas das leis que nortearam a legislação florestal no Brasil, desde a conquista portuguesa, busca identificar uma cronologia de transformações em tal fenômeno.

A LEGISLAÇÃO FLORESTAL EM UMA SOCIEDADE DE ANTIGO REGIME

Muitos acreditam que uma legislação que regula a gestão florestal é algo novo, todavia há uma longa história para tal legislação. Primeiro porque, sendo a floresta um elemento do qual muitas sociedades dependem, houve recorrentemente a necessidade de constituição de normas coletivas de uso. Em sociedades indígenas e camponesas, por exemplo, esses direitos consuetudinários muitas vezes têm um caráter mítico. Tais formas de gestão da relação com o mundo natural muitas vezes implicam algum regime cole-

tivo de apropriação, mas mesmo na atualidade se consegue com maior ou menor eficácia a viabilidade a longo prazo da relação com a floresta (BERKES, 2005).

Apesar do papel central que o direito consuetudinário tem na gestão florestal, a legislação escrita teve um papel tendencialmente crescente na regulação do acesso as florestas. Os portugueses ao chegarem à América já vinham com uma ordenação jurídica sobre a relação com a floresta, criada para regular a realidade europeia, mas que foi estendida e válida para todo o Império Português. As Ordenações Afonsinas, codificadas em 1446 no reinado de Dom Afonso IV, foram uma compilação de leis, pautadas no Direito Romano e no Direito Canônico, que estabeleciam punição para aquele que acinte cortar árvores frutíferas de outrem, seguidas das Ordenações Manuelinas, que foram um compilado de leis realizadas em 1514, no reinado de Dom Manuel. Com a União Ibérica, o Império Português foi anexado ao Espanhol entre 1580 e 1640. Em 1595 Filipe I sancionou e em 1603 foram impressas as Ordenações Filipinas. Que com o final da União Ibérica foram confirmadas por Dom João IV. Esta última proibia, por exemplo, o corte de certas árvores, como o Soveiro, Carvalho e Ensinho ao longo do Tejo. Tal conjunto de normas jurídicas é muitas vezes interpretada como uma legislação ambiental (MILARÉ, 2000), o que pode gerar muitos equívocos, pois as motivações, a forma como o conceito de recurso era construída e o próprio funcionamento de uma lei podem ser muito diferentes em contextos diferentes (HESPANHA, 2006). No limite, alguns buscam em legislações florestais da Europa medieval, que visavam controlar o corte de árvores por parte da população camponesa – uma “primeira” forma de gestão usando direito positivo – como uma origem para a própria noção de desenvolvimento sustentável. O que é uma clara busca do

“mito da origem” que supostamente explicaria o presente e claramente minimiza a descontinuidade existente entre todas essas leis (ademais de ser eurocêntrica, não considerando outras civilizações que elaboraram direito positivo semelhante e civilizações e configurações sociais que regiram e regem suas ações sem o uso de um direito positivo).

Na América portuguesa houve uma legislação que protegia certas espécies de árvores, como o pau-brasil, entre outras árvores de interesse comercial e interesse estratégico para fornecer madeira de navegação, por isso chamadas “madeiras de lei”. Ao estudar a legislação florestal do período colonial, Miller defende a tese de que a legislação, ao estabelecer o monopólio real de certas árvores, levou a um maior desperdício de recurso, uma vez que os terratenentes supostamente preferiam queimar toda a mata a fim de liberar a terra para o uso agrícola, uma vez que lhes era vedado usar as madeiras de lei (MILLER, 2000). Cabral e Cesco questionam a tese de Miller argumentando que:

Miller argumenta que o monopólio real madeireiro foi vago e fracamente aplicado, mas extremamente rígido em suas intenções, trazendo como corolário consequências altamente negativas em termos de desperdício ambiental e fraco desenvolvimento econômico naquele setor. Nós, por outro lado, sustentamos que a política florestal metropolitana não era realmente rígida nem mesmo nas suas intenções – quando *tentou* ser (a partir de 1797), sua derrocada foi estrondosa. Argumentamos que a *interpretação* e aplicação da instituição das “madeiras de lei” eram muito flexíveis, gerando, na prática, um regime de *acesso preferencial* e não de *acesso exclusivo* da Coroa (grifo do autor), (CABRAL; CESCO, 2007, p. 86).

A questão que subjaz a tal debate é: Qual regime de apropriação, privado ou estatal, é mais eficaz para maximizar o uso do recurso florestal e gerar riqueza?

Dean (1996), por um lado, afirma que a legislação foi descumprida e que o “brasileiro” foi péssimo em converter capital natural em riqueza, enfatizando a destruição da Mata Atlântica no período colonial. Por outro lado, Castro (2002) trabalha contra a pecha de que o brasileiro é um péssimo gestor florestal e analisa a gestão florestal no período colonial e afirma que a atividade florestal no período colonial teve importante aspecto conservacionista.

Cabral, apesar de tender a concordar com Castro, faz uma análise minuciosa e atenta à historicidade e às nuances da legislação e da atividade florestal na colônia, e assevera:

Na verdade, a Coroa portuguesa sempre demonstrou entender que o sucesso fiscal de sua colônia americana dependia do uso sustentado das suas matas. Quem não tem cão caça com gato e a decepção inicial com a ausência de metais preciosos fê-la realizar – pelo menos até as descobertas auríferas de fins do seiscentos – que a floresta era tudo que ela tinha nessas terras distantes. (CABRAL, 2014, p. 466).

E, atento ao fato de que, mais “do que simples coisas ou ‘substâncias’, os recursos naturais são significados e só podem ser aludidos e analisados em referência aos modos de vida humana e à produção social que constituem e pelos quais são constituídos” (CABRAL, 2014, p. 460). Procurando superar uma “crônica de destruição” ambiental que percebe no ser humano uma espécie de “erro da natureza”, sem, contudo, negar os efeitos deletérios sobre a biodiversidade ou as estratégias de exploração dos colonizadores. De forma que ele argumenta:

De fato, parece seguro afirmar que, no que concerne à geração de renda de exportação, a riqueza florestal brasileira foi utilizada mais como nutriente agrícola do que como biomassa integral (madeira). Essa forma de uso das matas foi determinada por um certo número de fatores e proces-

so socionaturais. Um deles, talvez o mais importante, é o alto custo do transporte (CABRAL, 2014, p. 477).

Mas, ao mesmo tempo, percebendo as ambivalências das práticas e representações dos agentes, assim ele argumenta sobre a problemática da conservação gerada pela legislação e gestão florestal na América portuguesa:

Mas, o quão fracassado foi, exatamente, esse projeto ‘conservacionista’? Esta é uma questão cuja resposta demanda uma boa dose de relativismo histórico. Um ponto que parece claro é a extrema dificuldade do governo colonial em aplicar a legislação, algo frequentemente também salientado pelos próprios agentes régios. [...] Para o historiador ambiental, não basta o texto frio da lei. A chave para a compreensão das ecologias pré-industriais é a complexa rede de direitos, usos e costumes políticos que regulava a relação dos humanos com o restante da biosfera. Na América portuguesa, a economia florestal estava longe de ser regida como um campo do direito público e impessoal. Tudo dependia do arranjo local dos interesses, dos laços de parentesco, das forças políticas e, evidentemente, da configuração da floresta (incluindo a história prévia de desmatamento). (CABRAL, 2014, p. 447).

Assim ele argumenta sobre a indústria florestal na América portuguesa:

No plano mais restrito do desenvolvimento socioeconômico, no entanto, pode-se argumentar que os efeitos multiplicados dessa injeção monetária teriam sido muito maiores caso os monopólios e privilégios tivessem sido removidos e o mercado aberto à participação (legal) de um maior número de agentes. Com efeito, era possível enriquecer no ramo madeireiro; mas, para isso, era preciso ter acesso aos cobiçados contratos régios (CABRAL, 2014, p. 476).

Apontando as políticas de favorecimento típicas do Antigo Regime, defende que a legislação florestal acabava por

ser utilizada para excluir uma população pobre do acesso aos recursos florestais, enquanto os grandes proprietários podiam facilmente fugir das obrigações e limites impostos pela legislação que restringia o corte de árvores (CABRAL, 2014, p. 323).

UMA ERA LIBERAL?

De forma que depois da proclamação da independência do Brasil (1822), apesar dos monopólios estatais das madeiras navais permanecerem até meados do século XIX, há uma continuidade na prática de um antigo costume: “o controle das reservas florestais por parte dos potentados locais” (CABRAL, 2014, p. 347). Todavia, tal prática agora era amparada por uma legislação de caráter liberal, de não intervenção estatal na economia, que é estabelecida no período imperial (1822-1889) e que a Primeira República (1889-1930) consagra (DEAN, 1996, p. 161).

Outra continuidade é que a legislação não altera seu caráter esparso e sob o controle das elites locais. Os autores que formam uma “tradição intelectual” de “crítica ambiental” não conseguiram concretizar seus planos de modernização em uma legislação sistemática que visava tentar solucionar os problemas ambientais causados, como então se pensava, pelo “atraso” e pela escravidão (PÁDUA, 2002, p. 30). Com a República, as terras devolutas passaram ao domínio dos governos estaduais, o que dificultava uma política federal mais ampla de proteção à floresta, uma vez que as oligarquias rurais tinham maior controle da apropriação das terras. Todavia, já em 1900 havia uma proposta de um código federal de florestas, mas foram os governos estaduais, principalmente, que legislaram sobre tal tema na Primeira República.

Código Florestal de 1934

O primeiro Código Florestal nacional emerge com o Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934, e aplica-se “às florestas como às demais formas de vegetação reconhecidas de utilidade às terras que revestem” (BRASIL, 1934, art. 3º a 7º). Esse código classifica as florestas em quatro tipos:

- 1 - as “protetoras”, que por sua localização servissem, conjunta ou separadamente, para qualquer dos fins seguintes: a) conservar o regime das águas; b) evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais; c) fixar dunas; d) auxiliar a defesa das fronteiras, de modo julgado necessário pelas autoridades militares; e) assegurar condições de salubridade pública; f) proteger sítios que por sua beleza natural mereçam ser conservados; e g) asilar espécimes raros da fauna indígena;
- 2 – as “remanescentes”, que são aquelas que formam parques ou assemelhados;
- 3 – as “modelo”, que são “as artificiais constituídas apenas por uma, ou por limitado número de essências florestais, indígenas ou exóticas, cuja disseminação convenha fazer-se na região”;
- 4 – todas as demais florestas eram consideradas de “rendimento”.

O Código Florestal federal não era apenas produtivista, o que aparecia ao estabelecer como florestas protetoras as que têm por função “proteger sítios que por sua beleza natural mereçam ser conservados; asilar espécimes raros da fauna indígena”. Preocupações que se poderia indicar como preservacionistas, tomando tal termo como um tipo ideal.

Todavia, o Código Florestal federal era principalmente produtivista, o que se expressa em denominar de “modelo” as florestas artificiais. O “modelo” de floresta era a silvicultura ordenada e produtiva. Sendo a esmagadora maioria das florestas, no Brasil, classificadas como de “rendimento”, aqui, a denominação é reveladora da destinação prevista para tais florestas.

CÓDIGO FLORESTAL DE 1965

Depois de mais de uma década de debate é aprovado um novo Código Florestal, com a Lei Federal n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965. As florestas são novamente definidas como “bens de interesse público”. A classificação das florestas é simplificada. O art. 2.º do novo Código afirma: “Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas” em faixas nas margens de rios e nascentes, no topo de morro, montes, montanhas e serras, nas restingas, entre outros lugares, e o Poder Público poderia declarar uma área como de preservação permanente, por motivos ambientais, sociais, estéticos ou militares (BRASIL, 1965). As florestas privadas que não fossem de “preservação permanente” estavam sujeitas à exploração, com restrições, mantendo um mínimo da propriedade com cobertura florestal, constituindo assim uma área que foi denominada Reserva Legal.

Art. 16. As florestas de domínio privado, não sujeitas ao regime de utilização limitada e ressalvadas as de preservação permanente, previstas nos artigos 2.º e 3.º desta lei, são suscetíveis de exploração, obedecidas as seguintes restrições: a) nas regiões Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste, esta na parte sul, as derrubadas de florestas nativas, primitivas ou regeneradas, só serão permitidas desde que seja, em qual-

quer caso, respeitado o limite mínimo de 20% da área de cada propriedade com cobertura arbórea localizada, a critério da autoridade competente (BRASIL, 1965).

O artigo 44 estabelecia uma área ainda maior de cobertura florestal no norte do Brasil: “Art. 44. Na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste [...] a exploração a corte raso só é permissível desde que permaneça com cobertura arbórea, pelo menos 50% da área de cada propriedade.” (BRASIL, 1965).

Todavia, deve ficar claro que tais áreas de reserva que não fizessem parte das áreas de “preservação permanente”, poderiam ser exploradas. A questão era apenas não efetuar a “eliminação permanente das florestas”. Sendo que, visando “maior rendimento econômico, é permitido aos proprietários de florestas heterogêneas transformá-las em homogêneas”. Para isso bastava assinar, diante da autoridade competente, um “termo de obrigação de reposição e tratos culturais”. (BRASIL, 1965, art. 19). A isso a legislação denominava “exploração racional” das florestas. O Código Florestal era fundamentalmente produtivista. Ou seja, a forma correta de conduzir a floresta era, sem dúvida, explorando-a, e a forma de perpetuá-la era replantando, e assim “melhorando” a caótica floresta.

Dean aponta ainda outras possibilidades de exploração florestal dadas pelo Código:

O código também continha brechas suficientes para eliminar toda árvore nativa ainda existente. Embora o proprietário fosse obrigado a manter 20% de sua terra florestada [na região da Mata Atlântica], não havia, tal como antes, nenhum dispositivo contra a venda dessa faixa de mata a um comprador, que poderia cortar até 80% da mesma – ad infinitum. O governo também não repudiava a destruição de “florestas de preservação permanente”, embora os casos de “utilidade pública ou interesse social”

ficassem sujeitos à aprovação do presidente. A reforma agrária era o único projeto federal obrigado a respeitar a floresta existente (DEAN, 1996, p. 304, grifo nosso).

Não se tratava de “brechas”, e sim do tal caráter produtivista da legislação florestal. “Brechas” parecem indicar que havia um propósito de manter a floresta não explorada, “virgem”, e que havia falhas nesse propósito, o que não parece ser a orientação da lei. Ou seja, apesar de haver entre os legisladores alguns preservacionistas que procuraram interferir na letra da lei, os dispositivos da lei que permitiam o desflorestamento não eram “falhas” ou “imperfeições”, mas estavam perfeitamente de acordo com o propósito de parte dos legisladores que procuravam uma maximização da produção florestal, reduzindo a floresta a uma produtiva cobertura florestal.

O fato de predominar uma dimensão produtivista na legislação de 1965 é um dos fatores que levaram, anos depois, a um questionamento e controvérsia sobre até que ponto o Código Florestal de 1965 estava amparado na ciência corrente e nas práticas de gestão florestal de ponta para a época. De qualquer forma, tal debate é distorcido pelas alterações ocorridas na legislação posterior que levaram a uma verdadeira reinterpretção do Código Florestal de 1965. Há pelo menos dois pontos fundamentais para entender esse processo de alteração no Código Florestal, o primeiro, a inter-relação com a legislação de terras, como observa Drummond:

Sem controle das terras públicas e com pequeno poder de intervir nos usos das terras particulares, nenhuma política ambiental consequente poderia ser conduzida pelo governo federal, ainda na que fosse intensamente reivindicada pela sociedade – o que não aconteceu antes da década de 1980. (DRUMMOND, 1998 – 1999, p. 130, grifo do autor).

O segundo e mais importante é a emergência do meio ambiente como um elemento na legislação e que toma o primeiro plano nos debates políticos internacionais. Depois da Conferência Mundial do Meio Ambiente Humano, promovida pela Organização das Nações Unidas em Estocolmo em 1972, a relação deletéria moderna com o mundo natural salta ao primeiro plano do cenário político internacional e nacional. A partir daí é constituído um amplo aparato institucional e legal voltado para resolver os problemas gerados pela relação das sociedades humanas com o mundo natural, agora identificados como “problemas ambientais”. A legislação anterior, como o Códigos Florestais e o Código de Águas, visava regular a apropriação e a gestão de terras, águas, florestas, etc.; não havia como escopo um elemento de interconexão que poderemos chamar de “meio ambiente” a ser protegido ou pelo menos ser objeto de gestão. Drummond diferencia claramente a legislação “ambiental” produzida entre 1934 e 1979 e a produzida depois do período de transição entre 1979 e 1988. Pois, para o citado autor, apenas a segunda “leva” de legislação teria realmente um caráter “ambiental”, claramente influenciada pelo novo movimento ambientalista (DRUMMOND, 1998 – 1999, p. 140-141).

Portanto, o caráter produtivista da legislação florestal somente sofreu uma forte alteração nas décadas de 1980 e 1990, com a constituição de uma legislação propriamente ambiental no Brasil. Carlos J. C. Bacha, ao abordar a dinâmica de desmatamento e reflorestamento no Brasil durante o século XX, conclui que as políticas federais “de controle do desmatamento foram elaboradas em uma posição secundária na orientação macroeconômica do governo (principalmente em relação ao objetivo de crescimento econômico)” (BACHA, 1993, p. 183). A estratégia utilizada pelo Estado brasileiro te-

ria sido semelhante à de outros países, pautada na criação de unidades de conservação, na restrição à eliminação da cobertura florestal e na regulação do setor madeireiro. Segundo o citado autor, o Brasil seguiu a “mesma estratégia adotada por outros países para controlar o desmatamento. Foi estabelecida uma política de regulamentação do desmatamento, criando normas para discipliná-lo e instituindo unidades de conservação”. Para ele, tal estratégia, iniciada com o Código Florestal de 1934, permaneceu vigente até 1989, quando se inicia uma nova fase. “A partir de 1989, iniciamos uma fase de se *impor o reflorestamento* de determinadas áreas que não deveriam ser desmatadas.” (BACHA, 1993, p. 185). Sendo que a legislação, que até então, era fortemente pautada em mecanismos de “comando e controle”, passa por modificações, sendo introduzido outras formas de incentivo a preservação das florestas (BACHA, 1998. p. 155-182). Em torno da década de 1980 foi o momento em que a legislação florestal se “ambientalizou”, tornando-se mais rigorosa e mais voltada para a “preservação da natureza”, e menos voltada para a racionalização da produção (DEAN, 1996, p. 303-305, 372). Assim, podemos afirmar que entre 1979 e 1989, houve uma mudança profunda na legislação florestal brasileira. Não apenas com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, que estabelece: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” ou por uma série de novas leis, como a Lei n.º 7.754, de 14 de abril de 1989, que estabelece o plantio exclusivo de árvores nativas nas nascentes dos rios como áreas de preservação permanente, ou, posteriormente, a Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que mandou as propriedades rurais restabelecerem as áreas de Re-

servas Florestais Legais, dando contorno para uma legislação florestal verdadeiramente ambiental, que buscava equilibrar o desenvolvimento econômico e a resiliência ecológica.

Esse novo contorno ambiental da legislação florestal e a tentativa de fazê-la cumprir tiveram como reação a demanda pela reforma no Código Florestal, em especial de setores ruralista, atingidos em seus interesses pela aplicação de uma legislação florestal ambiental, o que iria desembocar no atual Código Florestal, Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma cronologia não é um “objeto natural”. A cronologia é fruto de uma problematização historiográfica e não mero fruto das datas constantes no direito positivo. No caso aqui esboçado o problema de fundo era demonstrar que a legislação ambiental no Brasil não era um produto exógeno aos processos históricos brasileiros; problematização voltada para contrapor o argumento dos setores ambientalistas que propuseram a reforma do Código Floresta de 1965, buscando desmontar mecanismos legais de proteção alegando que eram leis novas impostas por entidades estrangeiras a partir de uma burocracia nacional descoladas com as propostas do estado nacional brasileiro (RAJÃO; GIUDICE, HOFF; CARVALHO, 2021).

De tal forma que não há uma cronologia única. Aqui retomamos uma lição básica, que por isso deve ser sempre reiterada: “[...] pode-se dizer que um tema bem delimitado de pesquisa histórica deve trazer muito claramente a definição de três dimensões fundamentais: o recorte espacial, o **recorte temporal** e o problema.” (BARROS, 2009, p. 41, grifo nosso).

REFERÊNCIAS

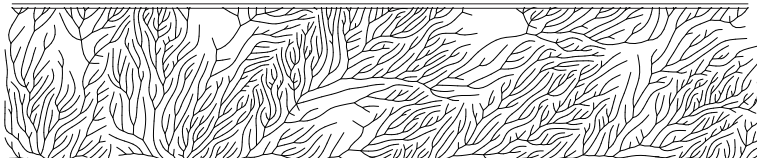
- BACHA, Carlos José Caetano. **A dinâmica do desmatamento e do reflorestamento no Brasil**. Tese (Livre-Docência) – ESALQ. Universidade de São Paulo, 1993.
- BARROS, José de D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BERKES, Fikret. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: VIEIRA, Paulo Freire; BERKES, Fikret; SEIXAS, Cristiana S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 47-72.
- BRASIL Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.
- BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934.
- CABRAL, D. C.; CESCO, S. Árvores do rei, floresta do povo: a instituição das 'madeiras-de-lei' no Rio de Janeiro e na ilha de Santa Catarina (Brasil) no final do período colonial. **Luso-Brazilian Review**, Wisconsin, v. 44, p. 50-86, 2007.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. Na presença da Floresta: Mata Atlântica e história colonial. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- CASTRO, C. F. A. **Gestão Florestal no Brasil Colônia**. Tese (doutorado). Brasília: UnB, 2002.
- DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DRUMMOND, José Augusto. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. **Ambiente & Sociedade**, n. 3 e 4, p. 127-149, 1998 – 1999.
- HESPANHA, António Manuel. Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro. **Panóptica**, v 1, n. 3, p. 95-116, 2006.
- MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.
- MILLER, S. W. **Fruitless trees: portuguese conservation and Brazil's colonial timber**. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- ORDENAÇÕES Afonsinas**. Livro 5, Título LVIII, n. 7.

ORDENAÇÕES Filipinas. Livro 5, Título LXXV.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição:** pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

RAJÃO, Raoni; GIUDICE, Roberta del, HOFF, Richard van der; CARVALHO, Ely Berço de. **Uma Breve História da Legislação Florestal Brasileira.** Florianópolis: Expressão, 2021. 192 p. DOI: [10.29327/531381](https://doi.org/10.29327/531381)

A FESTA DA ÁRVORE EM BELÉM DO PARÁ NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XX



Franciane Gama Lacerda

A chamada “crise da borracha”, momento em que por volta da segunda década do século XX, há uma diminuição das exportações de látex dos seringais amazônicos, pode ser compreendida a partir de várias perspectivas. Uma delas é uma certa preocupação por parte de algumas autoridades e intelectuais com a natureza da região e com o destino de seus recursos florestais e com a produção agrícola. Diante disso, este texto, por meio de notícias de jornais e Mensagens de governadores paraenses discute os sentidos dados às comemorações e festejos do “Dia da Árvore” em Belém/PA.

Assim, em 7 de setembro de 1911, quando se comemorava o Dia da Independência do Brasil de Portugal, em Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará, o Dr. João Antonio Luiz Coelho, governador do estado, enfatizava que tinha a “ideia de instituir, como uso e solenidade das escolas, a festa da árvore, admirável cerimônia” que já era “tradi-

ção honrosa nos grandes países cultos da atualidade” (PARÁ, 1911, p. 134). De fato, a referida festa não se tratava de uma novidade, em países europeus como França e Portugal, e em americanos como Estados Unidos, Uruguai e Argentina, uma vez que já se realizavam essas solenidades, envolvendo principalmente, crianças, adolescentes e jovens de escolas. O jornal paraense *Estado do Pará*, por exemplo, não raro trouxe em suas edições festas da árvore realizadas em várias localidades portuguesas (*Estado do Pará*. Belém, 13 de março de 1913, p.4). Do mesmo modo, o leitor do *Jornal do Brasil*, que tinha grande popularidade na capital da república, o Rio de Janeiro, também se deparava com a notícia de tais eventos tanto em países do exterior como em diversas cidades brasileiras.

Por essas notícias é possível perceber que esses festejos acabavam por congregar nas cidades muitas pessoas. Em agosto de 1911, o *Jornal do Brasil* relatava que no Parque Urbano, em Montevideo, a festa da árvore havia contado com “vinte mil crianças de todos os colégios desta capital”, e autoridades como o presidente, ministros, membros do corpo diplomático, “além de enorme multidão” (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1911, p. 6). Alguns dias depois, o mesmo periódico informava sobre evento semelhante, desta vez em Buenos Aires, momento em que “todos os alunos das escolas primárias assistiram à festa da árvore que se realizou nas avenidas de Palermo e na praça San Martin, com enorme concorrência”. Segundo divulgava o impresso “em todos os pontos de reunião foram feitos muitos discursos celebrando essa festa” na capital portenha. Um desses pronunciamentos havia sido o do Sr. Eleodoro Lobos, Ministro da Agricultura, que dissertara “a respeito dos resultados econômicos e higiênicos da plantação das árvores” (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1911, p. 6). Tal aspecto econômico, conforme veremos adian-

te, será um ponto importante na organização dessas solenidades em Belém do Pará, no contexto da crise da borracha.

Voltando a outros espaços em que ocorriam a festividade em exaltação à natureza por meio das celebrações à árvore. Em 1913, não foi diferente, e o *Jornal do Brasil* descrevia a festa em Vila Nova de Gaya, em Portugal, que com “grande multidão” em um “lindo e primaveril dia” ornamentava “toda a vila” com “as janelas vistosamente engalanadas com verdura” para a passagem do cortejo que saudava e homenageava as árvores (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1913, p. 6). Igualmente, em 1917, ainda que no contexto da I Guerra, o mesmo periódico informava que a festa da árvore seria celebrada em Lisboa em todas “as escolas primárias da República (...) havendo cânticos e jogos infantis” (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 de março de 1917, p. 5). Em 1923, notícias sobre as festas portuguesas da árvore ainda eram pauta, o *Jornal do Brasil* em uma pequena nota lembrava que naquele ano, a cerimônia era assistida por “representante do governo e numerosas famílias” (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1923, p. 9).

Alguns anos antes, o *Jornal do Brasil* não deixou de informar, por exemplo, que na cidade de Maceió, capital de Alagoas, também se realizavam essas festas sempre “com grande préstito, com carros contendo alegorias à festa” (...) e com “carroças conduzindo árvores”, e sempre com o ponto alto dessas comemorações que era a solene “plantação de árvores”. Nessas ocasiões, autoridades como o Governador do Estado e o Intendente da capital, se faziam presentes, sugerindo a importância que a festa tinha nos meios políticos (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro 4 de maio de 1914, p. 8).

No Rio de Janeiro, em 1916, de acordo com o que noticiava o periódico a “entrada da primavera” era “festejada de

modo encantador”. No Horto Floresta da Gávea “crianças de várias escolas públicas” plantariam “pequenas árvores, ouvindo por essa ocasião as palavras do Dr. José Mariano Filho, diretor do horto, que fazia o elogio à árvore”. Assim, observa-se nessas solenidades dois momentos: o primeiro, de caráter político, construído pela presença de pessoas como governadores, intendentos municipais, ministros, dentre outros, que faziam do evento, certamente, um momento que inferia na popularidade e nos ganhos políticos dessas autoridades públicas. O segundo, de caráter pedagógico, que vinculava a importância das árvores a um ensinamento que deveria ser aprendido por crianças e adolescentes das escolas, como algo que se conectava também com o mundo do trabalho, a partir da valorização da lavoura e do amanhã da terra, com o objetivo de se alcançar a ordem e o progresso da nação brasileira a partir dos ideários republicanos (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1916, p. 6).

Um exemplo dessa relação estabelecida entre os festejos da árvore, a produção agrícola e seu caráter pedagógico, pode ser percebido em solenidades ocorridas nos “Patronatos Agrícolas”, como o de “Monção” em São Paulo, quando em 1923, seria realizada “a festa da árvore perante educandos em formatura”. Na ocasião, ocorreria uma “alocução sobre a utilidade das árvores”, pelo professor Oscar Rangel de França. Em seguida, seriam “plantadas pelos educandos dentro da área do estabelecimento, 25 cafeeiros, 15 mangueiras e árvores de ornamentação e sombra (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1923, p. 9).

Não sem razão, referindo-se às festas da árvore em Portugal, Rodrigues enfatiza que as “festas escolares faziam parte de uma estratégia do poder republicano para reafirmar valores, educar e disciplinar o povo” (RODRIGUES, 2010,

p. 118). Para a autora, a “laicização da vida social portuguesa empreendida pela República” se construiu por meio de “práticas simbólicas que pretendiam tornar-se uma alternativa às manifestações exteriores do culto católico, mas que, no fundo, acabavam também por estar impregnadas de religiosidade cívica”. De acordo com Rodrigues, em Portugal, “o culto da árvore acaba por preencher o vazio deixado pela ausência da religião na escola” (RODRIGUES, 2010, p. 118).

Seguindo pensamento semelhante, Montenegro, Soares e Paulilo advertem que “eventos, como a Festa da Árvore, eram evidentemente usados como capitalização política, mas também como expressão de uma concepção nova de educação, com apelo modernizador (...)”. (MONTENEGRO, SOARES, PAULILO, 2022, p. 2). Desse modo, os autores compreendem essas comemorações “como parte de uma cultura festiva escolar e da sociedade, (...) realizado nas escolas e locais públicos no começo do século XX, em várias cidades brasileiras, no contexto de consolidação do sistema republicano” (MONTENEGRO, SOARES, PAULILO, 2022, p.16).

Fernandes, também refletindo sobre o “*Dia da Árvore*”, no “cotidiano do Grupo Escolar Farroupilha”, aponta que essas comemorações se constituíram “como verdadeiros rituais de exaltação e respeito à natureza, sobretudo no período do Estado Novo (1937-1945)”. Segundo a autora, “essa festividade estava associada aos sentimentos de valorização e de pertencimento à Pátria, considerados essenciais na formação das novas gerações” (FERNANDES, 2018, p.5).

Como é possível perceber, por meio das notícias apresentadas até aqui, as festas da árvore no Brasil e no exterior estavam intimamente relacionadas ao mundo escolar, e à ideia de incutir nas crianças e adolescentes um ideal de civismo e amor à pátria, constituído a partir de um verdadeiro culto à

natureza, expresso por meio da valorização das árvores, sem perder de vista, a importância disso, para o mundo do trabalho. No Pará, não foi diferente. Contudo, a instituição dessa festa se deu no contexto em que a Amazônia começava a experimentar o declínio das exportações de borracha, que durante muito tempo havia sido o principal produto de exportação da região. Desse modo, além de seu caráter cívico a festa da árvore não deixava de ter um apelo econômico no Pará. Assim, podemos pensar em um evento que vai se constituindo em tempos da chamada crise da borracha. Desse modo, a criação da festa da árvore no Pará, se dá por meio do Decreto de 19 de agosto de 1913, que instituía e regulamentava o evento, fixado anualmente para o primeiro domingo de junho. Eram objetivos da Festa da árvore nas escolas paraenses:

despertar e cultivar na geração presente e assegurá-lo para o futuro, pelo ensinamento do lar e pela lição da escola o amor à Natureza, o respeito cultural à árvore como ser vivo, inspirando a colaboração na sua defesa e cultura como obra da Providência (*Estado do Pará*. Belém, 20 de agosto de 1913, p.1).

Com a crise da economia da borracha, assevera-se um discurso da prosperidade com o trabalho na agricultura, ao mesmo tempo em que também percebemos uma certa preocupação com a preservação dos recursos naturais. Daí porque, a infância escolar seria alvo desses discursos na medida em que esse grupo, no futuro, seria inserido no mundo do trabalho. Naquele momento de crise econômica no estado do Pará vinha à tona uma questão que havia sido cara aos poderes públicos paraenses, mesmo antes da República. Trata-se das dificuldades de implementação da produção agrícola, em contradição com o extrativismo da borracha, que principalmente a partir da década de 1870 do século XIX, ganhava as pautas

de exportações do mercado internacional. Na segunda década do século XX, por volta de 1913, quando se instituiu a festa da árvore no estado do Pará, a região experimentava um declínio dessas exportações de látex, cujo desfecho seria uma drástica diminuição de impostos para os cofres públicos. Assim, as solenidades em prol da natureza, celebradas por meio da árvore, eram meio de se valorizar as riquezas naturais amazônicas, incentivando-se o trabalho na agricultura. Festejando-se o “Dia da Árvore”, delineava-se, na imprensa e nas mensagens dos poderes públicos, uma imagem mais positiva desse espaço e igualmente o ensejo de dias melhores para economia local. Ironicamente, extrativismo e lavoura, continuavam a ser o foco de muitas dessas ideias.

Ainda que, naquela conjuntura de crise econômica na Amazônia, o Governador paraense João Coelho, que havia decretado a festa da árvore, demonstrasse interesse para com a agricultura e a flora paraense, a seringueira, na visão do governador, continuava a ter lugar de destaque. Por isso, em uma de suas Mensagens ele registrava que a hévea deveria ser alvo de um “verdadeiro culto nessas festas”, uma vez que a era a “principal razão econômica, a primeira condição da nossa prosperidade material”. Apesar da importância da seringueira, João Coelho advertia que essa cultura não poderia “induzir a um fanatismo e exclusivismo absurdo” (PARÁ, 1911, p. 134-135).

Assim, o governador lembrava que o Pará tinha terra e clima propícios para produção de cacau, castanha, frutas e cereais. Além disso, buscava estimular o plantio até mesmo da própria seringueira. A prática já iniciada no governo de Augusto Montenegro, com a constituição de estações experimentais para a produção de mudas para serem plantadas, dá conta de expressar as preocupações nesse sentido. Assim, nos viveiros da Estação Experimental existiam cerca de 85.000 mudas de

seringueiras; 65000 de cacauero; 6000 de mangueiras; e 2000 de árvores frutíferas. A Estação Experimental possuía “mais 80 hectares de campos destocados a dinamite (processo mais barato)”, com cultivo de arroz, milho feijão, ananás, algodão, sorgo, catingueiro roxo, alfafa excelente e de fácil crescimento, hortaliças, mandioca, cana, cacaueros e, como não podia faltar, de seringueiras (PARÁ, 1911, p.136).

De acordo com o que divulgava o jornal *Estado do Pará*, a “Festa da Árvore” se realizava em Belém a partir de ações como: 1) reuniões solenes “nos edifícios escolares”, oportunidade em que “mestres, alunos e pessoas estranhas competentes” dissertavam acerca da “importância da árvore e de outras plantas úteis sobre o ponto de vista da estética e da saúde, da economia e da riqueza da nacionalidade”; 2) Realização de plantações de “árvores, arbustos ou outras plantas estimáveis, sob qualquer aspecto, nas praças e vias públicas, à margem das estradas e em terrenos que tivessem sido preparados para isso”; 3) Eram distribuídas de forma “gratuita” mudas e sementes “para plantio ou sementeira para alunos das escolas públicas”, e do mesmo modo, nas Intendências eram também doadas plantas e sementes que tivessem “maior aproveitamento econômico” (*Estado do Pará*. Belém, 20 de agosto de 1913, p.1).

Nesses momentos festivos também poderiam ser entregues solenemente para “pequenos agricultores”, alguns “prêmios” em “dinheiro” para àqueles que se dedicassem ao trabalho na lavoura. O Art. 3º do decreto que instituiu no Pará, a festa em honra da natureza, ainda indicava que árvores deveriam ser plantadas nos eventos. Novamente, aparecia em destaque, dentre outras espécies vegetais, a seringueira (*Hevea Brasiliensis*). Além disso, eram indicados a semeadura de cacaueros, eucaliptos, castanheiro do Pará, sapucaias, coqueiros, árvores frutíferas, marfim vegetal, andiroba,

ucuhuba, guaraná, baunilha, “árvores de madeira de lei, de sombra, e de adorno e qualquer outro vegetal precioso pelo valor econômico, indígena ou exótico” (*Estado do Pará*. Belém, 20 de agosto de 1913, p.1).

Assim, em junho de 1914, realizou-se em Belém a “celebração oficial da festa da árvore” no campo de cultura experimental, instalado ao lado do Instituto Lauro Sodré. Semelhante ao que acontecia em outras cidades e países, conforme demonstrou-se anteriormente, contou-se com a presença de alunos de escolas municipais, estaduais e particulares, além de muitas autoridades locais. Essa cerimônia, chamada pela Folha do Norte de “celebração oficial da festa da árvore”, revelava-se propícia para o fortalecimento, entre as crianças e a juventude paraense, do patriotismo e do amor ao Pará. Como indicativo dessa ideia tem-se no evento a entoação do “Hino nacional em homenagem à felicidade do Brasil, sob os auspícios da agricultura”. Ao lado disso, foram proferidos discursos e houve a leitura de “várias poesias alusivas à árvore recitadas por alunos”, e o canto do “hino à árvore” (Folha do Norte. Belém, 7 de junho de 1914, p.1).

Conforme divulgou o jornal *Folha do Norte*, nesses momentos de plantações de coqueiros, jarinas, laranjeiras, seringueiras, e outras árvores, prestavam-se as homenagens das mais variadas. Por exemplo: ao coronel Rondon, “catequista dos silvícolas brasileiros”; à “classe agrícola do Pará”; à “prosperidade agrícola do Pará”; “aos militares nacionais do Estado”; “às missões católicas de catequese na Amazônia”; “ao proletariado rural brasileiro”; “à indústria manufatureira paraense”; “aos estudantes de agricultura do Brasil”; “à infância paraense”; “às classes letradas do Pará”; ao “comércio paraense”; “às classes marítimas do Pará”; “aos municípios paraenses”; “à Sociedade Propagadora do Ensino Agrícola no Pará”; “à in-

fância desvalida paraense”; “à imprensa paraense”; “ao museu Goeldi”; “aos fundadores do Ministério da agricultura”; “aos naturalistas que estudaram a Amazônia”, “ ao operariado paraense”; dentre outras homenagens (*Folha do Norte*. Belém, 7 de junho de 1914, p.1).

Como pode-se perceber, pelas homenagens prestadas, a “Festa da Árvore” em Belém tinha uma dimensão cívico patriótica, que trazia à tona uma memória de um passado da nação brasileira com seus heróis, e do próprio estado do Pará. Ao mesmo tempo, enfatizava um ideário de futuro auspicioso para a Amazônia naquele tempo de crise. Por essas perspectivas, a agricultura seria o ponto de partida para o progresso da indústria, e da educação das crianças para o trabalho, especialmente das mais pobres, e até mesmo da própria ciência no estado do Pará, na medida em que o Museu Paraense Emílio Goeldi não deixava de ser reverenciado.

As homenagens revelam assim, um aspecto do que autoridades paraenses, como os governadores João Coelho e Eneas Martins esperavam do desenvolvimento da região. Trata-se do fato de que o progresso republicano, na segunda década do século XX, se constituiria, dentre outras possibilidades, a partir de uma integração entre a ciência, o trabalho e o ensino agrícola, mediados por um respeito à natureza, desde que integrado ao que se considerava como ordem e progresso, o que necessariamente não queria dizer uma preservação de recursos naturais. Por isso, não era de estranhar-se que o governador João Coelho considerasse em 1913 que essas festividades, deveriam ser uma “comemoração ao mesmo tempo econômica e patriótica” (*Estado do Pará*. Belém, 20 de agosto de 1913, p.1).

Portanto, a festa tinha um caráter econômico, na medida em que o estado do Pará atravessava uma grave crise eco-

nômica, em virtude da concorrência da produção do látex dos mercados asiáticos, conforme já se asseverou. A diminuição das exportações de borracha trouxe à tona o desequilíbrio econômico para os cofres públicos paraenses. Diante disso, os governadores paraenses ressaltavam a importância da produção agrícola como forma de desenvolvimento da região. Ao mesmo tempo, não se deixava de lado uma memória do comércio da borracha e igualmente um desejo dos tempos auspiciosos do extrativismo gomífero. Modelar desse simbolismo é o decreto que cria a festa da árvore considerar como fundamental, a plantação de seringueiras.

Desse modo, no Pará, a “Festa da Árvore” não deixou de ser também uma comemoração patriótica para a constituição de uma cultura escolar, marcada por ideias de ordem e progressos republicanos; mas também se inseriu no campo econômico considerando o contexto de crise que se vivia na Amazônia. Não à toa a cerimônia era organizada pela “Comissão de Defesa Econômica da Amazônia”. Em um momento de crise, em que a economia da borracha entrava em decadência, as autoridades locais buscavam encontrar na natureza regional outros elementos capazes de despertar na juventude o ufanismo pelo Pará e de aguçarem o interesse pelas muitas riquezas naturais. Agricultura e ensino agrícola eram os elementos para tal.

Com o tempo, as “Festas da Árvore” em Belém parecem ter perdido a força dos primeiros tempos, pelo menos na imprensa, visto que nos jornais paraenses ora pesquisados, as notícias vão rareando. Contudo, a instituição da “Festa da Criança” pelo Decreto Federal n. 4887, de 5 de setembro de 1923, “a realizar-se no dia 12 de outubro (...) em todo território da República” continuava a contar com muitos expectadores. Em 1928, conforme escreveu o governador Dionysio Bentes, para “essa encantadora festa” compareciam também

“grande massa popular”. Ao encerrar-se a festa eram “distribuídos às crianças doces e brinquedos em profusão” (BENTES, 1928, p.82).

Assim, nessas comemorações para a infância muitas atividades eram realizadas. Em um tempo em que os automóveis ainda eram uma novidade, “passeio de carros” para crianças de escolas públicas poderia ser um meio de lazer. Modelar nesse sentido, são as memórias da escola, de uma senhora, entrevistada pela autora em 1995, nascida em 1927, aluna do Grupo Escolar de Castanhal/PA, que referem aproximadamente, aos finais da década de 1930 e à década de 1940. A entrevistada, recordava-se de um “passeio de carro”, pelas ruas da pequena cidade – que fica cerca de 75 quilômetros da capital do Pará, Belém – em um veículo enviado ao município pelo governador Magalhães Barata. Também rememorava, a poesia aprendida na escola, em que a árvore aparecia como alvo de louvores. Pela poesia que segue, de Arnaldo Barreto (1869-1925)¹, pode-se intuir a importância que essas festas tiveram na vida de meninas e meninos das escolas, na capital e no interior paraense. De fato, a entrevistada relacionava sua vida escolar em Castanhal, a uma memória infantil feliz, expressada dentre outros modos, a partir da recitação dos versos de saudação à árvore, que ela dizia “saber de cor” sem nunca ter “esquecido”:

Cavemos a terra, plantemos nossa árvore,
Que amiga e bondosa ela aqui nos será!
Um dia, ao voltarmos pedindo-lhe abrigo,
ou flores, ou frutos, ou sombras dará!

¹ Arnaldo de Oliveira Barreto nasceu em Campinas (SP), em 12 de setembro de 1869, e faleceu na cidade de São Paulo, em 24 de julho de 1925. Além do seu trabalho como docente e na administração de escolas paulistas, Barreto organizou a Coleção Biblioteca Infantil, da Companhia Melhoramentos. Sobre o autor e sua produção ver: MAZIERO, Maria das Dores Soares. *Arnaldo de Oliveira Barreto e a Biblioteca Infantil Melhoramentos (1915-1925): histórias de ternura para mãos pequeninas*. Campinas, SP, 2015. – Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

O céu generoso nos regue esta planta;
o Sol de dezembro lhe dê seu calor;
a terra, que é boa, lhe firme as raízes
e tenham as folhas frescuras e verdor

Plantemos nossa árvore, que a árvore amiga
seus ramos frondosos aqui abrirão
Um dia, ao voltarmos, em busca de flores,
com as flores, bons frutos e sombra dará

(*Apud* MAIA, 2012, p. 109)

REFERÊNCIAS

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro – RJ – (1911 -1923)

Estado do Pará. Belém – PA – (1911-1916)

Folha o Norte. Belém – PA (1911-1916)

FERNANDES, Cassiane Curtarelli. Os festejos do Dia da Árvore no Grupo Escolar Farroupilha: Rituais de exaltação e respeito à natureza (Farroupilhas/RS 1940-1944). **XIV Encontro Estadual de História – ANPUH/RS**, 2018, Porto Alegre. Encontro Estadual de História da ANPUH-RS. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2018, V.14.

MAIA, Sebastião Alves. **Grupo Escolar Duque de Caxias.** Festas Escolares: uma celebração de múltiplos significados (1949-1962). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, 2012.

MAZIERO, Maria das Dores Soares. **Arnaldo de Oliveira Barreto e a Biblioteca Infantil Melhoramentos (1915-1925):** histórias de ternura para mãos pequeninas. Campinas, SP, 2015. – Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

MONTENEGRO, N. R., Soares, C. L., & PAULILO, A. L. Festa da Árvore (décadas de 1920-1930): vida ao ar livre e múltiplos sentidos da festa escolar. (2022). **Revista Brasileira de História da Educação**, 22.

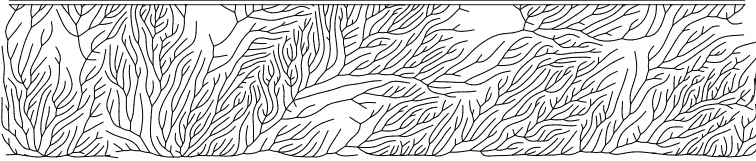
PARÁ – Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antonio Luiz Coelho Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911.

PARÁ – Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1913 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antonio Luiz Coelho Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1912.

PARÁ – Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em sessão solene de abertura da 2ª reunião de sua 13ª legislatura, a 7 de setembro de 1928, pelo governador do Estado, Dr. Dionysio Ausier Bentes. Belém – Pará: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado), 1928.

RODRIGUES, Maria Manuela P. F. **Festas escolares:** As festas da árvore no Barreiro. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 31 p. 95-119, Maio/Ago 2010.

A NATUREZA NOS RELATOS DE VIAGEM: AS AVES DO PARÁ NAS “MEMÓRIAS” DE DOM LOURENÇO



Maurício José Quaresma Silva

INTRODUÇÃO

No ano de 1750, as Coroas ibéricas assinaram o Tratado de Madri, instituindo as orientações para o processo de demarcação e ocupação das possessões espanhola e portuguesa no Novo Mundo. Como exemplo, Espanha e Portugal utilizaram os princípios do *uti possidetis* e das “fronteiras naturais” como parâmetro para a definição de limites na América (CORTESÃO, 1984). Além disso, as monarquias ibéricas designaram homens de ciência, entre eles astrônomos, cirurgiões, desenhadores, engenheiros e médicos, para o trabalho nas missões da Comissão Demarcadora de Limites na América ibérica. Por outro lado, os chamados “comissários inteligentes” elaboraram diversos relatos de viagem com as suas descrições acerca da fauna, da flora, do clima, da hidrografia e da paisagem, possibilitando a construção do saber científico sobre a Amazônia (KETTLE, 2018).

Somado a isso, administradores coloniais, como governadores, ouvidores, secretários e demais oficiais da Coroa, e missionários religiosos, entre eles bispos e padres da Igreja Católica, da mesma forma que os homens de ciência, registraram as suas visões acerca dos elementos naturais do Vale Amazônico. Nesse contexto, embora não tenha participado da política de demarcação e ocupação da Amazônia, Lourenço Álvares Roxo de Potflis (1699-1756), chantre maior e vigário-geral da Igreja de Nossa Senhora das Graças, futura catedral de Belém, no Estado do Grão-Pará e Maranhão e sócio-correspondente da Academia de Ciências de Paris, produziu alguns escritos sobre a natureza amazônica, como as “Memórias Zoológicas, Fitológicas e Mineralógicas ou Descrições Físico-históricas das mais notáveis produções Animais, Vegetais e Minerais do Estado do Grão-Pará”.

Diante disso, Dom Lourenço enviou em 1752 as suas “Memórias” para o homem de ciência francês Charles-Marie de La Condamine (1701-1777). Isso porque, o século XVIII na Europa caracterizou-se pela valorização dos estudos acerca das leis da natureza, entre eles o campo da História Natural (KURY, 2014). Nesse período, os intelectuais europeus incorporaram as ideias de Isaac Newton (1643-1727), desenvolvendo uma nova forma de interpretação da natureza no Velho Mundo. Os trabalhos de Conde de Buffon (1707-1788) e de Carlos Lineu (1707-1778) tornaram-se referência para a História Natural, especialmente os estudos que buscavam a descrição da fauna e da flora da região amazônica. Por isso, a Coroa portuguesa organizou a Comissão Demarcadora de Limites buscando não apenas a demarcação das fronteiras ultramarinas, mas também a formação do conhecimento científico sobre os elementos naturais da América (KETTLE, 2018).

Dessa forma, essa pesquisa investiga, sob a perspectiva da História Ambiental, as representações da avifauna paraense nos relatos de viagem do período colonial, especificamente as “Memórias” de Lourenço de Potflis. Inicialmente, iremos abordar a biografia de Dom Lourenço, trazendo informações sobre o núcleo familiar e o percurso missionário do religioso no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Por outro lado, vamos destacar os principais trabalhos de História Natural escritos por administradores, comissários e missionários ao longo do período colonial, principalmente no chamado “tempo das demarcações”, que tratam acerca da fauna e da flora do Vale Amazônico. Posteriormente, iremos analisar o conteúdo das “Memórias” de Lourenço de Potflis, mobilizando a transcrição do documento publicada na obra de Dante Teixeira intitulada *As Aves do Pará segundo as Memórias de Dom Lourenço Álvares Roxo de Potflis (1752)*.

O NÚCLEO FAMILIAR E A TRAJETÓRIA MISSIONÁRIA DE DOM LOURENÇO NA AMAZÔNIA COLONIAL

Lourenço Álvares Roxo de Potflis nasceu no ano de 1699 na cidade de Belém e era filho de Francisco de Potflis, emigrante natural de Mulhouse, localizada na região da Alsácia, que desembarcou na Amazônia em 1692. Conforme Dante Teixeira, o pai de Dom Lourenço exerceu diversas funções no Estado do Grão-Pará e Maranhão, entre elas agricultor, comerciante, garimpeiro e médico, comandando várias expedições em busca de metais preciosos no Amazonas e no Tocantins. Para além disso, o pai de Lourenço de Potflis informou no ano de 1721 ao rei português, D. João V (1706-1750), sobre a aquisição do sítio de Carnapijó para a construção de um engenho de açúcar. Em virtude disso, Francisco de Potflis

solicitou a utilização da mão de obra indígena e a ocupação da Ilha das Onças, buscando a ampliação do cultivo de cana-de-açúcar (TEIXEIRA; PAPAVERO; KURY, 2010).

Em 1735, Dom Lourenço inaugurou uma *Schola Cantorum*, que concedeu educação formal à elite branca e aos indígenas aldeados da região amazônica. No ano de 1743, Lourenço de Potflis desenvolveu uma relação de “amizade” com o naturalista francês Charles La Condamine, que realizou uma expedição científica na América do Sul entre os anos de 1735 e 1745. Por outro lado, Dom Lourenço ocupou os cargos de Provedor de Defuntos e de Provedor da Fazenda Real. Além disso, essa relação de “amizade” rendeu ao eclesiástico do Estado do Grão-Pará e Maranhão o título de sócio-correspondente da Académie des Sciences de Paris em 1748. No ano de 1752, Lourenço de Potflis iniciou a produção das suas “Memórias” acerca das aves do Pará, porém, em 1756, Dom Lourenço faleceu na cidade de Belém, deixando a sua obra incompleta (TEIXEIRA; PAPAVERO; KURY, 2010).

CIÊNCIA E NATUREZA NO VALE AMAZÔNICO: OS TRABALHOS DE HISTÓRIA NATURAL DO SÉCULO XVIII

A partir do século XX, os pesquisadores da área das Ciências Humanas, especialmente do campo da História, promoveram o aumento na utilização dos relatos de viagem, visando a investigação das questões culturais, econômicas, naturais, políticas e sociais dos três períodos da história do Brasil: Colônia, Império e República. Os historiadores produzem e divulgam inúmeras pesquisas acadêmicas, mobilizando os relatos de viagem como uma fonte histórica. No entanto, de acordo com Stella Franco, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), desde a fundação do institu-

to no ano de 1838, contribuiu para o trabalho de divulgação dos relatos de viagem. Por sua vez, os relatos de viagem estão presentes em obras de autores clássicos da historiografia brasileira, como João Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda (FRANCO, 2011).

Segundo Lorelai Kury, as “Memórias” de Dom Lourenço constituem “a primeira memória ilustrada sobre a história natural da Região Amazônica de que se tem notícia, realizada por alguém nascido na América portuguesa” (KURY, 2014, p. 84). Isso porque, as descrições sistemáticas acerca da fauna local abordavam os animais da região litorânea ou do Estado do Brasil, “como é o caso da obra referencial elaborada a partir da colonização neerlandesa, dos relatos franceses da França Antártica e dos chamados cronistas, frequentemente associados a ordens religiosas” (KURY, 2014, p. 84). Além disso, os colonizadores que navegaram o rio Amazonas e realizaram anotações sobre os animais da região não estavam interessados no campo da História Natural. Contudo, no início do século XVII, o Frei Cristóvão de Lisboa (1583-1652) produziu o manuscrito intitulado “História dos animais e árvores do Maranhão (1624-1627)”, apresentando descrições manuscritas e iconográficas acerca dos elementos naturais da região norte da América portuguesa.

Durante a segunda metade do século XVIII, administradores coloniais, homens de ciência e missionários religiosos, que representaram a Coroa portuguesa na política de demarcação e ocupação das possessões espanhola e portuguesa na América ibérica, escreveram diversos relatos de viagem com as suas impressões sobre os animais, as plantas, o clima, os rios e as paisagens da Amazônia que se relacionam com o campo da História Natural (KETTLE, 2018). Por exemplo, o jesuíta português João Daniel (1722-1776), o arquiteto bo-

lonhês Antonio Landi (1713-1791) e o naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) são alguns dos personagens históricos que realizaram trabalhos de História Natural no chamado “tempo das demarcações”, elaborando relatos escritos e visuais acerca da fauna e da flora amazônica (KURY, 2014).

Na segunda metade do século XVIII, o jesuíta João Daniel, membro da Companhia de Jesus, produziu a obra intitulada “Tesouro Descoberto no Rio Amazonas”, ao longo da sua prisão nos cárceres de Portugal entre 1758 e 1776, constituindo um estudo científico sobre a Amazônia que descreve a fauna, a flora, a hidrografia, os gêneros da terra e as populações indígenas do Vale Amazônico. Por outro lado, o arquiteto Antonio Landi escreveu um diário de viagem com as suas percepções acerca da natureza amazônica e do descimento indígena no sertão amazônico e, entre os anos de 1772 e 1773, elaborou uma obra chamada “Descrição sobre as plantas e os animais do Grão-Pará”. Do mesmo modo, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira conduziu uma expedição científica na Amazônia, fazendo diversas incursões entre o Vale Amazônico e o Mato Grosso entre 1783 e 1792, e produziu a obra intitulada “Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá” (KURY, 2014).

A AVIFAUNA PARAENSE DE ACORDO COM AS “MEMÓRIAS” DE LOURENÇO ÁLVARES ROXO DE POTFLIS

Em 2010, Dante Teixeira, Nelson Papavero e Lorelai Kury escreveram o artigo chamado *As aves do Pará segundo as “memórias” de Dom Lourenço Álvares Roxo de Potflis (1752)*. No seu texto, os autores realizaram a análise e a transcrição do manuscrito original de Lourenço de Potflis através de uma cópia xerográfica

em preto e branco obtida no Museu Nacional de História Natural de Paris. Entretanto, as pranchas coloridas sobre a avifauna paraense não estão disponíveis no artigo em virtude da falta de autorização necessária para reproduzir o material.

No ano de 2017, a Aliança Francesa de Belém e o Fórum Landi da UFPA lançaram, com o apoio da Embaixada da França no Brasil, o livro de Dante Teixeira intitulado “As Aves do Pará segundo as Memórias de Dom Lourenço Álvares Roxo de Potflis (1752)”. Nessa obra, o autor apresenta, respectivamente, as versões em português e em francês do documento, trazendo as descrições manuscritas e iconográficas dos relatos de viagem de Lourenço de Potflis acerca da avifauna paraense. Desse modo, vamos mobilizar as análises de Dante Teixeira para discutir as impressões de Dom Lourenço sobre as aves do Pará e indicar as outras possibilidades de pesquisa com essa fonte histórica.

Em seu percurso missionário, Lourenço Álvares Roxo de Potflis elaborou alguns escritos que não apresentavam nenhum tipo de relação com a História Natural. Entretanto, o *Muséum National d’Histoire Naturelle* de Paris deposita, atualmente, o manuscrito original das “Memórias Zoológicas, Fitológicas e Mineralógicas ou Descrições Físico-históricas das mais notáveis produções Animais, Vegetais e Minerais do Estado do Grão-Pará” de Lourenço de Potflis, que apresenta quatro seções distintas em sua composição: uma breve introdução, o texto descritivo, um “catálogo de pássaros” e as 65 pranchas coloridas das aves do Pará (TEIXEIRA, 2017).

No documento, podemos identificar a página de rosto sem a numeração e com o título da obra em português. Outrossim, as “Memórias” de Dom Lourenço sobre a avifauna paraense marcou o início de um projeto de História Natural voltado para a descrição dos três reinos da natureza e dos costumes das populações do Estado do Grão-Pará e Maranhão,

que ficou incompleto após a morte do religioso. Nesse sentido, a transcrição do documento de Lourenço de Potflis destaca-se tanto pelo caráter inédito quanto pelo aspecto lexicográfico e, também, registra as relações de “amizade” de Charles-Marie de La Condamine com outros interessados pelas Ciências Naturais na Amazônia (TEIXEIRA, 2017).

BREVE INTRODUÇÃO

Em primeiro plano, a primeira parte do manuscrito original apresenta quatro fólios sem numeração, mostrando, na folha inicial, uma versão francesa da página de rosto com alguns detalhes acerca da autoria e de datas. Para além disso, esse documento possui nas três folhas finais uma carta de Lourenço de Potflis enviada para Charles La Condamine datada de 1º de fevereiro de 1752. Nessa breve introdução das “Memórias” de Dom Lourenço sobre as aves do Pará, podemos observar, principalmente, a carta escrita pelo missionário religioso e enviada para o homem de ciência, onde Lourenço de Potflis relata, em seu conteúdo, a elaboração dos registros escritos e das pranchas coloridas acerca da avifauna paraense (TEIXEIRA, 2017).

TEXTO DESCRITIVO

Por outro lado, o manuscrito original de Dom Lourenço apresenta um texto descritivo de 18 páginas com numeração que ocupa frente e verso de nove fólios, trazendo 16 descrições “dispostas em ordem crescente e organizadas quase como verbetes, os quais assumem tamanho muito variável conforme o tema considerado” (TEIXEIRA, 2017, p. 5). Por sua vez, o texto descritivo possui informações sobre 17 espécies de Falconiformes, das quais cinco estão representadas nas

65 pranchas das aves do Pará, descrevendo cada espécie, uma “regra nem sempre mantida devido a equívocos do autor em considerar formas distintas como macho e fêmea da mesma variedade” (TEIXEIRA, 2017, p. 5).

No texto descritivo das “Memórias” de Lourenço de Potflis, podemos identificar as características biológicas e as propriedades medicinais de Falconiformes, entre eles o gavião-real. Porém, as descrições de Dom Lourenço são precárias e, até mesmo, fantasiosas, uma vez que o eclesiástico não era um naturalista treinado e utilizou informações de terceiros e generalidades acerca das aves de rapina do período colonial. Para além disso, o texto descritivo sobre os hábitos das aves do Pará, da etimologia dos nomes populares e do emprego como matéria médica revela, provavelmente, as relações de Lourenço de Potflis com os caboclos e os indígenas da cidade de Belém (TEIXEIRA, 2017).

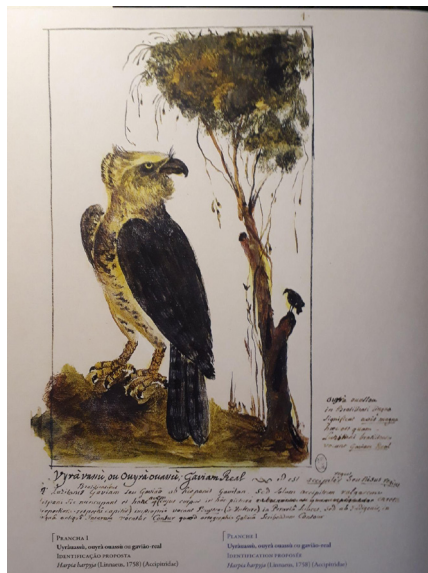
CATÁLOGO DE PÁSSAROS

Além disso, as páginas 19 e 20 do manuscrito original de Dom Lourenço apresentam um catálogo de pássaros que não conta com figuras ou comentários adicionais, mas descreve e retrata 82 nomes que se referem a 65 aves distintas, isso porque existe uma palavra repetida e, também, existem diversos casos de espécies contempladas com mais de uma nomenclatura no documento. Nesse catálogo de pássaros das “Memórias” de Lourenço de Potflis acerca das aves do Pará, podemos observar uma lista que relaciona apenas os nomes que o religioso iria descrever e retratar no futuro, dificultando o processo de “identificação das espécies mencionadas inclusive por haver mais de uma dúzia de vocábulos que não aparecem em qualquer outra fonte conhecida até o momento” (TEIXEIRA, 2017, p. 8).

PRANCHAS COLORIDAS

Em último plano, as páginas finais do manuscrito original de Dom Lourenço apresentam 65 pranchas coloridas em condições precárias que, possivelmente, foram elaboradas por algum indígena sob os cuidados de Lourenço de Potflis, figurando 60 táxons da avifauna paraense (TEIXEIRA, 2017). De acordo com Décio Guzmán, os indígenas aldeados da Amazônia participaram dos trabalhos de decoração das igrejas, das obras de edificação e da manutenção dos colégios e das missões jesuítas nos séculos XVII e XVIII (GUZMÁN, 2015). Em função disso, podemos considerar a suposta autoria indígena das pranchas coloridas presentes nas “Memórias” de Dom Lourenço sobre as aves do Pará.

FIGURA 1 - Prancha colorida do uyrãuassù, ouyrã ouassù ou gavião-real.



Fonte: TEIXEIRA, 2017, p. 38.

Na figura acima, podemos identificar a primeira das 65 pranchas coloridas das “Memórias” de Lourenço de Potflis acerca da avifauna paraense, trazendo informações sobre o uyràuassù, ouyrà ouassù ou gavião-real. Enquanto alguns desenhos reproduzem apenas uma ave ou, até mesmo, vários táxons, pinturas da mesma espécie, diferenças na plumagem e aspectos do comportamento de uma ave, outros desenhos, assim como a imagem acima, retratam elementos relacionados a uma determinada espécie, como uma árvore da região e uma paisagem estuarina, ou aspectos biológicos das aves do Pará. Para além do nome da ave, quatro das 65 pranchas coloridas contêm anotações de terceiros na sua composição (TEIXEIRA, 2017).

Mas afinal, qual é a importância das pinturas disponíveis nas “Memórias” de Dom Lourenço acerca da avifauna paraense dentro do campo histórico? Conforme Peter Burke, os diferentes tipos de imagem, entre elas as estátuas, as fotografias, as gravuras e as pinturas, por exemplo, da mesma forma que os testemunhos orais e os textos, constituem uma forma importante de evidência histórica, pois registram atos de testemunha ocular em um determinado período histórico e permitem a imaginação do passado de um modo mais vívido. Por outro lado, as imagens são fontes perigosas e levantam diversos problemas, uma vez que representam “testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras o seu testemunho” (BURKE, 2017, p. 20). Por isso, durante as décadas de 1920 e 1930, os historiadores da arte lançaram os termos “iconografia” e “iconologia” para traduzir em palavras o sentido de uma determinada imagem.

Sendo assim, os chamados “iconografistas”, vinculados a Escola de Warburg, divulgaram um método iconográfico que apresenta três níveis de interpretação: 1) a descrição pré-i-

conográfica, voltada para o “significado natural”; 2) a análise iconográfica, voltada para o “significado convencional”; e 3) a interpretação iconológica, voltada para o “significado intrínseco”. No entanto, esse “método específico para a interpretação de imagens que foi desenvolvido no início do século XX pode ser considerado falho por ser excessivamente preciso e estreito em alguns casos e muito vago em outros” (BURKE, 2017, p. 60). Para Burke, os historiadores podem utilizar a iconografia, mas não devem depender somente dela. Diante disso, as pranchas coloridas presentes nas “Memórias” de Dom Lourenço sobre as aves do Pará constituem, de acordo com o estudo de Peter Burke, uma evidência histórica essencial para analisar a natureza e a sociedade amazônica do período colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do século XX, a Escola dos *Annales*, fundada em 1929 na França, contribuiu para o afastamento da historiografia clássica do século XIX e o desenvolvimento da *Nouvelle Histoire*, possibilitando o estudo de novos temas na historiografia moderna (BURKE, 1997). Nesse cenário, a área da História Ambiental investiga, desde a década de 1970, as relações entre os seres humanos e o meio ambiente no tempo e configura como um instrumento para o debate acerca das questões ambientais na atualidade. Segundo Donald Worster, os historiadores deparam-se, geralmente, no campo histórico e no ensino de história, com a ausência da natureza na escrita da história ou com a representação da natureza como um cenário estático, no qual as relações humanas desenvolvem-se durante o processo histórico (WORSTER, 1991).

Embora Dante Teixeira tenha produzido um artigo e um livro sobre as “Memórias” de Dom Lourenço, outros

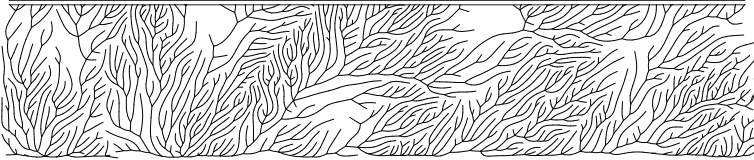
pesquisadores realizaram os seus estudos acerca da avifauna paraense. Como exemplo, Lorelai Kury organizou a obra intitulada “Representações da fauna no Brasil: séculos XVI-XX”, onde escreveu um capítulo sobre o documento de Lourenço de Potflis, trazendo as curiosidades e as representações das aves do Pará. Nesse texto, buscamos analisar, sob a perspectiva da História Ambiental, os relatos escritos e visuais das “Memórias” de Dom Lourenço acerca da avifauna paraense. Contudo, outras possibilidades de pesquisa podem ser traçadas com essa fonte histórica, entre elas a História da Ciência, analisando os aspectos científicos das descrições manuscritas, a História da Arte, investigando a suposta autoria indígena das pranchas coloridas do documento de Lourenço de Potflis, e a Educação Ambiental, utilizando os registros iconográficos como uma ferramenta didático-pedagógica no ensino de história do período colonial, principalmente na Amazônia.

Portanto, as “Memórias” de Dom Lourenço contribuem para a análise das representações das aves do Pará nos relatos de viagem do período colonial. Por outro lado, os relatos de viagem de Lourenço de Potflis demonstram que não apenas os religiosos europeus, mas também os eclesiásticos americanos registraram as suas visões sobre os elementos naturais do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Nessa perspectiva, as “Memórias” de Lourenço de Potflis revelam que, provavelmente, os indígenas elaboraram as pranchas coloridas disponíveis no manuscrito original de Dom Lourenço. Dessa forma, Lourenço Álvares Roxo de Potflis elaborou relatos de viagem acerca da avifauna paraense que possibilitam a ampliação do conhecimento histórico sobre o período colonial na região amazônica e as relações entre os seres humanos e os elementos naturais do Vale Amazônico.

REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** o uso de imagens como evidência histórica. Editora UNESP, 2017.
- CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri.** Lisboa: Horizonte, 1984.
- FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. **Cadernos de Seminários de Pesquisa**, v. 2, p. 62-86, 2011.
- GUZMÁN, Décio de Alencar. Festa, Preguiça e Matulagem: O trabalho indígena e as oficinas de pintura e escultura no Grão-Pará, sécs. XVII-XVIII. **Revista Estudos Amazônicos**, vol. XIII, n. 1, p. 1-29, 2015.
- KETTLE, Wesley Oliveira. “Comissários Inteligentes” na Amazônia Colonial. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 7, p. 58-83, 2018.
- KETTLE, Wesley Oliveira. Para o “adiantamento das ciências”: Antonio Landi e a História Natural na Amazônia colonial. **Temporalidades**, v. 10, n. 1, p. 189-208, 2018.
- KURY, Lorelai Brilhante. Gaviões ardilosos, aves curiosas: o manuscrito de D. Lourenço de Potfliz (1752). In: KURY, Lorelai Brilhante (Ed.). **Representações da fauna no Brasil:** séculos XVI-XX. Andrea Jakobsson Estúdio, p. 84-123, 2014.
- TEIXEIRA, Dante Martins. **As Aves do Pará segundo as Memórias de Dom Lourenço Álvares Roxo de Potflis (1752).** Tradução de Claude G. Papavero. Belém: Memorial do Moronguetá/Fórum Landi/UFGPA, 2017.
- TEIXEIRA, Dante Martins; PAPAVERO, Nelson; KURY, Lorelai Brilhante. As aves do Pará segundo as “memórias” de Dom Lourenço Álvares Roxo de Potflis (1752). **Arquivos de Zoologia**, v. 41, n. 2-4, p. 97-131, 2010.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

A GESTÃO DE EMÍLIA SNETHLAGE (1914-1921) E A AGENDA CIENTÍFICA DA AMAZÔNIA



Luiz Felipe Farias dos Santos

INTRODUÇÃO

No período entre 1870 e 1930, tendo como base a corrente positivista de Auguste Comte (1798-1857) e os ideais civilizatórios que compunham a formação dos Estados Nacionais, houve a emergência, com a revitalização ou criação, de diversas instituições museológicas, com foco nas ciências naturais e na etnografia, no Brasil e no mundo, é o caso do Museu Nacional do Rio de Janeiro, do Museu Paulista e do Museu Paraense (AMORIM, 2019). Essas instituições, como forma de angariar prestígio perante as demais, adotaram estratégias como o intercâmbio de espécimes locais, de periódicos institucionais e de coleções, tais como botânicas, ornitológicas, etnográficas e outros (LOPES, 2000).

Tomando como base o caso do Museu Paraense, os trabalhos de pesquisa do historiador Nelson Sanjad (2006,

2010) evidenciam que Emílio Goeldi, ao longo de sua gestão (1894-1907), a frente do Museu Paraense, se apropriou desses meios, como forma de garantir ao Museu do Pará a inserção nessas redes de museus, principalmente por meio do fornecimento de espécimes da fauna e flora amazônica, algo que detinha grande receptividade de diretores e membros de instituições estrangeiras, formulando uma agenda científica que tinha como intuito tornar esse Museu referência nos estudos regionais.

Para tal, Goeldi precisou mobilizar uma equipe de cientistas para auxiliá-lo na consecução desse projeto científico, e o fez recorrendo a círculos de profissionais que ele detinha contato na Europa, principalmente na Alemanha, o que contribuiu para a contratação da alemã Emília Snethlage (1868-1929), em 1905, como pontua Junghans (2008, 2009), que no ano de 1914 viria assumir a direção do Museu Paraense. Snethlage é considerada uma das primeiras mulheres a ocupar um cargo de direção em uma instituição de pesquisa na América Latina (CUNHA, 1989), fato que justifica a importância de trabalhos como este, que tematizam algo que merece maior atenção da parte dos (as) estudiosos (as) em História das Ciências: a participação ativa de mulheres na produção científica (LOPES, 1998, 2006).

Desse modo, o presente texto tem como objetivo ressaltar a participação do Museu Paraense ao longo da gestão de Emília Snethlage (1914-1921) na construção do conhecimento científico sobre a Amazônia, identificando os temas prioritários dessa agenda científica, isto é, os elementos que tinham uma maior frequência de solicitação por parte de instituições brasileiras e estrangeiras.

As considerações aqui realizadas são os resultados parciais de uma pesquisa que está em andamento no Progra-

ma Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), por meio de correspondências do Fundo Emília Snethlage do Arquivo Guilherme de La Penha, do Serviço de Arquivo e Memória (SEARM) do MPEG, localizado no Campus de Pesquisa do Museu Goeldi.

EMÍLIA SNETHLAGE E SUA TRAJETÓRIA CIENTÍFICA NA AMAZÔNIA

Maria Elizabeth Emília Snethlage (1868-1929) nasceu em 13 de abril de 1868 em Brandenburgo, Berlim, sua formação acadêmica é em História Natural pela Universidade de Berlim, Jena e Freiburg, onde obteve o título de doutora em 1904, com um trabalho sobre a musculatura de insetos (JUNGHANS, 2009). Ao concluir os estudos, atuou no Museu de História Natural de Berlim, como auxiliar do ornitólogo Anton Reichenow (1847-1941), colega de Emílio Goeldi. Foi graças a ele que ficou sabendo de uma vaga no Museu Paraense, e posteriormente foi contratada, o que revela que:

Essas universidades, interligadas por linhagens acadêmicas, formavam uma matriz institucional na qual se falava, de maneira geral, a mesma linguagem científica; ou seja, o conhecimento era produzido em um marco teórico e prático semelhante. Para Goeldi, Snethlage e outros cientistas que trabalharam no Museu Paraense, [...], essa linguagem comum teve forte influência na produção científica ali desenvolvida” (JUNGHANS, 2008, p. 246).

Sendo assim, pode-se compreender a trajetória de Snethlage no Museu do Pará, da condição de assistente de pesquisa em 1905 até assumir a direção em 1914, como fortemente influenciada por Goeldi, haja vista partilharem de círculos acadêmicos similares. Logo, retomando as ideias de Sanjad

(2006, 2010) acerca da formulação de uma agenda científica que visava inserir o Museu Paraense em intercâmbios com as demais instituições, ainda uma ideia em etapa inicial na gestão de Goeldi, com Snethlage esse projeto se consolidará, como se pretende mostrar nos tópicos a seguir.

AS TROCAS DE PUBLICAÇÕES

Acerca dos museus nas décadas iniciais do século XX, Lopes (2000, p. 230) pontua que:

[...] garantir a sobrevivência das instituições centenárias ou das recém criadas, isto é, manter e conservar museus científicos na transição para o século XX, significava necessariamente explorar, coletar, classificar, intercambiar e fundamentalmente publicar. E a essas tarefas, como em todos os museus do mundo, também se dedicaram as instituições latino-americanas.

Portanto, a partir do trecho acima, deve-se ter em mente que para pensar as atividades científicas do Museu Goeldi ao longo da gestão de Emília Snethlage, é interessante a atenção em elementos como o envio de espécimes da Amazônia e de publicações do Museu, principalmente as Memórias e o Boletim do Museu Paraense, revistas formuladas ainda na época de Goeldi que tinham como intuito divulgar os resultados das viagens científicas realizadas pelo interior da região amazônica, o primeiro exemplar data de 1894. Logo, observando-se as demandas desses trabalhos ao longo do período em que Snethlage esteve na direção, é nítido como em pouco menos de 20 anos, esses textos já tinham uma significativa aceitação no ambiente científico estrangeiro, ao ponto de centros de estudos proeminentes os requererem, alegando sua importância para completar projetos científicos de maior en-

vergadura, como manifestado no documento abaixo do Museu Americano de História Natural:

Uma referência a VIII 1914 do seu Boletim é muito bem recebida e pergunto se não terá a gentileza de nos enviar o mais cedo possível estes volumes – uma vez que o trabalho num dos Departamentos é necessariamente retardado pela falta de referência” (TOWER, 1920, tradução nossa).

Inicialmente, esse argumento pode ser reforçado ao se deparar com a variedade de instituições que requeriam as publicações do Museu, a tabela abaixo evidencia algumas dessas entidades e quais eram a literaturas que lhes interessava:

TABELA 1 – Publicações do Museu Paraense solicitadas por instituições estrangeiras entre 1915 e 1921.

Dossiê	País de origem	Ano	Publicação solicitada
<i>American Geographical Society of New York</i>	Estados Unidos	1915	Memórias do Museu, números III e V
<i>Agricultural College</i>	Índia	1916	Boletim do Museu Paraense, volume II
Associação Comercial do Pará	Brasil	1916	Boletim do Museu Paraense, volume VII (1910)
<i>American Museum of Natural History</i>	Estados Unidos	1916	Trabalhos sobre répteis e batráquios
<i>Deli-Proefstation</i>	Indonésia	1916	Trabalhos do Museu Paraense, (sem especificação)
Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro	Brasil	1917	Boletins e Memórias publicadas, (sem especificação)

<i>Cornell University</i>	Estados Unidos	1917	Boletins do Museu Paraense, exceto os volumes IV e VII
<i>American Consular Service</i>	Estados Unidos	1919	Publicações de Jacques Huber
<i>AGAN, E. Joseph</i>	Estados Unidos	1919	Publicações de Jacques Huber sobre animais e plantas no Vale do Amazonas
<i>Museo Bertoni</i>	Paraguai	1919	Trabalhos do Museu Paraense, (sem especificação)
<i>American Museum of Natural History</i>	Estados Unidos	1920	Boletins do Museu, volume VIII (1914) e Memórias do Museu Paraense, números I, II, III e V (se publicadas)
<i>Bibliotheek Van de Nederlandsche Entomologische Vereeniging (Holanda)</i>	Holanda	1920	Arboretum Amazonicum (1907) e Boletim do Museu Paraense (1911 e 1912)
<i>Bibliotheek Van Het Koloniaal Instituut (Amsterdam)</i>	Holanda	1920	Boletim do Museu Paraense, volume IX
<i>Museo de Historia Natural y Etnografia de Concepción</i>	Chile	1921	Trabalhos do Museu Paraense, (sem especificação)

Fonte: Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo MPEG, Gestão: Emília Snethlage. Série: Correspondências.

Logo, nota-se a relevância das publicações do Museu Paraense entre 1914 e 1921, conforme a tabela acima e a carta

de Tower (1920), pois como afirma Raj (2007) essa “circulação” em níveis nacionais e transnacionais mostra a emergência e consolidação de práticas científicas dirigidas por indivíduos, nesse caso por Emília Snethlage, porém como será observado no próximo tópico, isso não se deu de forma tranquila, mas marcada por dificuldades de estabelecer comunicações interinstitucionais, devido a questões de ordem local e global.

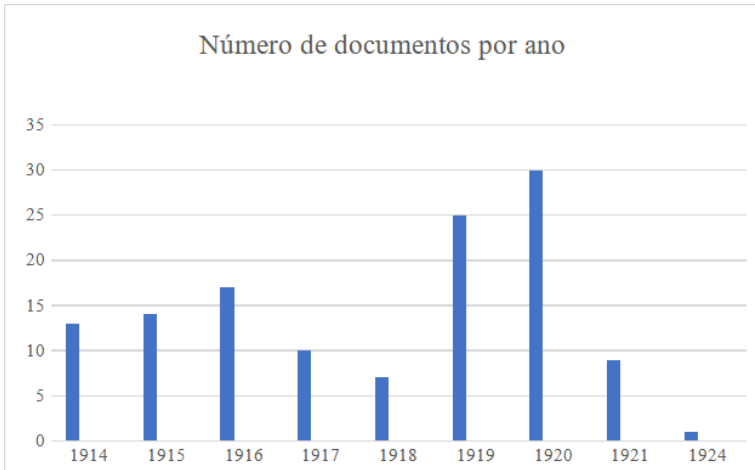
AS DIFICULDADES DE COMUNICAÇÕES ENTRE AS INSTITUIÇÕES

O declínio da participação da Amazônia na exportação de borracha, como mostram os trabalhos de Sarges (2002) e Cancela (2006), levando o Estado do Pará a uma crise financeira, que reverberou no Museu Paraense, pois os recursos repassados foram mínimos, certamente afetou as atividades que Snethlage tinha a implementar. Além disso, outra questão problemática foi o surgimento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), conflito que impactou a comunicação do museu com instituições estrangeiras, como revela o trecho de carta de um museu norueguês “durante a guerra, tentei contactar-vos duas vezes, mas sem qualquer resultado. As cartas foram provavelmente retidas no gabinete do censor. Tomarei agora a liberdade de tentar novamente, na esperança que receba esta carta” (BRINKMANN, 1920).

O gráfico abaixo sinaliza a queda no número de correspondências recebidas entre 1917 e 1918, fato que coincide com a retirada de Snethlage do cargo de direção¹, devido ao acirramento do conflito vigente a época.

¹ A saída de Emília Snethlage da direção do Museu Goeldi, em definitivo, ocorre em 31 de maio de 1921, data em que é exonerada, devido a desconfianças quanto a destinação dos recursos para a manutenção do parque zoológico, criando uma situação insustentável para a sua permanência no cargo (CUNHA, 1989).

GRÁFICO 1 – Demonstrativo de correspondências recebidas pelo Museu Paraense entre 1914 e 1921.



Fonte: Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo MPEG, Gestão: Emília Snethlage. Série: Correspondências.

O ENVIO DE ESPÉCIMES DA FAUNA E FLORA AMAZÔNICA

Em tópico anterior, foi pontuado que o envio de publicações do Museu Paraense era uma estratégia adotada pelos diretores para conseguir prestígio perante os pares das demais instituições. Todavia, além das publicações, também era recorrente a solicitação de exemplares de animais e plantas regionais para os museus estrangeiros, como se pode notar nas correspondências relativas a Snethlage.

Em 25 de abril de 1920, Emília enviava para o Museu Britânico uma remessa com “mammíferos mandados para serem determinados e estudados” (SNETHLAGE, 1920), entre eles figuravam espécimes como: *Marsupialia*, *Chiroptera* e *Rodentia*. Levando em conta, o que afirma Lopes (2000, p. 230) “[...] os intercâmbios de maior importância tratavam-se dos das amostras tipo e de coleções de estudos”, compreende-se essa

circulação de produtos como reveladora de uma prática continuada, que se observa desde os tempos de Goeldi, e é indício de uma agenda científica que buscava consolidar a posição do Museu do Pará nessa rede de relações e reforçar a posição de instituição de pesquisa referência nos estudos da fauna e flora da região amazônica, local que os cientistas estrangeiros e nacionais deveriam recorrer para desenvolver pesquisas nessa área.

Também é possível destacar por meio dos documentos pesquisados o interesse de atores estrangeiros em espécimes da fauna e flora amazônica como nos revela, a carta de uma empresa norte-americana, ao pedir “[...] folhetos e catalogos de propaganda da flora brasileira nesta região [...]” e que tinham como objetivo “[...] vermos si encontramos bom mercado na Europa para os seus productos que naturalmente seriam muito apreciados se tentasse a sua introduccção nas praças de alem mar” (COMPANY, 1915).

Esse interesse em elementos da região amazônica, é constatado desde o momento em que Snethlage assume a condição de diretora do Museu Goeldi, na qual é requisitado a ela “[...] organizar um monstuario desse estabelecimento para figurar entre os productos expostos” (TEIXEIRA, 1914) na “Exposição de Productos Tropicaes” realizada em Londres no ano de 1914, representando o Estado do Pará. Ressalta-se um dos produtos que foi escolhido para compor o “stand” do museu, a seleção de “[...] um monstuario de colleccções do Museo Goeldi, contendo as plantas gommiferas” (SNETHLAGE, 1914).

RESULTADOS PARCIAIS

A partir do que foi trabalhado até o momento na pesquisa de iniciação científica², procurou-se evidenciar a participação do Museu Paraense na rede de relações com mu-

² Até o momento da escrita desse texto foram trabalhados um total de 144 documentos, envolvendo 64 instituições ou sujeitos, de um total de 198 presentes no Fundo Emília Snethlage.

seus e instituições nacionais e estrangeiras ao longo da gestão de Emília Snethlage de 1914 a 1921. Os resultados parciais apontam para a continuidade de um projeto científico que foi formulado por Emílio Goeldi de tornar o Museu referência na região amazônica, e que tem prosseguimento com Snethlage, haja vista a utilização de estratégias semelhantes, como o envio de publicações e de espécimes locais. Os dados até aqui coletados revelam o êxito desse projeto, haja vista a diversidade na quantidade e qualidade (especialidades) de instituições que requeriam algo ao Museu do Pará.

REFERÊNCIA

FONTES

Carta de R. W. Tower a Emília Snethlage. Nova Iorque, 30 de janeiro de 1920. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo MPEG, Gestão: Emília Snethlage, Série: Correspondências, Dossiê: American Museum of Natural History.

Carta de A. Brinkmann a Emília Snethlage. 12 de dezembro de 1919. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo MPEG, Gestão: Emília Snethlage, Série: Correspondências, Dossiê: Bergens Museum.

Carta da empresa Madeira Mamoré Railway Company ao Director do Museu Nacional. Porto Velho, 15 de janeiro de 1915. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo MPEG, Gestão: Emília Snethlage, Série: Correspondências, Dossiê: Madeira Mamoré Railway Company

Carta de José Ferreira Teixeira a Emília Snethlage. Belém, 28 de março de 1914. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo MPEG, Gestão: Emília Snethlage, Série: Correspondências, Dossiê: Exposição em Londres.

Carta de Emília Snethlage a José Ferreira Teixeira. Belém, 20 de abril de 1914. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo MPEG, Gestão: Emília Snethlage, Série: Correspondências, Dossiê: Exposição em Londres.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Lilian Bayma de. **Dois Museus e Uma Coleção:** deslocamentos, disputas e identidades na trajetória de objetos arqueológicos da cultura marajoara. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2019.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamentos e relações familiares na economia da borracha (Belém – 1870 – 1920).** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2006.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. **Talento e Atitude:** estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi, I. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.

JUNGHANS, Miriam. **Aviz Rara:** a trajetória científica da naturalista alemã Emília Snethlage (1868-1929) no Brasil. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

JUNGHANS, Miriam. Emília Snethlage (1868-1929): uma naturalista alemã na Amazônia. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 15, p. 243-255, 2008.

LOPES, Maria Margaret. **Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade.** cadernos pagu, p. 35-61, 2006.

LOPES, Maria Margaret. Cooperação científica na América Latina no final do século XIX: os intercâmbios dos museus de ciências naturais. **Interciência**, v. 25, n. 5, p. 228-233, 2000.

LOPES, Maria Margaret. **“Aventureiras” nas ciências:** refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. cadernos pagu, n. 10, p. 345-368, 1998.

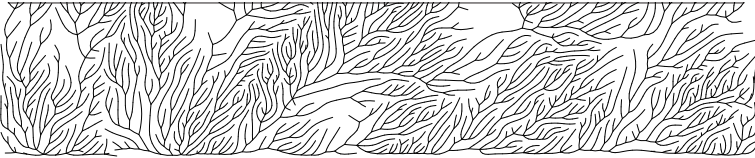
RAJ, Kapil. Conexões, cruzamentos, circulações. A passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX. Cultura. **Revista de História e Teoria das Ideias**, v. 24, p. 155-179, 2007.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém:** riquezas produzindo a Belle Époque. Belém: PakaTatu, 2002.

SANJAD, Nelson. **A Coruja de Minerva:** o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907). Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.

SANJAD, Nelson. Emílio Goeldi (1859-1917) e a institucionalização das ciências naturais na Amazônia. **Revista brasileira de inovação**, v. 5, n. 2, p. 455-477, 2006.

“DO PONTO DE VISTA PRÁTICO”: EMÍLIO GOELDI E OS CONTATOS ENTRE ANIMAIS DA FAUNA AMAZÔNICA E O GADO BOVINO NO PARÁ (1900)



David Durval Jesus Vieira

INTRODUÇÃO

São odiados pelos criadores de gado e tornam-se agressivos durante a época de reprodução, sendo o pequeno Jacaré-tinga (*Alligator sclerops*), apontado como mais malvado do que o grande Jacaré-açu (*Alligator niger*), espécie exclusivamente amazônica (GOELDI, 1900, p. 46).

O trecho acima foi extraído do capítulo *Reinos da Natureza, encarados do ponto de vista prático*, de autoria do cientista suíço Emílio Goeldi, então diretor do Museu Paraense. O texto faz parte da obra comemorativa *O Pará em 1900*, feita pelo governo do Estado do Pará em alusão ao quarto centenário do “descobrimento” do Brasil.

O ataque dos jacarés ao gado bovino era um dos motivos que levava Goeldi a mencionar que aqueles animais eram “odiados” por pecuaristas, sentimento que era compartilhado

pelo próprio Estado. Enquanto o Código de Posturas da capital paraense condenava os maus-tratos aos animais de tração, “o governo de Augusto Montenegro incentivava o extermínio de jacarés na ilha do Marajó” para evitar prejuízos à pecuária (VIEIRA, 2015, p. 63-64).

Paralelamente, intensificava-se a crítica ambiental no Brasil ao longo do século XIX, sob a influência de ideias iluministas (PÁDUA, 2004). O fortalecimento da Biologia também corroborou para essa intensificação. Segundo Duarte (2010, p. 34-40), essa ciência se constituiria ao longo do século 19, com a sistematização de suas áreas principais, tais como a embriologia, a citologia, a fisiologia, a evolução e a genética”. No Brasil, um dos processos que a colocou em evidência foi a “intensa difusão da eugenia entre os círculos intelectuais” ao colocar o debate sobre a “inferioridade da população brasileira”, além do “sucesso da microbiologia e o reconhecimento das descobertas de Pasteur pela comunidade científica” que se apresentavam como aliados estratégicos para as “autoridades públicas no enfrentamento dos graves problemas causados pelo crescimento populacional, pelas aglomerações urbanas e por novas condições ambientais, que geravam quadros turbulentos de epidemias”.

Além disso, a influência de subáreas da Biologia fazia com que as doenças passassem “a ser um problema que exigia conhecimentos entomológicos, faunísticos e ecológicos, e médicos e biólogos se uniram para estudar a morfologia, a fisiologia e o ciclo de vida dos hospedeiros-vetores, assim como sua distribuição geográfica”, focando-se em “populações humanas, mas também populações de bactérias, insetos e mamíferos” (DUARTE, 2010, p. 43).

O momento era favorável para o desenvolvimento de importantes instituições científicas. Em 1894, Emílio Goeldi

assumiu a direção do Museu Paraense, iniciando-se “um dos períodos de maior prosperidade” desta instituição, ainda mais tendo em vista que o Pará vivia “um tempo de franco desenvolvimento proporcionado principalmente pelos lucros com a exportação de borracha, e, localmente, a crise política do final do império havia se esvaecido”. O cientista suíço tinha à sua disposição “recursos abundantes e considerável autonomia, o que nunca antes fora possibilitado aos que o antecederam na administração do Museu Paraense” (CRISPINO et al., 2006, p. 149-151)

Dentre os seus vários perfis, Emílio Goeldi foi um exemplo de intelectual que teceu críticas ambientais. Sanjad (2009, p. 82) ressalta o lado conservacionista do cientista, “desde o Rio de Janeiro, quando defendeu a proibição da caça das tartarugas”. Mais significativo ainda foi a luta de Goeldi pela proteção das garças e dos guarás, quando ocorria um desastroso extermínio de pássaros no Brasil durante as primeiras décadas do período republicano, em virtude da caça esportiva e do comércio de penas que atingia níveis estrondosos, visando atender a indústria da moda (DUARTE, 2006).

Neste sentido, uma questão se coloca: o perfil conservacionista de Goeldi se estendia aos animais considerados “inimigos” do gado? Em *Reinos da Natureza, encarados do ponto de vista pratico*, o cientista traçava as características dos reinos Animal, Vegetal e Mineral que faziam parte da natureza amazônica. Sobre o primeiro, Goeldi destacava os mamíferos, aves, répteis, cobras, peixes e artrópodes, revelando-se em um documento fértil para a análise de historiadores ambientais¹ e, particularmente, para os que se dedicam à interpretação e

¹ A História Ambiental rejeita, acima de tudo, “a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e ‘supernatural’, de que as consequências ecológicas de seus feitos passados podem ser ignoradas” (WORSTER, 1991, p. 199-200).

escrita da História dos Animais². Neste capítulo, focarei a análise na forma como o cientista descreveu as interações entre animais da fauna amazônica, humanos e gado bovino.

FACES DA VISÃO “PRÁTICA”

Os morcegos foram os primeiros animais que Goeldi (1900, p. 38-39) destacou na interação com humanos e gado bovino. Neste sentido, o cientista avaliava que o Brasil ostentava uma “rara opulência” e a Amazônia, em particular, fenomenal riqueza em indivíduos e em diversidade de espécies. O cientista não contestava que nesta “turba lobrega” e noturna, os representantes gêneros “*Desmodus* e *Dysopes*” eram notórios “chupadores de sangue”, causando danos sensíveis aos animais domésticos e aos humanos. Para tanto, mencionava Martius para afirmar que certas espécies constituíam “sério” obstáculo para a criação de gado em Santarém, manifestando-se sobretudo nos meses secos, “quando o pasto é ruim”, e que “modernamente” teria escutado idênticas “queixas” no triângulo pastoril da “Ilha de Marajó”.

A onça era outro animal considerado obstáculo para a criação de gado no Pará. A esse respeito, Goeldi (1900, p. 39) destacava o caso da onça pintada, que ainda existia em “numero notavel”, configurando-se em uma circunstância “tão desagradável ao criador de gado, como agradável ao caçador corajoso”. Nas fazendas localizadas no “triangulo pastoril da Ilha do Marajó, no Cabo Maguary e na contra-costa” era possível escutar o “uivar das onças” nos tesos próximos, nos tabocais, à beira do rio, como se fosse “musica diaria”. Ao coletar infor-

² Para Duarte (2019, p. 36), “a história dos seres humanos é também uma história dos animais” e “uma história que não inclui os animais omite um ponto crucial da trajetória das sociedades humanas no planeta Terra”, ainda mais ao tratar sobre o Brasil, em que “os animais sempre compuseram a vida de seus habitantes”.

mações nesses locais, o cientista concluiu que o prejuízo anual causado pelas onças variava de 50 a 75% do total de gado.

Ao falar sobre a ordem dos *Roedores*, Goeldi (1900, p. 40) ressaltava que havia surpreendente abundância de capivara na “Ilha de Marajó”. Contudo, os fazendeiros não gostavam deste animal, acusando-o de “estragar as pastagens”, o que não era validado pelo olhar do cientista, “a não ser a simples diminuição da vegetação gramínea para o gado”. Em virtude disso, os criadores de gado matavam-na “como podem, não aproveitando por via de regra, nem a carne, nem o couro”.

Entre os répteis, Goeldi (1900, p. 46) dizia que os jacarés pululavam em duas espécies, as quais possuíam a mesma “voracidade”, mas eram “diversas em tamanho”, habitando “os remansos do curso inferior dos rios”, nas lagunas laterais da Amazônia e da Guiana. Como destacado no início deste capítulo, esses animais eram “odiados pelos criadores de gado” e tornavam-se agressivos durante a época de reprodução, sendo o jacaretinga “apontado como mais malvado” do que o jacaré-açu.

Nas descrições de Goeldi sobre as interações entre animais da fauna amazônica, humanos e gado bovino, sobrepõe-se a ideia de que a onça pintada, a capivara e certas espécies de morcegos e jacarés eram empecilhos para o desenvolvimento da pecuária no Pará. Em *Reinos da Natureza, encarados do ponto de vista pratico* não aparecia críticas sobre a caça predatória de animais considerados “inimigos” do gado. Ao contrário, preferia-se registrar a visão de um naturalista e de fazendeiros sobre tais espécies: morcegos que representavam “sério obstáculo”, a presença “desagradável” da onça pintada, a capivara que “estraga” a pastagem, o grau de “maldade” do jacaretinga.

Poder-se-ia pensar que, nesse documento, o cientista não estava preocupado em eleger as espécies de animais não humanos merecedoras de proteção. Porém, ao citar os tatus e

tamanduás, Goeldi (1900, p. 43-45) ressaltava que estes eram “amigos do lavrador”, por conta de sua “profissional caça” às formigas “nocivas” e aos cupins “destruidores”, apresentando-se “dignos” da proteção benévola “das autoridades e dos particulares”. Em outra passagem, o zoólogo mencionava que o urubu era o único animal que podia “gabar-se” do título de proteção oficial desde os tempos coloniais, devido a sua “utilidade como agente gratuito” de higiene pública. Além disso, Goeldi citava com “profundo desgosto” a “guerra” aniquiladora que se fazia às “elegantes *Garças brancas*” e aos “rubros Guarás”, ameaçando estes “ornamentos da natureza” de “completa destruição” e desaparecimento, para atender aos insaciáveis “desejos do Moloch da moda”³. O cientista lamentava este extermínio, acrescentando que “a criação artificial de garças” era possível e prometia se configurar em ramo zootécnico “perfeitamente remunerador”, especialmente se fosse “animado” por auxílios oficiais indiretos.

Conforme a descrição e argumentação traçada por Emílio Goeldi, percebe-se que os animais da fauna amazônica que seriam merecedores de proteção tinham alguma utilidade para os humanos. Para entendermos melhor essa linha de raciocínio, é necessário reforçarmos a localização da ciência no tempo e no espaço (SHAPIN, 2013), destacando que ela era praticada por indivíduos a serviço do Estado (NEVES, 2010). Desde a época colonial na América Latina, “havia uma *cidade letrada* que compõe o anel protetor do poder e a execução de suas ordens: uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais” que “estavam estreitamente as-

³ Também conhecido como Malcã e Baal, Moloch era “cultuado por fenícios, cartagineses e cananeus, considerado símbolo do fogo purificador”. Contudo, passou a ser mais conhecido pela forma como os textos bíblicos o representava, “como um deus ao qual os amonitas (uma etnia de Canaã) sacrificavam recém-nascidos”, jogando-os numa “fogueira” em que a abertura se localizava no “dorso ou base de sua estátua” (COELHO, 2017, p. 249).

sociados às funções do poder” (RAMA, 1998, p. 32). Nesta composição, havia cientistas presentes.

Nascido em Schlatt, na Suíça, em 1859, Emílio Goeldi frequentou “as universidades de Leipzig e de Jena, na Alemanha, no curso de Zoologia e Anatomia Comparada”, defendendo a sua tese de doutorado no ano de 1883. A partir de então, passou a se dedicar à zoologia aplicada, “área que se expandiu rapidamente na Alemanha, na França e nos Estados Unidos, financiada pelos governos e por associações de produtores rurais”, o que “permitiu maior controle sobre pragas e doenças, o desenvolvimento de técnicas de manejo, o aperfeiçoamento de processos industriais e o aumento das atividades agrícolas” (SANJAD, 2009, p. 17-19).

Goeldi ganhou fama com esse tipo de pesquisa, recebendo o convite para “assumir o cargo de subdiretor da seção zoológica do Museu Nacional do Rio de Janeiro”. Em fevereiro de 1885, começou a exercer o cargo efetivamente. Dentre as suas várias pesquisas no museu carioca, uma teve “impacto internacional no meio acadêmico e produtivo”: o “estudo de uma praga que vinha devastando os cafezais do Rio de Janeiro havia vinte anos”, descrita por Goeldi como um verme que se alojava “na raiz da planta, comprimindo os vasos de xilema e reduzindo a absorção e o transporte de água e de nutrientes”. Esta pesquisa e a publicação de *Os Mamíferos do Brasil* provavelmente influenciaram o governador Lauro Sodré a convidar o cientista suíço a assumir a direção do Museu Paraense, função que passou a desempenhar a partir de 1894 (SANJAD, 2009, p. 20-39).

A ascensão acadêmica e profissional de Emílio Goeldi se cruza com o cenário político e econômico brasileiro. O desenvolvimento da ciência no Brasil, na transição do século XIX para o XX, deve ser entendido estabelecendo relações com a

implantação da República e a intensificação de investimentos no setor agrário. Naquela época, os interesses das elites agrárias tinham um grande peso nas decisões políticas. Parte desses grupos estava se deslocando da economia para a política, “com o objetivo de preservar a posição tradicional em termos de status e de poder”. Nesse contexto, importantes instituições científicas estavam sendo criadas como o Instituto Agrônomo de Campinas, para a pesquisa agrícola; o Instituto Vacinogênico, para o desenvolvimento de vacinas; o Instituto Bacteriológico; o Museu Paulista; o Museu Paraense; e o Instituto Butantã, dedicado à “pesquisa de venenos e produção de antídotos”, além do “Instituto de Manguinhos, para a pesquisa biomédica”, criado no Rio de Janeiro em 1900 (SCHWARTZMAN, 2001, p. 95-99).

Essas instituições se voltavam principalmente para a “aplicação dos seus resultados àquilo que era considerado como as necessidades mais prementes do Brasil”, como a “exploração dos recursos naturais, a expansão da agricultura e o saneamento dos principais portos e cidades”. Esta “ciência aplicada” era desafiada por “obstáculos inesperados” à consolidação e continuidade do crescimento da economia nacional, como as “pragas agrícolas e doenças do gado; moléstias endêmicas que reduziam a capacidade da mão-de-obra e fechavam os portos do País à navegação internacional; a falta de uma rede eficiente de estradas, portos e estradas de ferro; a deficiência energética” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 100).

A ciência aplicada se voltava, dentre outras coisas, para o desenvolvimento da atividade pecuarista, quando ocorria um aumento da demanda interna pelo consumo de carne nas economias latino-americanas, o que teria estimulado a expansão da atividade e a colonização da fronteira para o “controle do território” (AUSDAL e WILCOX, 2022, p. 202). No Pará,

a carne bovina fazia parte da alimentação básica. Em Belém, havia dois tipos disponíveis para a venda: a carne seca e a carne verde. A primeira, “era alimento mais acessível pelo preço e podia ser encontrada fora do mercado público, pois, por estar salgada apresentava uma durabilidade maior”, enquanto que a segunda, tinha “valor maior” por ser fresca, “mais ‘saudável’ e saborosa” (MACÊDO, 2021, p. 43).

Neste sentido, uma das necessidades prementes para os agentes do poder público paraense era “desenvolver e animar” a criação de gado, amparando e protegendo-a contra os seus “inimigos” naturais (PARÁ, 1897, p. 23). A pecuária estava presente no Marajó, em Bragança, no município de Vizeu, em Gurupá, Santarém, Faro, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre, além de Mazagão e Macapá, submetidos naquela época à administração paraense (PARÁ, 1875). Havia, inclusive, a pretensão de estendê-la para o sudeste paraense, visando deslocar a força de trabalho das atividades extrativas para as agropastoris (GALVÃO JÚNIOR e SANTOS JÚNIOR, 2021), e para as “fronteiras do Amazonas”, por meio da “descoberta” de novos campos no oeste do Pará que vissem a aliviar a preocupação dos fazendeiros da região do Baixo Amazonas com as enchentes do rio Trombetas (LACERDA e VIEIRA, 2015, p. 161).

Amparar a pecuária também era importante com o fim de atrair imigrantes europeus para o Pará. A obra *O Pará em 1900*, onde constava o capítulo escrito por Goeldi, deixava claro esse desejo ao homenagear os “vinte mil colonos europeus” que se encontrariam no Pará, a quem o estado devia a glória de “provar” que a aclimatação da “raça branca” poderia se tornar uma “realidade na América” (PARÁ, 1900, p. 13).

O incentivo à imigração europeia se relacionava com a política de embranquecimento da população, baseado nas

teorias raciais⁴ que vigoravam na época. No Brasil, o mito da democracia racial apareceria como tentativa para acomodar essas teorias.

Confrontando as teorias que realçaram a superioridade da população branca e a inferioridade dos mestiços e negros, a elite brasileira – uma minoria de brancos, alguns dos quais não estavam seguros da ‘pureza’ de seu sangue, cercados por uma maioria de mestiços – não descobriu melhor solução do que colocar suas esperanças no processo de ‘branqueamento’. O Brasil superaria seus problemas raciais, sua inferioridade, através da miscigenação. A população tornar-se-ia crescentemente branca (COSTA, 2010, p. 372-373).

Nesse contexto, o governo paraense investiu em uma política de atração de imigrantes europeus, como os espanhóis. Segundo Sarges (2010, p. 202-216), os governadores Lauro Sodré e Paes de Carvalho assinaram as Leis 223, de 1894, e 583, de 1898, respectivamente, autorizando “a introdução de estrangeiros de boa conduta e aptos para o trabalho agrícola ou então, dedicar-se a qualquer indústria útil, contudo a preferência era pelos indivíduos acompanhados de família”. Além disso, o governo prometia “passagem de Vigo, Barcelona ou outro porto da Espanha até Belém em ‘rápidos vapores ingleses e italianos’”. Isso resultou, em 1896, na imigração de 3.168 espanhóis para o Pará, dentre os quais “1.777 partiram para os núcleos agrícolas e 1.368 ficaram na capital”.

Como diria Shama (1996, p. 24-26), “toda a nossa tradição de paisagem é o produto de uma cultura comum”, tratando-se, “ademais, de uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões”, que

⁴ O “darwinismo social” era um exemplo de teoria racial. Essa perspectiva “via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que ‘não se transmitiriam caracteres adquiridos’, nem mesmo por meio de um processo de evolução social”. As consequências disso foram o enaltecimento da “existência de ‘tipos puros’ – e, portanto, não sujeitos a processos de miscigenação”, e a compreensão da “mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social” (SCHWARCZ, 1993, p. 76-77).

poderia ser “conscientemente concebida para expressar as virtudes de uma determinada comunidade política ou social”. Ao se depararem com ambientes em que a criação de gado estava presente, e com locais onde se vendia carne bovina, isso certamente ativaria a lembrança dos colonos europeus com a sua terra natal, estabelecendo vínculos culturais com o Pará. Animais domésticos como o boi e o cavalo foram trazidos por colonos europeus para a América, em séculos anteriores, sendo importantes biologicamente para o processo de colonização (CROSBY, 2011).

Esse quadro nos possibilita um melhor entendimento sobre a forma como Emílio Goeldi descreveu as interações entre animais da fauna amazônica, humanos e gado bovino. O cientista suíço estava a serviço do Estado, o que equivalia ao desejo deste em “animar, proteger e amparar” a pecuária no Pará, visando atender aos interesses de fazendeiros, à demanda do mercado consumidor interno e à política de atração de imigrantes europeus. Neste sentido, uma das atribuições científicas era o mapeamento dos obstáculos onde a pecuária se encontrava e expandia, identificando-se os animais considerados “inimigos do gado”.

Ainda assim, o argumento da “utilidade” não é suficiente para entendermos a justificativa da proteção de animais não humanos. Goeldi (1900, 40-42), por exemplo, ressaltava que da capivara poder-se-ia fazer um “prato bem regular” dos músculos do “lombo” e que no sul do país se aproveitava o seu couro para “fabricar canos de botas de montar”. Sobre a paca, dizia-se que estava entre as caças especiais da terra e “bastante perseguidas em virtude da sua carne saborosa”. Da cutia, aproveitava-se o couro, “constituindo artigo de exportação”. Os veados mereciam uma atenção “mais demorada” do zoólogo, “em virtude da

sua importância econômica que no Pará era “incomparavelmente maior do que em qualquer outra região da República”, excetuando-se “talvez” uma fração dos Estados de Mato Grosso e Goiás. Provinha deste animal “milhares e milhares” de couros secos, os quais constituíam “importante artigo de exportação”, desempenhando “papel significativo” no movimento comercial e nas rendas do Estado.

A anta, por sua vez, era “encontrada ainda” com frequência satisfatória no “sertão silencioso” e solitário, sendo “alvo de caça apaixonada”, tanto por parte dos índios, “como por parte dos colonos e lavradores, seringueiros” e expedicionários de “todos os matizes”, por conta de “sua carne saborosa, como por causa do seu couro, bastante apreciado pela espessura e força para os trabalhos de longa duração”. Além disso, aproveitava-se da anta a sua gordura, cascos e “outras partes do corpo”, que gozavam “da fama de medicamentos” (GOELDI, 1900, p. 41).

O exemplo da anta é elucidador. Para animais não humanos passarem a ser protegidos era necessário também estar sob ameaça de extinção, como era o caso das garças e guarás. Neste sentido, sobre a onça pintada recaía uma dupla justificativa para a caça predatória: estava em “numero notável” e era considerada “inimigo” do gado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da interação entre animais da fauna amazônica, humanos e gado bovino, a partir do texto *Reinos da Natureza, encarados do ponto de vista pratico* não seria possível sem uma leitura crítica do documento, confrontando-o com outras fontes e com parte do acervo bibliográfico disponível sobre o período pesquisado. É preciso lembrar

que as fontes podem nos dizer mais, nem que seja a “contra gosto” (BLOCH, 2000).

Dessa análise, foi possível problematizar o perfil conservacionista de Emílio Goeldi, localizando-o no tempo, espaço e nas estruturas de poder. Neste sentido, Goeldi não esboçou uma defesa da proteção de animais como a onça pintada, capivaras e jacarés, mesmo sendo alvos da caça predatória, por conta dos interesses do Estado e de particulares em expandir a pecuária no Pará, e porque esses animais ainda não estariam sob ameaça de extinção.

REFERÊNCIAS

AUSDAL, Shawn Van; WILCOX, Robert W. Un continente cubierto de pasto: ganadería y transformación del paisaje. *In*: LEAL, Claudia; SOLURI, John; Pádua, José Augusto. **Um passado vivo: dos siglos de historia ambiental latinoamericana**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

COELHO, Victor de Oliveira Pinto. Ernst Jünger e o demônio da técnica: modernidade e reacionarismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 246-273, maio/ago. 2017.

COSTA, Emilia Viotti. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CRISPINO, Luís Carlos Bassalo; BASTOS, Vera Burlamaque; TOLEDO, Peter Mann. **As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: Aspectos Históricos e Iconográficos (1860-1921)**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DUARTE, Regina Horta. Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938. **Latin American Research Review**, v. 41, n. 1, p. 3-26, 2006.

DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante**: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

DUARTE, Regina Horta. História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. **HALAC** – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña, v.9, n.2, p. 16-44, 2019.

GALVÃO JÚNIOR, Heraldo Márcio; SANTOS JÚNIOR, José Carlos dos. Viagem a Serviço do Estado: epidemia de febres intermitentes como justificativa para a implantação da pecuária no Sudeste do Pará (1890-1910). **Revista Espacialidades**, v. 17, n. 1, p. 175-194, 2021.

LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina Corrêa. “O celeiro da Amazônia”: agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 157-181, jan./jun. 2015.

LIMA, Helder Lameira de. Malditos de Raça, Malditos de Cor: a imprensa abolicionista belenense e seus atropelos raciais. *In*: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (Orgs.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

MACÊDO, Sidiana da Conceição Ferreira de. História da Alimentação Paraense. *In*: MELO, Sheila de Souza Corrêa de; RIBEIRO, Suezilde da Conceição Amaral (Orgs.). **As indicações geográficas do Pará**: passado, presente e futuro. Ananindeua: Itacaiúnas, 2021.

NEVES, Margarida de Souza. Ciência, civilização e república. *In*: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PARÁ. Presidente da Província. *Relatório apresentado ao Exm. Senr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo Exm. Senr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Pará no dia 17 de janeiro de 1875*. Pará: Archivo Publico, 1875.

PARÁ. Governo do Estado. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador Dr. José Paes de Carvalho**. Belém: Typ. do “Diario Official”, 1897.

PARÁ. Governo do Estado. **O Pará em 1900**. Belém: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900.

RAMA, Angel. **La ciudad letrada**. Montevideo: Arca, 1998.

SANJAD, Nelson. **Emílio Goeldi (1859-1917):** a ventura de um naturalista entre a Europa e o Brasil. Rio de Janeiro: EMC, 2009.

SARGES, Maria de Nazaré. A “Galícia” paraense: a imigração espanhola em Belém (1890-1910). *In*: ALONSO, José Luis Ruiz-Penado; CHAMBOULEYRON, Rafael. **T(r)ópicos de História:** gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI). Belém: Açai, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um Espaço para a Ciência.** A Formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

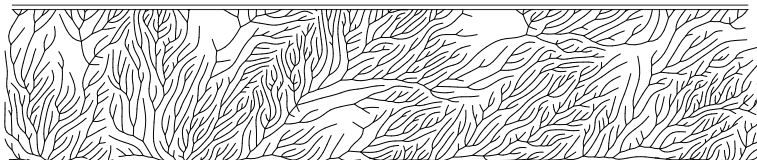
SHAMA, Simon. **Paisagem e Memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SHAPIN, Steve. **Nunca Pura:** Estudos Históricos de Ciência como se Fora Produzida por Pessoas com Corpos, Situadas no Tempo, no Espaço, na Cultura e na Sociedade e Que se Empenham por Credibilidade e Autoridade. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

VIEIRA, David Durval Jesus. **A cidade e os “bichos”:** poder público, sociedade e animais em Belém (1892-1917). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2015.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

OS DIÁLOGOS SOBRE A *INFLUENZA* *HESPANHOLA* EM BELÉM ATRAVÉS DO JORNAL A PALAVRA (1918)



Lizandra Costa da Silva
Sandra Melissa Moraes Fonseca

INTRODUÇÃO

Os lampiões de luz à azeite apagam, bondes elétricos nas ruas¹ e, assim, a rotina belenense se iniciava na data de 29 de setembro de 1918 em sua normalidade; todavia o prelúdio do mal já estava escrito. Na edição diária do jornal *A palavra* consta uma coluna inédita denominada *Pela saúde pública*. Nela apresentava-se aos leitores notícias vindas da capital, Rio de Janeiro. Um telegrama escrito pelo Dr. Carlos Seidl - Diretor Geral de Saúde Pública - anuncia a existência de uma epidemia que reina em solos europeus e se alastra como rastilho de pólvora. A chegada da moléstia no país era cogitada, logo, Seidl recomenda o início de medidas intensas de fiscalização e seleção dos “doentes e suspeitos de qualquer *affecção*” (*A palavra*, 29/09/1918). Um clima apreensivo, gra-

¹ Estas eram algumas das tecnologias introduzidas na capital paraense no início do século XX, haja vista a influência do ciclo da borracha e, por consequência, o projeto urbanístico de aplicação dos modelos europeus na Amazônia. Para mais informações, ler: Ernesto Cruz (1973).

dativamente, paira pela capital paraense, que presenciara uma estarecedora tragédia após 4 dias da publicação: o mal adentrará pelo porto.

A narrativa da gripe espanhola na cidade de Belém possui uma quantia significativa de abordagens historiográficas que possibilitam ao pesquisador adentrar nesta temática e produzir novos questionamentos a essas fontes. Por isso, o interesse da análise é direcionado aos estudos de periódicos publicados em 1918, saindo da centralização da utilização de documentos na pesquisa, método que foi por muito tempo valorizado em detrimento do uso de outras fontes do passado, tendo em vista que o historiador deveria “valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo” (LUCA, 2005).

Ademais, a utilização de jornais e revistas em pesquisas é fruto da Nova História difundida no final do século XX que permitiu uma reformulação nas investigações historiográficas já que a cada olhar direcionado aos periódicos, novas ideias e questionamentos se apresentam, visto que estes perpassam por várias áreas de interesse como economia, política, lazer e, sobretudo nessa pesquisa, na saúde (MOURA, 2022). Deve-se considerar também que essa fonte é vista nesse rearranjo historiográfico como fonte e objeto do pesquisador e a imprensa também é compreendida como prática social, possuidora de diferentes pontos de vista sobre sua época. Tais debates sobre o uso dessas fontes é de grande relevância para o historiador, pois fomenta novos trabalhos que recorrem a elas e estimula a preservação do passado em arquivos, centros culturais e instituições.

Dessa forma, esta pesquisa valeu-se dos periódicos do jornal *A Palavra*, veículo de imprensa católico produzido desde 1911 por Dr. Paulino de Almeida Brito (1858-1919) com

a intenção de manter seu espaço e seus princípios religiosos na sociedade moderna. Ademais, destaca-se no trabalho a trajetória da epidemia na coluna *A INFLUENZA* publicada entre os meses de setembro e dezembro no ano de 1918, com o intuito de analisar as atitudes do poder público frente à *influenza hespanhola* para com as classes baixas em paralelo com as classes de maior poder aquisitivo, problematizando insuficiência de políticas públicas essenciais ao combate da doença e culpabilização da classe mais baixa a respeito da propagação do vírus.

PRELÚDIO DO MAL

No contexto mundial, a *Influenza Hespernhola* se apresentava como mais um mal existente nos tempos hostis do início do século XX. A 1ª Guerra Mundial ou Grande Guerra estava nos momentos finais após 4 anos de duração, contando com um saldo aproximado de 20 a 30 milhões de mortes, logo, as potências (e sua população) vivenciavam uma enorme exaustão pós-combates. Em virtude disso se negligencia os primeiros anúncios do crescimento de uma “doença esquisita” que assolava os exércitos. Em 1918, os cientistas não sabiam acerca da origem exata do vírus, todavia cabe a hipótese de que “tivesse se originado em algum lugar dos Estados Unidos e chegado à Europa junto com os soldados que embarcaram no verão” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 5). Assim, cabe observar a contribuição das movimentações bélicas na contaminação do globo, haja vista o ciclo de transmissão que se iniciava nas viagens marítimas dos soldados, seguia para os marinheiros dos portos e, por fim, a população em geral (SOUZA, 2009). Além disso, vale salientar a realidade insalubre das cidades na Idade Moderna, na Europa:

[...] primavam pela falta de limpeza e higiene, pela existência de ruas sujas e mal cheirosas, algumas delas sem entrada de luz solar, ou com muito pouca, dificultando a circulação do ar, com amontoados de detritos e imundices, com animais que circulavam livremente, largando sujidades e criando condições para a proliferação de insetos, muito perigosos para a saúde pública. [...] o que demonstra a fragilidade em que viviam os seus habitantes, principalmente os mais pobres, mas também a facilidade com que podiam todos ser contagiados, devido à existência de ratos e de muitos insetos [...]" (ARAÚJO, 2021, p. 18)

Nesse sentido, em nível global, tais pontos foram alguns dos elementos que propiciaram as três principais ondas de contágio pela *Influenza*, sendo – respectivamente – a primeira em março de 1918, com mortalidade baixa; segunda e altamente virulenta no mês de agosto do mesmo ano; e, por fim, a terceira, em menor escala, emergiu em janeiro 1919 (SOUZA, 2018) Além disso, não é possível calcular um número exato do total de mortes, entretanto se mensura uma quantidade maior do que na Grande Guerra, entre 30 a 50 milhões (SCHWARCZ; STARLING, 2020) O Brasil, a priori, acompanhava à distância todos os desdobramentos da destruição causada pela moléstia do século, por meio das edições diárias dos jornais de cada estado. Tais registros elucidaram devida apreensão para com a chegada da doença ao país, destacando-se o caso da Missão Médica, em que voluntários da saúde foram enviados – pelo navio *La Plata* - para auxiliar os Aliados na guerra, todavia em pouco tempo a tripulação adoece de um *mal desconhecido*. No mês de setembro, como esperado, a *Influenza Hespânica* já estava presente no território brasileiro, como descreve Abreu Júnior (2018, p. 64): “[...] possivelmente desde 14 de setembro, quando o navio inglês Demerara, proveniente de Liverpool, com escalas em Lisboa e Dacar, atracou em sequência nos portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro”.

A partir disso, a moléstia se alastra pelos estados, seguindo para São Paulo, Rio de Janeiro, até chegar à capital paraense, Belém. A entrada do mal ocorre no dia 2 de outubro de 1918, através da chegada ao porto do vapor Ceará, “com escalas que traziam 123 passageiros, dos quais 42 acometidos pela influenza” (JÚNIOR, 2018, p. 85). Logo, inicia-se a maior presença nos periódicos paraenses acerca da doença, vale ressaltar que a narrativa adotada e propagada nos escritos objetivava mascarar a gravidade da gripe, como informa o jornal *A palavra*, na coluna *INFLUENZA*: “nada mais é que a *grippe* comum de forma benigna e para a qual não é preciso empregar medidas *prophylacticas especiaes*” (*A palavra*, 17/10/1918), reiterando-se a estratégia do governo de não causar pânico na população belenense.

A BELÉM DO SÉC. XIX-XX

O início do século XX no Brasil é marcado por um processo de industrialização impulsionado pelas relações comerciais com outros países e pela ascendência dos Estados Unidos como potência econômica, além de movimentos migratórios constantes para o país em decorrência da economia cafeeira e gomífera. Tal processo de crescimento econômico no Pará desencadeia um novo conceito de civilidade, como cita Sarges (2010) essa nova ordem econômica impôs à cidade uma reordenação, uma remodelação de hábitos e costumes que irão ser baseados agora na vivência europeia, já que este modelo faria jus ao novo lema da república “o Brasil civiliza-se” e no Pará essas concepções são postas na sociedade no período da *Belle Époque*.

O processo de construção dessa modernidade deveria propor algumas medidas para atingir o patamar estipulado

pelas classes dominantes: o patamar europeu, por isso deveria haver uma economia voltada para cenário internacional, urbanização em massa das capitais, o incentivo à entrada de imigrantes – já que estes seriam considerados os trabalhadores ideais para esse novo processo – e, principalmente, era necessário uma mudança de hábitos, logo, alguns aspectos da sociedade divergiam dessa proposta “Assinalando o processo de construção de uma sociedade moderna, a presença de uma pobreza indigente será considerada um desvio no macrocosmo social” (SARGES, 2010, p.193) visto que não cabia mais em uma capital modernizada costumes ultrapassados.

Ao analisar a economia paraense desde o fim do século XIX, devido ao aumento da demanda internacional da borracha houve um aumento populacional ao então não desbravado “inferno verde”, todavia, a partir de 1900 é registrada na Ásia a primeira venda de borracha no mercado internacional, inicialmente não considerada nociva à produção da Amazônia, até que em 1913 em razão da quantidade que era produzida no continente asiático é superada pela primeira vez o contingente da produção amazônica. Enquanto haviam sido produzidas 49.618 toneladas de borracha asiática, no Brasil eram registradas apenas 39.560 toneladas, cenário que não se modificou no decorrer dos anos e ao se eclodir a Primeira Guerra Mundial e os países em guerra optarem por escolher a borracha asiática (que possuía além da maior quantidade, melhor qualidade), o processo de declínio de extração do látex amazônico foi cada vez mais evidenciado (SAMPAIO, 2011).

Ao se deparar com a crise repentina de exportação do caucho, os seringueiros deixaram seus seringais e foram para as capitais em busca de empregos, entretanto tais cidades não possuíam capacidade de receber todos esses trabalhadores. Dessa forma, a massa de desempregados era composta de todo tipo

de sujeito, seja o migrante nordestino ou o estrangeiro trazido para o Brasil por possuir o caráter ideal para o trabalho. Logo, esses inchaços populacionais estariam intrinsecamente ligados à proliferação de doenças nas cidades da Amazônia em razão das condições sanitárias à que foram submetidas essas pessoas que fugiam da crise do “ciclo da borracha” considerando que o molde de civilidade ainda estava sendo vivenciado no início do século XX, tal molde que trazia uma distribuição social discriminatória que marginalizava essas pessoas para áreas suscetíveis a essa disseminação de mazelas.

Esse era o cenário em que se propagou a epidemia da *Influenza Hespanhola*, mesmo que a medicina estivesse se aprimorando cientificamente e que políticas de higienização estivessem sendo aplicadas neste período, isto não impediu essa proliferação haja vista que essas políticas possuíam caráter “civilizatório” na tentativa de se espelhar ao modelo social europeu e não realmente melhorar as condições sanitárias da população em geral.

O ENCONTRO DE DUAS BELÉNS

Em 1918, Belém havia acabado de passar pelas transformações causadas pelo ciclo da borracha, já citado anteriormente, desse modo a capital se transforma a partir dos moldes efetivados em Paris. A reforma urbanística, incentivada por Antônio Lemos, objetivava o embelezamento que destruísse as estruturas arcaicas que não se alinhassem às demandas (estéticas e higiênicas) da *Belle Époque*, sob esse viés consta o alargamento de avenidas, destruição de cortiços, entre outras ações, acerca disso Tiago Veloso dos Santos (2018) disserta que a reforma urbana foi para além mais de alterações modernizadoras da infraestrutura, o projeto da

época idealizava uma cidade ‘embelezada’ e, por consequência, necessitava de sua higienização.

Nesse sentido, as ações higienistas dentro da cidade influenciam diretamente na vida dos sujeitos fora dos padrões exigidos por essa transformação urbana, os quais são retirados de suas moradias e se realocam nas margens dos centros urbanos e, assim, surgem as periferias. Logo, tais iniciativas propiciaram uma divisão que Abreu Júnior (2018) denomina como “duas Beléns paralelas”, na qual uma existia com indivíduos marginalizados, rejeitados pela modernização e pouca (ou completa ausência) infraestrutura sanitária e de moradia, sendo representada pelos bairros “A estrada do Una, *Telegrapho* sem fio, Dom João, Curuça e *Villa Isabel*” (A palavra, 10/10/1918), em detrimento, o lado urbano se impulsiona como centro comercial e de fluxo da elite, como o bairro da Cidade Velha. Quando a *Hespanhola* adentra a capital paraense, as antagonicas realidades se encontram na mesma onda de destruição causada pelo vírus, porém sendo tratadas e representadas de forma diferentes pelos jornais.

Nas primeiras recomendações profiláticas publicadas em um telegrama do Dr. Carlos Seild e publicadas dia 29 de setembro de 1918 pelo jornal *A palavra*, observa-se um público alvo para as fiscalizações dentro dos navios: “[...] deverão ser attentamente visitados, e todos os passageiros, principalmente os de 3ª classe, examinados individualmente para selecção dos doentes [...]”. Logo, dentro da crise sanitária que evoluiu dentro da cidade, a “3º classe” passa a representar - para as autoridades - uma ameaça e principais componentes de contágio pela doença, por consequência, a repressão sob esses sujeitos cresce na mesma proporção, com *campanha de saneamento* para extirpação deste perigo social (JUNIOR, 2018). Nessa perspectiva, cabe analisar que tal contexto realçou a realidade

insalubre existente na “Belém moderna”, como afirma esse trecho do jornal *A palavra*:

[...] A epidemia reinante veio mostrar o que é a nossa capital: uma completa imundície! A falta de comodidade e as casas anti-higienicas não se encontram somente nos bairros de S. João, Una, Ladrão, Monte Alegre [...] No bairro commercial, existem estalagens, quartos pequenos, casa de commodos frêgeis que não sentiram há anos, escova, água, potassa e creolina [...] (*A palavra*, 10/11/1918)

De acordo com Chalhoub (1996), observa-se a construção de estereótipos para estes indivíduos, em que a pobreza os tornariam propícios à ociosidade e vícios, logo a maior circulação desse grupo em um território seria sinal de perigo e alerta. Dessa forma, é notória como a percepção dos belenenses acerca dos bairros acometidos pelo mal carregava uma narrativa estereotipada, à medida que culpabilizava os comportamentos ligados aos pobres pela propagação da Influenza, é possível perceber em um relato publicado pelo jornal *A palavra*, na data 31/09/1918, no qual um *matuto* opina que o bairro da Cidade Velha estava sendo poupado pela *grippe*, pois “não é aquelle caminho para onde os vadios se encaminham”, por ser um local rodeado de igrejas e sem espaço para divertimento e ociosidade.

Ademais, a *Grippe Hespanhola* proporciona o encontro dessas duas Beléns, em que a parcela elitizada e comercial da capital adentra os bairros marginalizados para a realização das missões médico-filantrópicas, sendo principal fonte de tratamento aos pobres enfermos durante a epidemia, haja vista negligência governamental para com este grupo, todavia vale ressaltar os interesses políticos e o conflito de poder entre os grupos que realizavam estas ações, tornando-as uma espécie de “disputa” de assistência à parcela pobre:

Pergunta o missivista: – < que faz a Cruz Vermelha Brasileira? Não estará no seu programma auxiliar a população em caso de epidemia? Não chegou ainda ao conhecimento de sua directoria que o maior numero de victimas da influenza conta-se entre a população dos bairros pobres – Jurunas, Monte Alegre, Telegrapho sem fio, etc.?.> (A palavra, 27/09/1918)

Portanto, evidencia-se que a crise sanitária acarretada pela Influenza, vista a partir do recorte social, inflamou as realidades discrepantes que se buscava ocultar da dinâmica de uma capital emergindo em inovações urbanísticas e tecnológicas, expôs as mazelas presentes abaixo das largas avenidas do centro e os indivíduos que foram expulsos para dar lugar aos prédios comerciais. Assim, ao observar o período de 1918, urge incluir a análise desses elementos como cruciais para uma visão da epidemia para além de um momento histórico visto apenas pelo aspecto sanitário.

REFERÊNCIAS

CENTUR, Hemeroteca. **A Palavra**, Belém, 1918.

ABREU JUNIOR, José Maria de Castro. **O vírus e a cidade**: rastros da gripe espanhola no cotidiano da cidade de Belém (1918). 2018. 215 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2018. Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10118>>. Acesso em: 16 set. 2022.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. A ronda da morte: as epidemias na Idade Moderna em Portugal *In*: KORNDÖRFER, Ana Paula *et al.* **Em tempos de pandemia**: Reflexões necessárias sobre saúde e doenças no passado e no presente. São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 17-36.

CHALHOUB, Sidney. Classes pobres, classes perigosas *In: Cidade Febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, Ernesto. Século XX *In: _____* (org.) **História de Belém**. Belém: Editora UFPA, coleção Amazônia, série Jorge Veríssimo, vol. 2, 1973, p. 421-476.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi* (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MOURA, Daniella de. Faces da Imprensa Periódica Oitocentista: para além da mera informação. *In: A Imprensa Periódica a Serviço da República Paraense (1886-1898)*. Belém: CRV, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. O mal que veio de longe *In: _____* (org.) *A bailarina da morte: A gripe espanhola no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2020.

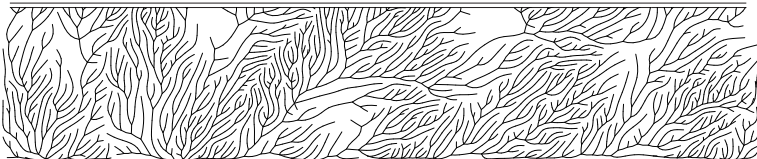
SAMPAIO, Patrícia Melo. **Economia da Borracha na Amazônia**. 1a ed. Belém: Estudos Amazônicos, 2011.

SANTOS, Tiago Veloso dos. Geografias e genealogias do planejamento urbano em Belém: elementos da modernidade e produção de desigualdades. **Caderno de Geografia**, v.28, n.55, 2018, p. 980-1005. Disponível em: <DOI [10.5752/p.2318-2962.2018v28n55p980](https://doi.org/10.5752/p.2318-2962.2018v28n55p980)>. Acesso em: 10 set. 2022.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas Produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3.ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A epidemia de gripe espanhola: um desafio à medicina baiana. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos** [online]. 2008, v. 15, n. 4, p. 945-972. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000400004>>. Acesso em: 03 set. 2022.

AMAZÔNIA: RIQUEZA E FRAGILIDADE NAS PÁGINAS DE O CORREIO DA UNESCO



Cássia Natanie Peguim

Instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) atuam na normatização do meio ambiente, sintetizando o destaque dado à temática dentro do sistema global. Nesta perspectiva de normatização, ciência e tecnologia aparecem nos artigos de *O Correio da UNESCO* com uma dupla característica: como fetiche do desenvolvimento para as economias em crescimento e como instrumento de reconhecimento e domínio do meio ambiente, mobilizado para neutralizar e impedir a crise ambiental. Em *O Correio da UNESCO*, o debate entre meio ambiente e desenvolvimento ocorre por meio da articulação de diferentes atores ligados, ou não, a organizações internas e externas a UNESCO e ao sistema das Nações Unidas.

O Correio da UNESCO é uma revista publicada pela UNESCO. Lançada em 1948, com o slogan “*uma janela aberta para o mundo*”, ela tem como missão original promover os ideais da UNESCO, manter uma plataforma para o diálogo entre as culturas e prover um fórum para o debate internacional. Os

artigos expressam as opiniões de seus autores que não necessariamente representam as opiniões da UNESCO. O conteúdo buscava promover a popularização da ciência, o intercâmbio de tecnologias, a educação e a comunicação entre diferentes nações, de modo que os autores possuem distintas nacionalidades.

Ora como riqueza, ora como bioma frágil a ser salvo pela população brasileira diante de seu futuro incerto, o tema gerador¹ Amazônia foi mobilizado na revista *O Correio da UNESCO* em artigos escritos por biólogos, geógrafos, economistas e jornalistas, devido a sua interface com a agricultura, biodiversidade, clima, desenvolvimento, ecologia, florestas e políticas de proteção do patrimônio ambiental.

METODOLOGIA – GUIA DE FONTES: OS TEMAS AMBIENTAIS EM O *CORREIO DA UNESCO* (1972 - 2001)

O Guia de Fontes: os temas ambientais em *O Correio da UNESCO* (1972 - 2001) é um instrumento de pesquisa que objetiva facilitar o acesso ao conteúdo sobre meio ambiente publicado na revista *O Correio da UNESCO*. Ele direciona a 667 (seiscentos e setenta e sete) artigos e 23 (vinte e três) entrevistas publicadas em 158 (cento e cinquenta e oito) números da revista *O Correio da UNESCO* entre 1972 e 2001. O material selecionado possui abordagens diversificadas, uma vez que é escrito por cientistas de diferentes áreas e instituições de pesquisa, por jornalistas, sociólogos, economistas, diplomatas, membros da UNESCO e de seus programas e secretariados. O cruzamento de informações contido neste Guia possibilita pesquisas sobre os temas em que é organizado, a revista, os autores de seus artigos, os entrevistados, a UNESCO e instituições de pesquisa citadas.

¹ Considerando o proposto por Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1993) e *Pedagogia da Autonomia* (1996).

O Guia de Fontes se organiza em torno da tabela “*Os temas ambientais em O Correio da UNESCO (1972-2001)*”. As informações nela contidas foram classificadas em dezessete temas que buscam facilitar a pesquisa sobre meio ambiente. São eles: Água, Agricultura, Biodiversidade, Ciência & Tecnologia, Clima, Crescimento Demográfico, Desenvolvimento, Desertificação, Ecologia, Educação Ambiental, Energia, Florestas, Oceanos, Patrimônio, Políticas, UNESCO e Urbanização. Nele se encontra, em ordem cronológica, os números e títulos das revistas de *O Correio da UNESCO* que apresentam conteúdo sobre meio ambiente, assim como: os títulos dos artigos sobre meio ambiente, o tema(s) que estes abordam, os subtemas neles contidos, o(s) autor(es) de cada artigo ou entrevistados e as páginas da revista em que os artigos e entrevistas se encontram na íntegra.²

A partir do mapeamento dos artigos sobre o tema gerador Amazônia no conjunto dos números editados entre os anos de 1972 e 2001 na revista de popularização científica *O Correio da UNESCO*, foram observadas a caracterização do bioma, os autores que escrevem sobre ele, a área de atuação profissional destes, sua vinculação institucional e os outros temas geradores com os quais esses artigos estão relacionados de acordo com o conjunto de temas elencados no Guia de Fontes: os temas ambientais em *O Correio da UNESCO (1972 - 2001)*, instrumento de pesquisa elaborado pela autora.

A FLORESTA, OS EXAGEROS E A INCERTEZA DO FUTURO

A abundância aparece como palavra adjetivadora do bioma Amazônia na leitura da floresta Amazônica feita no

² Decreto-lei nº 291 de 28.02.1967. Art. 1º § 4 Para fins deste Decreto-Lei, a Amazônia Ocidental é constituída pela área abrangida pelos Estados do Amazonas, Acre e territórios de Rondônia e Roraima.

artigo *A floresta tropical, riqueza e fragilidade*, publicado em 1981, com a autoria dos zoólogos Frank Golley, diretor da Divisão de Biologia do Ambiente da Fundação Nacional de Ciências dos EUA, e Malcolm Hadley, Membro da Divisão de Ciências Ecológicas da UNESCO responsável pela coordenação das atividades nos trópicos úmidos dentro do Programa *Man and the Biosphere* (MAB):

A abundância das espécies vegetais e animais que povoam ecossistemas tropicais úmidos tem levado cientistas e planejadores a tirarem conclusões errôneas quanto às possibilidades de desenvolvimento dessas regiões. Impressionados com a massa da vegetação e com a diversidade de organismos que nessas florestas umbrosas excede tudo o que se conhece nas zonas temperadas, costumam os cientistas concluir por uma fertilidade inesgotável (GOLLEY; HADLEY, 1981, p.13.)

A composição do solo da floresta tropical determinava sua utilização como um recurso para a agricultura, ou não. Golley e Hadley (1981), mencionando o biólogo mexicano Arturo Gómez-Pompa, consultor científico do Centro de Pesquisas Tropicais da Universidade Veracruzana (CITRO) e professor emérito de botânica da Universidade da Califórnia/Riverside, observavam que a floresta tropical úmida era um “recurso não renovável”, pois:

As florestas que crescem em solos ricos, de formação sedimentar geralmente recente, de origem aluvional e vulcânica, podem com proveito ceder lugar a proveitosas culturas intensivas ou a plantações de seringueiras e coqueiros; mas não as que cresceram em solos mais antigos, pobres de matérias nutritivas, estão longe de oferecer as mesmas perspectivas. Estas últimas nutrem-se principalmente de biomassa, isto é, de materiais de sua própria decomposição. Após o desmatamento o terreno perde logo seu valor nutritivo e as safras nele plantadas diminui de ano para ano (GOLLEY; HADLEY, 1981, p.13.).

No escopo do MAB, os autores referenciam o projeto San Carlos do Rio Negro, na Amazônia Venezuelana, que incluiu pesquisa com plantas, animais, micro-organismos, solo e atividade humana, com o objetivo de oferecer conhecimento do solo necessário a implantação de programas denominados como florestas produtivas. Sobre o programa, observavam:

Sabe-se há muito que na bacia do Alto Amazonas os solos contêm pouca matéria nutritiva, não servindo, portanto, para a agricultura contínua e continuada. O que não se sabe bem é como florestas relativamente grandes – com uma biomassa de 400 toneladas por hectare – podem manter-se mais ou menos indefinidamente na bacia amazônica apesar da baixa fertilidade do solo. O governo venezuelano está interessado em conhecer a capacidade desses solos para sustentar florestas produtivas (GOLLEY; HADLEY, 1981, p.13.)

Tratava-se de um projeto de cooperação entre Venezuela – à época presidida por Luís Herrera Campins (1979-1984); os Estados Unidos – à época presidido por Ronald Reagan (1981-1989); e a República Federal da Alemanha – à época presidido por Karl Carstens (1979-1984), em contexto de Guerra Fria. Os resultados alcançados eram os de que: “O sistema florestal funciona qual enorme esponja que absorve os elementos da atmosfera e da chuva e que são retidos pela camada superior do solo, onde se forma um prodigioso tapete de raízes, húmus e micro-organismos” (GOLLEY; HADLEY, 1981, p.13.).

Lucielio Manoel da Silva *et all* (2021), observa acerca do que no Brasil corresponde a Amazônia Ocidental³, que: “Mesmo com o avanço científico e tecnológico verificado nos últimos tempos, o conhecimento sistemático acerca dos solos da região, para a sua maior parte, ainda se restringem ao tra-

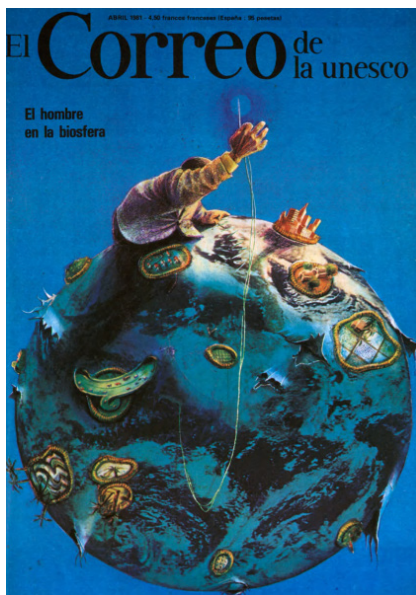
³ Nota da Edição à capa do número de O Correio da UNESCO com o título de O Homem e a Biosfera, em junho de 1981.

balho do Projeto Radam/Radambrasil realizado nas décadas de 1970 e 1980” (SILVA, 2021, p.13), mesmo com estudos posteriores de caráter mais generalizado, como o *Mapa esquemático dos solos das regiões Norte, Meio-Norte e Centro-Oeste do Brasil* (CAMARGO et al., 1975). Ambos os estudos foram realizados no contexto da ditadura civil-militar.

Para Golley e Hadley (1981), as florestas tropicais seriam vitais aos países em desenvolvimento devido a capacidade fornecedora de alimentos, a qualidade do “escoamento das águas” e como fonte de recursos como madeira para construção e combustível, desde que sob uma exploração judiciosa. Para os autores “Todos os povos, sem exceção, se beneficiariam com a administração racional das áreas florestais das regiões tropicais e subtropicais úmidas”, pois “As florestas na verdade interessam ao mundo inteiro” (GOLLEY; HADLEY, 1981, p.13.). Isto devido a ação na temperatura e na produção de gás carbônico, mas também na reserva farmacêutica.

A observação de Golley e Hadley (1981) naquele momento, início da década de 1980, era a de que os problemas de desenvolvimento e conservação dos ecossistemas dos trópicos úmidos necessitavam de um trabalho de pesquisa científica que fosse além das plantas, dos animais, dos micro-organismos e dos solos, estudando também o homem como agente de mudança e como elemento também afetado por ela (GOLLEY; HADLEY, 1981). Esta observação da dupla de biólogos, especialistas em zoologia, pode ser analisada dentro da cronologia das concepções de conhecimento científico, na qual na década de 1970, o conhecimento científico começa a ser descrito como provisório, probabilístico e histórico, e na década de 1980, surgem nas definições de Natureza da Ciência fatores psicológicos e sociológicos (VIEIRA, 2020, p.25). Observe-mos a Figura 1:

FIGURA 1 - Capa de *O Correio da UNESCO*. Junho de 1981.



Na capa do número intitulado *O Homem e a Biosfera* (Figura 1) há uma gravura onde um homem, vestido com um jaleco branco, possivelmente representando um cientista, segura uma agulha em sua mão e, debruçado sobre o planeta Terra, remenda rasgos em sua superfície, estando muitos destes rasgos já remendados, em uma alusão ao papel da ciência, e diretamente do próprio Programa MAB, como fundamental para a solução dos problemas ambientais do planeta. Os artigos do número em questão traziam abordagens sobre as florestas tropicais, os andes colombianos, os desertos, e as grandes cidades, definidas na pequena nota que apresentava a gravura, editada abaixo do sumário, como “quatro dos grandes domínios prioritários da pesquisa ecológica” (PEGUIM, 2015, p. 97). Há que se observar que a capa foi elaborada no início dos anos 1980 e que na década antecedente, 1970, a educação

científica, e suas ferramentas pedagógicas, se caracterizou por “explicar o conteúdo das teorias científicas em termos sociológicos, desprezando a natureza e a parte empírica da ciência” (VIEIRA, 2020, p.42).

A equipe editorial da revista, em 1981 dirigida por Jean Goudin, também ressaltava, em referência aos dez primeiros anos de atuação do MAB, que:

Esse decênio viu a própria noção de ecologia evoluir e tornar-se uma ciência interdisciplinar, tendo por eixo os problemas e por centro o homem; é uma ciência que busca a solução por uma óptica nova, para as exigências aparentemente contraditórias da conservação e do desenvolvimento.⁴

Essas observações foram feitas com a ressalva de que eram conhecidas as discussões calorosas que se levantavam a respeito das eventuais consequências de um extenso desmatamento na Amazônia, sobre o qual “frequentemente os países tropicais mostram-se aborrecidos com a atenção que é dada a seus recursos naturais no estrangeiro” (GOLLEY, F; HADLEY, M, 1981. p.15.). No entanto, essa observação não se estendia, no texto de Golley e Hadley (1981), ao Brasil:

Já nos países tropicais, principalmente no Brasil, reivindica-se o direito de explorar livremente o potencial dessas regiões, como fazem ou como fizeram em suas regiões os países desenvolvidos. Realmente, na Europa, a transformação em larga escala da floresta temperada foi feita há séculos, e não se fala de nenhuma deterioração mais séria do ambiente; e os países tropicais indagam por que aplicar agora critérios e considerações diferentes na modificação que estão promovendo em seus ecossistemas (GOLLEY; HADLEY, 1981, p.15.).

⁴ Sua confecção integrou o cronograma de pesquisa para a dissertação de mestrado “Meio Ambiente e Desenvolvimento: a construção do debate ambiental em *O Correio da UNESCO* (1972-1992)”, vinculado ao Programa de Pós-graduação História e Sociedade, da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Assis. Processo FAPESP 13/21385-8.

Na década que antecede a data de publicação do artigo citado, o Brasil deslocou o debate sobre a preservação da natureza para o debate sobre o uso dos recursos naturais no fomento do desenvolvimento nos países ainda não desenvolvidos. A posição brasileira na época era a de uma política ambiental direcionada ao crescimento econômico e a necessidade de Estados e organizações internacionais dialogarem sobre os ônus de medidas ambientais capazes de restringir este crescimento (PEGUIM., 2021).

Uma década mais tarde, o economista Ignacy Sachs, também contrariando o pensamento preservacionista, defendeu no artigo *Que futuro espera a Amazônia?*, publicado em *O Correio da UNESCO* em janeiro de 1992, que “o não-desenvolvimento da Amazônia era totalmente inaceitável para os habitantes dessa região e para os brasileiros em geral”, pensamento que poderia, segundo o autor “ser interpretado como uma forma de colonialismo ecológico” (SACHS, 1992, p.32-35). A proteção dos recursos da floresta deveria assegurar aos países do Sul o acesso aos conhecimentos científicos e técnicos de que eles necessitavam para aproveitar o patrimônio biológico da floresta amazônica, particularmente quanto à produção de biomassa, mas sem infringir as regras da prudência ecológica.

Sachs (1992) se mostrava contrário a exploração da região por moldes convencionais, observando que o Brasil e os demais países amazônicos deveriam dispor de meios próprios para desenvolver sua pesquisa de campo, sendo a biotecnologia um instrumento essencial para o desenvolvimento dos países tropicais. No entanto, muitas eram, à época, as barreiras de certificados e patentes, de modo que “muitos países em desenvolvimento se perguntam se ela não irá transformar-se num instrumento de recolonização do Sul pelo Norte” (SACHS, 1992, p.32).

A alternativa estaria na cooperação internacional com a criação de uma rede de pesquisas integrada entre países da América Latina, Ásia e África para a promoção da justiça social, partilha equitativa de bens, solidariedade diacrônica com as gerações futuras e eficiência econômica com consideração dos seus custos ecológicos. Desafios proporcionais “ao tamanho desse imenso território que sempre estimulou a imaginação e inspirou tantos exageros” (SACHS, 1992, p.32). Quais seriam esses exageros?

O economista fala da *lenda dourada* e da *lenda sombria* sobre a Amazônia:

A lenda dourada da Amazônia a apresenta como uma reserva de riquezas fabulosas, miragem que deslumbrou gerações e aventureiros. Uma variante dessa lenda, inspirada na filosofia do Século das Luzes e na vocação expiatória de nossa etnologia, se compraz em descrever ‘bons selvagens’ que vivem felizes em seu *habitat* amazônico, em perfeita harmonia com a natureza /A lenda sombria, ao contrário, retrata a Amazônia como um inferno verde e impenetrável, protegido pelas doenças tropicais que acometem todos os intrusos (SACHS, 1992, p.34).

Para Sachs (1992), essas eram representações contraditórias às quais se somavam as previsões de que a Amazônia seria a “última grande fronteira econômica do mundo, com riquezas minerais, hidráulicas e vegetais incalculáveis”, ou ainda de que “a vegetação abundante é mera ilusão que oculta solos pobres sujeitos à erosão se as árvores forem abatidas” (SACHS, 1992, p.34). Visões que seriam opostas à realidade e ao futuro da Amazônia. Que realidade seria essa?

Às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, Sachs (1992) preconizava o rompimento com o modelo dominante de exploração predatória dos recursos naturais da região, caracteri-

zado por políticas de migração e povoamento desconexas com a dinâmica do bioma, pela agropecuária extensiva, industrialização intensiva na região de Manaus e urbanização acelerada. A solução estaria na transformação das reservas extrativas em polos de ecodesenvolvimento e na demarcação de terras indígenas, sobre as quais Sachs então observava: “a Constituição brasileira lhes assegura amplos direitos, e o governo promete demarcar seus territórios até 1993: 80 milhões de hectares para cerca de 250 mil índios em todo o território nacional” (SACHS, 1992, p.35).

Sachs (1992) apresenta uma nova estratégia, o ecodesenvolvimento, diante de novos paradigmas: “tornar a Amazônia habitável, descartando a visão colonialista de uma região produtora de recursos para o exterior” (SACHS, 1992, p.35). No entanto, observava “o ecodesenvolvimento na Amazônia depende de uma mudança de política fora da região [...] uma reforma do regime de propriedade e do sistema agrícola a fim de diminuir o fluxo de migrantes” (SACHS, 1992, p.35). O que se soma à uma política de reflorestamento em outras regiões do país com o objetivo de reduzir a pressão sobre a exploração madeireira no bioma. O economista também pontuava que deveriam haver políticas na região amazônica, entre elas: agrossilvicultura, aquacultura, horticultura, pecuária em pequena escala. Tais medidas deveriam estar aliadas às técnicas adquiridas pelas populações autóctones e aos estudos etnoecológicos, de modo a deter o avanço da fronteira da colonização, criar reservas de desenvolvimento interligadas e garantir a preservação da floresta e do habitat das populações indígenas.

Em finais da década de 1990, especificamente no ano de 1993, a revista *O Correio da UNESCO* passou por uma reformulação. As reportagens sobre meio ambiente foram condensadas nas colunas *Nosso Planeta e Espaço Verde*, que não se-

guiam o tema central do número da revista, mas apresentavam uma série de reportagens que se distanciaram da linguagem científica e se aproximaram da jornalística (PEGUIM, 2015, p.68). Em setembro de 1998, a fronteira agrícola na Amazônia foi tema da sessão *Nosso Planeta* em reportagem assinada pela jornalista France Bequette (1998) com o título *Incêndios rentáveis*. Em abril daquele ano a floresta amazônica brasileira havia sofrido um grande incêndio. A reportagem atribuiu a responsabilidade deste, e outros incêndios, em florestas tropicais ao *el niño*.

As queimadas no Brasil foram descritas como *fogo devorador*. Bequette (1998, p. 13) falou então sobre o Estado de Roraima, observando que:

Na verdade, o fogo começou há... 28 anos, quando o regime militar começou a colonizar a Amazônia, atraindo pequenos agricultores sem-terra do centro-sul e nordeste do país, estima um funcionário do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA).

Bequette (1998) incluiu uma citação de Reinaldo [Imbrozzio] Barbosa, então pesquisador do INPA, que observou:

Em 1978, em Roraima, que tinha 72,1% de florestas, havia 80.000 habitantes, dos quais 32.000 eram indígenas. Em 1996, eram 262.000. Para conquistar a Amazônia, os colonos desmataram iniciando queimadas. Os projetos do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) só contribuem para espalhar a miséria enquanto incitam os colonos a destruir a floresta. Aqui está a prova: o valor da hipoteca de um hectare desmatado em Roraima é dez vezes maior do que o de um hectare de floresta (BEQUETTE, 1998, p.14).

A jornalista também incluiu menção do então administrador da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Walter Bloss, que afirmara que “muitos fazendeiros brancos cobiçam

os 10 milhões de hectares de reservas indígenas que já foram em grande parte destruídos por incêndios” (BEQUETTE, 1998, p.14). Jaci Guilherme Vieira (2003) observa que já na década de 1970 as atividades tradicionais dos povos indígenas estavam sendo impactadas devido às transformações decorrentes das atividades das fazendas de gado, dentre elas as queimadas (VIEIRA, 2003, p.194). Essa atividade, segundo Maria das Graças Magalhães (2006, fazia parte de um sistema tradicional dos colonos que incluía broca, derrubada e queima (MAGALHÃES, 2006, p.206).

Bequette (1998) concluiu a reportagem, após comparação com situação similar vivida na Malásia, com menção à Lei nº 9605 de 12 de fevereiro de 1998, promulgada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002). Esta dispunha sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, o que para Bequette (1998) ainda seria branda quando comparado à lei malaia, adotada em 1995.

O último dos artigos publicados em *O Correio da UNESCO* na periodização deste estudo (1972 - 2001), foi de autoria da jornalista brasileira Diana Alves (2001), publicado na seção *Nosso Planeta*. O tema era a mobilização popular contra a revisão do Código Florestal, que poderia aumentar em 25% o desmatamento permitido no bioma Amazônia, e o sucesso desta mobilização que possibilitou a manutenção da redação do referido código, sem a alteração prevista. Diana (2000) observara que:

Pela primeira vez, a sociedade brasileira reage, se organiza e obtém resultados graças a uma mobilização nascida dentro de suas fronteiras”, diz Eduardo Martins, presidente até o ano passado do Ibama. “Na Amazônia, o projeto foi rejeitado por setores que nunca haviam se mobilizado, como a classe média e a imprensa local”, diz o biólogo

Adalberto Veríssimo, pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) (ALVES, 2001, p.10).

Naquele fim de milênio, o consenso, apontado por Diana (2001), era o de que um bem público iria ser destruído sem gerar nenhum tipo de desenvolvimento. Uma mudança na opinião pública brasileira, que, após anos de debates, se encontrava em sintonia com o que muitas instituições e organizações internacionais vinha reivindicando. Mas que só teria sido possível devido ao fiasco econômico da exploração descontrolada da floresta face a manutenção da situação de pobreza da população habitante do bioma (ALVES, 2001, p.10).

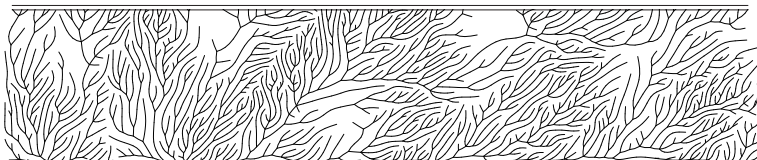
CONCLUSÕES

O bioma Amazônia foi abordado de acordo com o contexto científico, político, econômico e ambiental de cada uma das décadas nas quais os artigos foram gestados e publicados. Com Golley e Hadley (1981) foi dada ênfase à necessidade de dar uma base científica ao processo de racionalização da exploração das florestas tropicais, considerando o fator humano como agente e receptor desta exploração. Sachs (1992) argumentou a favor do ecodesenvolvimento e do acesso à ciência e tecnologia orientada a uma cooperação Sul-Sul. Bequette (1998) falou da necessidade de leis brasileiras mais duras no combate ao desmatamento e aos incêndios ilegais. Diana (2001) evidenciou a ação dos movimentos ambientalistas e da cooperação multilateral no combate ao desmatamento no bioma, retratado ora como riqueza, ora como organismo frágil a ser salvo pela população brasileira diante de seu futuro incerto.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Diana. Os brasileiros querem salvar a Amazônia. **O Correio da UNESCO**. Educação, um mercado de trilhões. Ano 29. n.1. jan./2001.
- BEQUETTE, France. Incêndios rentáveis. **O Correio da UNESCO**. Vinte mil mundos sob o mar. Ano 26. n.9. set./out. 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e terra, 1993.
- _____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e terra, 1996.
- GOLLEY, F; HADLEY, M. A floresta tropical; riqueza e fragilidade. **O Correio da UNESCO**. O Homem e a Biosfera. Ano 09. n.06. jun./1981.
- MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. **Amazônia brasileira: processo histórico do extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima**. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- PEGUIM, Cássia Natanie. **O Brasil e o Desenvolvimento Sustentável: Estado e recursos naturais (1992 - 2012)**. Tese (Doutorado). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2021.
- _____. **Meio ambiente e desenvolvimento: a construção do debate ambiental em O Correio da UNESCO (1972-1992)**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2015.
- _____. **Guia de Fontes: os temas ambientais em O Correio da UNESCO (1972 - 2001)**. Assis: UNESP/FCL/LABHIMA, 2013.
- SACHS, Ignacy. Que futuro espera a Amazônia? **O Correio da UNESCO**. Meio Ambiente e Desenvolvimento – O pacto planetário. Ano 20, n.01, jan./1992.
- SILVA, Lucielio Manuel da (*et all*). **Solos da Amazônia Ocidental: base da sustentabilidade agrícola e ambiental**. Brasília, DF: Embrapa, 2021.
- VIEIRA, Andrea Mara R. da S. **Natureza da ciência e a educação científica - compreendendo a dimensão histórica e o papel da historicidade**. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2020
- VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra (1977 a 1980)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

O RIO MUCUTÁ: A HISTÓRIA DO LUGAR



Alberto Flavio Furtado de Lima

INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos a navegação pelas águas barrentas do Rio Mucutá, a bordo da embarcação “Comandante Sá”, de propriedade da Família Sá, para contarmos a História do Lugar conhecido como Rio Mucutá, é relevante pontuarmos que este artigo faz parte do terceiro capítulo ainda em construção da dissertação “Eu gosto de trabalhar na roça. Eu gosto de trabalhar na casa de farinha”: A Autoridade das Mulheres Farinheiras da Família Sá, do Rio Mucutá, no município de Curalinho/PA, no Arquipélago da Ilha do Marajó.

Como aporte teórico para a representação sobre o lugar/o espaço dialogamos com Niemeyer (1998) para compreendermos sobre a simbologia do lugar/espço pesquisado que está relacionada à transformação deste pelo (des)uso e, sobretudo, pela significação social e simbólica que indica quem e em que situações o sujeito está ali, pois a compreensão sobre a história do lugar, assim como a memória do lugar, está associa-

da ao bem estar e/ou mal estar do sujeito naquele espaço. Também temos como aporte teórico a relação do sistema do lugar que aponta a necessidade de se valorizar “[...] o não-explicito, quem sabe mesmo o indizível”, de forma a compreender esse sistema e ressignificar o lugar a partir do silêncio das narrativas orais que muito têm a dizer (QUEIROZ, 1988, p. 2).

A HISTÓRIA DO LUGAR

O Rio Mucutá localiza-se a mais ou menos 4 horas de viagem da sede do município (Currealinho) e é variável o horário de chegada, pois, este está diretamente atrelado à natureza: aos horários das marés (enchente e vazante), mareasias, temporais, ventanias e também ao embarque e desembarque de passageiros e/ou mercadorias ao longo da viagem, além de eventuais problemas mecânicos nas embarcações.

O Rio Mucutá possui uma “divisão imaginária” organizada pelos moradores que o subdividem em: “a boca do Mucutá” – para os moradores que residem na embocadura do Rio Piriá com o Rio Mucutá e onde se concentra uma quantidade significativa de moradias, casas de farinha, campos de futebol, serrarias; e o “Centro e/ou Centrão” – outro espaço dentro do rio onde se tem outra concentração de moradores, casas de farinha, campos de futebol, serrarias.

O Rio Piriá é o principal e único rio que dá acesso ao Rio Mucutá. Este é majoritariamente constituída por pessoas das mesmas famílias, seja a família Sá, família Costa, família Moraes, família Vasconcelos, família Dantas, família Franco e/ou parentes vindos de outras localidades do município de Currealinho, a saber, Comunidade de Santo Antônio no Alto Rio Piriá, Rio Canaticú e de outros municípios do Arquipélago da Ilha do Marajó, como Breves e Limoeiro do Ajurú, além de outros estados, dentre eles o estado do Amapá.

O Rio Mucutá é bastante extenso e em seu percurso podemos encontrar além das casas dos moradores, casas de farinha, campos de futebol, serrarias ativas e inativas, casas abandonadas, templos religiosos de segmento protestante, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Pau D'arco, a UBS (Unidade Básica de Saúde), a Reserva Extrativista Curralinho Terra Grande-Pracuúba e uma embarcação em avançado estado de deterioração na beirada de uma serraria já desativada. É um rio bastante habitado, apesar de que em sua extensão há lugares onde quase não há moradores, mas estes habitam tanto à margem direita como à margem esquerda do rio.

Alguns moradores são nascidos e criados no Rio Mucutá, como as agentes históricas da pesquisa, Francisca Nogueira Sá, 88 anos, Maria das Graças Nogueira Sá dos Santos, 63 anos, e Alcilene Nogueira Sá Pereira, 44 anos, respectivamente, mãe e filhas. Há também moradores que nasceram em outras localidades no município de Curralinho, por exemplo, Raimundo Nonato Moraes dos Santos, 71 anos, que nasceu na Comunidade Santo Antônio, no Alto Rio Piriá, no município de Curralinho/PA. Além desses, há outros moradores que são de outros estados, como José Pereira da Silva, 77 anos, que nasceu em Gurupá/PA, mas foi criado no estado do Amapá.

O senhor Raimundo Nonato Moraes dos Santos, apelido Cuxiu¹, é genro de Francisca Sá, a matriarca da Família Sá, e esposo de Maria das Graças Nogueira Sá dos Santos, filha primogênita da matriarca. Segundo Raimundo Nonato, o mesmo não conhecia o Rio Mucutá, e, antes de desembarcar no referido lugar, desbravou alguns lugares do Arquipélago da Ilha do Marajó, como Breves e São Sebastião da Boa

¹ Entrevistador: E por que, tu tens esse apelido “Cuxiu”? (as aspas são minhas)

Entrevistado: Olha rapaz, esse apelido é assim: porque na época que eu nasci, acho que não existia racismo, né?! Ai, meu tio me botou o apelido cuxiu, porque eu era chorão e buchudo igual ao macaco cuxiu.

Vista, até chegar por volta da década de 1980 ao Rio Mucutá. Ele conheceu a localidade a partir do momento em que seu pai deixou de morar na Comunidade de Santo Antônio, e foi morar, à época, no Rio Mucutá. Cuxiu, depois de desbravar muitos lugares, decidiu retornar ao município de Curralinho e segundo o mesmo “(...) Ai, o papai morava pra cá já, ai eu vim pra cá e aí eu vim pra casa dele e aqui eu fiquei. Arrumei essa mulher e tá comigo até hoje.” (RAIMUNDO NONATO, 2018/2019)

Nesse sentido, sobre a memória e o sistema do lugar, no que se refere às primeiras famílias a morarem do Rio Mucutá, é interessante ouvirmos as histórias de Raimundo Nonato sobre alguns antigos moradores do lugar, como é o caso do pai de sua sogra, a senhora Francisca Nogueira Sá, quando diz:

“Eu me lembro do Jaime, assim: O Jaime era um velhinho, acho que ele tinha quase 100 anos, bem velhinho mesmo (...) Ele era do Canaticú (...) Eu conheci o Jaime quando eu vim pra cá já. Eu conheci ele aqui e já era bem velhinho, bem velhinho mesmo.” (RAIMUNDO NONATO, 2018/2019).

Além dessas memórias, Raimundo Nonato contou-nos outra história interessante sobre a possível migração das primeiras famílias ao Rio Mucutá:

“Era dos Bordalo, né? Os Bordalo vendeu para uma tal de Mapisa (Madereira Piriá S.A) era uma firma americana. Eles morreram, sumiram todos os Bordalo! Ai a Mapisa abriu falência. Era uma serraria muito grande que tinha na Vila. Foi à falência e daí, ficou por conta de todos. Aquele que queria fazer casa no lugar fazia e se apossava daquele terreno. Era uma época que ficou nacional aqui. Era da Nação! Agora, todos têm documento de terra. De todos os rios que pertencia: Piriá, Mucutá, Guajará. Todos esses lugar, quase todos esse lugar, maior parte era deles. Piriá todo era deles! E foi assim, ficou nacional. Ai, cada

um que queria se apossar de um lugar, escolhia o lugar melhor, fazia a casa que já era dele e pronto! E hoje, foi tirado os documento. Todos tem documento como sendo seu!” (RAIMUNDO NONATO, 2018/2019).

A partir das memórias de Raimundo Nonato ficamos imaginando a chegada do seu Jaime, pai de sua sogra Francisca Sá, que não era natural do Rio Mucutá e, sim, do Rio Canaticú (localidade que pertence ao município de Currálinho/PA), a qual, segundo nosso depoente já tinha quase 100 anos.

Ainda sobre as lembranças, o depoente conta que chegara ao Rio Mucutá por volta da década de 1980 e relembra sobre a quantidade de moradias: “Tinha bem pouco moradores aqui, bem pouco, né! Acho que não chegava a dez famílias”. (RAIMUNDO NONATO, 2018/2019).

Assim como as memórias de Francisca Sá e Raimundo Nonato, temos as memórias do lugar contadas por José Pereira da Silva, apelido Macapá. Segundo o mesmo, chegou ao Rio Mucutá por volta dos anos 66 ou 67. Ele foi contratado em Macapá pelos norte-americanos, que estavam recrutando mão-de-obra para trabalhar na empresa de extração de madeira na Vila do Piriá, em Currálinho/PA. Nas lembranças de Seu Macapá, guardadas em sua memória:

“Esse negócio desse pessoal que tá aqui no Mucutá, quando eu cheguei pra cá, você não via uma embarcação aqui, nem motorizada, nem a vela, nem coisa nenhuma, só era o remo, casco. A gente andava hora pra chegar numa casa. Era arriscado não ter 20 casas aqui dentro, era muito sorturno.” (JOSÉ PEREIRA DA SILVA, 2022)

Depois de sua chegada ao Rio Mucutá, Seu Macapá casou e constituiu família, e logo após sua demissão da MAPISA (Madeira Piriá S.A), mudou-se para o município de Breves, que pertence ao Arquipélago da Ilha

do Marajó, onde passou uma temporada e, algum tempo depois, retornou ao Rio Mucutá, sendo que nesse retorno Seu Macapá observou algumas mudanças na localidade. É interessante seu relato sobre:

“Ai nesses anos que nós passamos pra Breves que quando eu voltei o negócio tava diferente. Só que eu achei uma diferença muito grande, como eu tenho falado pra certos amigos que me perguntam que fazem muito tempo que não vem aqui pro Mucutá. Ah... se o senhor for no Mucutá agora, o senhor vai ver a diferença. Eu moro lá e tem vez que eu sou surpreendido, olha um dia desses, eu acho que devia tá com 1 ano e pouco que eu não ia lá pra cima (referindo-se ao Centro e/ou Centrão) eu fui, eu vi casa que eu pensava que não existia e tem! Casa do seu Celio, que ele é crente ai na Cristã, uma casa bonita. Tem uma outra casa acima dele, casarão mesmo, coisa beleza. Eu sou veterano aqui e nem casa que presto eu não tenho, nossa casa é muito velha, não tem dado muito certo, os filhos querem ir embora daqui, mas eu não quero! Não quero e não vou porque eu gosto de botar malhadeira, eu gosto de pescar, eu gosto de tá naquilo que eu gosto de tá!” (JOSÉ PEREIRA DA SILVA, 2022)

São relevantes as lembranças do Seu Macapá sobre o retorno ao Rio Mucutá quando o mesmo percebeu mudanças na paisagem do lugar, com a construção de novas moradias, onde, anteriormente à sua chegada, na metade do século passado, não existia possivelmente nada. E como referência NIE-MEYER (1998), sobretudo pela significação social e simbólica que indica quem e em que situações o sujeito está ali, pois a compreensão sobre a história do lugar assim como a memória do lugar está associada ao bem estar e/ou mal estar do sujeito naquele espaço, conforme Seu Macapá relembra:

“Eu sou veterano aqui e nem casa que presto eu não tenho, nossa casa é muito velha, não tem dado muito certo, os filhos querem ir embora daqui, mas eu não quero! Não

quero e não vou porque eu gosto de botar malhadeira, eu gosto de pescar, eu gosto de tá naquilo que eu gosto de tá!”
(JOSÉ PEREIRA DA SILVA, 2022)

Em relação às práticas econômicas do lugar, a partir do século XIX instaurou-se o comércio de aviamento da extração gomífera na Região Amazônica, que ficou conhecida na História da Amazônia como o “boom da borracha”. Depois do apogeu da extração do látex das seringueiras, temos o período de decadência da extração do látex na Amazônia e, assim, a maioria dos seringalistas enveredou-se para o comércio de extração da madeira na Amazônia. No início do século XX, a extração da madeira viveu o seu auge na Amazônia e foi nesse contexto que se implantou na Vila do Piriá, no município de Curalinho/PA, uma das maiores indústrias madeireiras eletrificadas na região com o slogan Cerdeira Bordallo, que ficou conhecida na região como MAPISA (Madeireira Piriá S.A), de propriedade dos norte-americanos, o que ocasionou um fluxo migratório de muitos trabalhadores vindos do Amapá, como é o caso do senhor José Pereira da Silva, já citado anteriormente, além dos próprios nativos do município de Curalinho.

No Rio Mucutá, havia famílias que viviam exclusivamente da extração da madeira, mas com o declínio desta atividade, ainda durante o século XX, muitas serrarias na Vila do Piriá faliram e, conseqüentemente, a economia do Rio Mucutá também faliu, restando poucas famílias que ainda resistem com o comércio de madeira (das 6 serrarias que existem, somente 3 extraem madeira de maneira rústica). Além da extração de madeira e da extração da seringa (que não existe mais na região), a região conta com a produção permanente da farinha de mandioca que era, e continua sendo, a subsistência de muitas famílias no Rio Mucutá, a exemplo, a Família Sá, foco deste estudo. E, por último, o extrativismo do açai.

Para além da História Oral, temos outros documentos importantes que contribuem para perceber e compreender a localidade do Rio Mucutá, que são os cadastros dos sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Currálinho. Nestes, além dos dados pessoais informados, temos um espaço destinado aos apelidos dos proprietários das terras, quem são seus circunvizinhos, tempo de permanência no território, as culturas temporárias (plantação de bananas, plantação de maniva), as culturas permanentes (plantação de açaí) e as criações de aves (galinhas e patos) e suínos, por exemplo. A partir desses documentos, pudemos analisar as práticas econômicas da Família Sá, assim como compreender, além da dinâmica econômica, as práticas social e cultural dos moradores do Rio Mucutá quando analisamos o tempo de permanência na localidade e as relações daqueles que possuem os circunvizinhos. Assim, observamos a questão da mobilidade espacial e a questão da quantidade de pessoas que poderiam residir em determinado período naquele espaço/lugar. Para além dos cadastros dos sindicalizados, existe outro documento relevante, o TAUS – Termo de Autorização de Uso Sustentável – entregue pela Superintendência do Patrimônio da União. Neste segundo documento, constam quem são os beneficiários, sua profissão, estado civil, nome da área cedida, tempo de apropriação da terra e duas imagens (a imagem da área via Google Maps, e da construção da casa com seus proprietários).

Neste documento são descritas algumas particularidades relacionadas aos autorizados/beneficiários, a saber, 1) Não confere ao autorizado/beneficiário direito possessório ou dominial sobre a área que continua de propriedade da União; 2) Não poderá ser transferida ou vendida a terceiros em hipótese alguma, sendo o TAUS para uso exclusivo do autorizado/be-

neficiário e sua família, sob pena do cancelamento do documento. O TAUS na Comunidade do Rio Mucutá foi cedido no ano de 2015.

A cessão dos TAUS pela Superintendência da União no Estado do Pará para as famílias da Comunidade do Rio Mucutá possibilitou a inserção das famílias em linhas de crédito nos Bancos Públicos, por exemplo, o Banco da Amazônia e o Banco do Brasil, proporcionando linhas de crédito para a abertura de novos empreendimentos como a piscicultura e a manutenção das roças de mandioca e dos açaizais, assim como o início de um novo empreendimento.

Ademais, nas entrevistas realizadas com a matriarca Francisca Sá, suas filhas, o mais significativo para elas é ter em mãos o documento de cessão da posse da terra que contribuiu para que tivessem o comprovante de residência de onde moram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, as entrevistas das(os) depoentes, assim como as análises dos documentos citados acima, demonstram as relações social, cultural, econômica e ambiental no que se refere à relevância dos sujeitos naquele lugar, pois fazem parte da história de vida daquelas pessoas. As relações construídas, enraizadas naquele lugar, constituem a identidade desses sujeitos. Eles pertencem a um determinado lugar – ao Rio Mucutá, e este pertence a eles, no sentido de que a história de vida das mulheres farinheiras da Família Sá pertence àquele lugar e somente àquele lugar.

REFERÊNCIAS

FONTES ORAIS

DOS SANTOS, Maria das Graças Nogueira Sá dos Santos. Entrevista com Maria das Graças, a filha primogênita da matriarca da Família Sá. [Entrevista cedida a] Alberto Flavio Furtado de Lima. **Gravação em Vídeo**. 17 de jan de 2020.

DOS SANTOS, Raimundo Nonato Moraes. Entrevista com Raimundo Nonato, mais conhecido como Cuxiu. [Entrevista cedida a] Alberto Flavio Furtado de Lima. **Gravação em Vídeo**. 17 de jan de 2020.

SILVA José Pereira da Silva. Entrevista com José Pereira da Silva. [Entrevista cedida a] Alberto Flavio Furtado de Lima. **Gravação em Vídeo**. 22 de set de 2021.

PEREIRA, Alcilene Nogueira Sá. Entrevista com Alcilene Nogueira Sá Pereira. [Entrevista cedida a] Alberto Flavio Furtado de Lima. **Gravação em Vídeo**. 1 de abr de 2022.

SÁ, Francisca Nogueira. Entrevista com Francisca Nogueira Sá, a matriarca da Família Sá. [Entrevista cedida a] Alberto Flavio Furtado de Lima. **Gravação em Vídeo**. 16 de set de 2022.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

NIEMEYER, Ana Maria de; GODOI, Emília Pietrafesa de. (Orgs). **Além dos territórios para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

ALMEIDA, Carla Beatriz de. A prosopografia ou biografia coletiva: limites, desafios e possibilidades. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo: julho, 2011.

BARBOSA, Milka Alves Correia et. al. Mulheres e Patriarcado: relações de dependência e submissão nas casas de farinha do agreste alagoano. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 24, n. 02, jul/dez 2011, p. 65-87.

BATISTA, Adeil dos Santos. **A narrativa oral das mulheres sobre a farinha na comunidade São Bonifácio do Rio Marau-AM**. CESP - Trabalho de Conclusão de Curso Graduação/ Universidade Estadual do Amazonas. Repositório Institu-

cional UEA. Agosto 2019. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br//handle/riuea/3222>.

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. **POLITEIA: Hist. e Soc.**, v. 5, n. 1. Vitória da Conquista, 2005. p. 47-67.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. 17. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DA SILVA, Cirlene do Socorro Silva; SILVA, Maria das Graças. Saberes e Sabores que informam a prática de comercialização em casas de farinha na Amazônia Paraense. pp 239-259. **Mercados Populares em Belém**: produção de sociabilidades e identidades em espaço urbano/ Carmem Izabel Rodrigues, Luiz de Jesus Dias Silva, Vyoner Ravena-Cañete, organizadores. Belém: NAEA, 2017.

DENARDIN, Valdir Frigo; KOMARCHESKI, Rosilene. (Orgs.). **Farinheiras do Brasil**: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca. Matinhos: UFPR Litoral, 2015.

DENARDIN, Valdir Frigo; KOMARCHESKI, Rosilene. (Orgs.). Farinheiras do Brasil: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca. Matinhos: UFPR Litoral, 2015. *In*: SILVA, Cirlene do Socorro Silva da; SILVA, Maria das Graças da. **CASAS DE FARINHA: CENÁRIOS DE (CON)VIVÊNCIAS, SABERES E PRÁTICAS EDUCATIVAS**. p.59-81.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história**: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

GIL, Tiago L. **Como se faz um banco de dados (em história)**. 2. ed. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2021. Capítulo “Montando bases: alguns exemplos concretos” (p.133-173).

HALBWACHS, Maurice, 1877-1945. **A Memória Coletiva** tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. p. 224.

LE GOFF, Jacques. Passado/presente. *In*: **História e Memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996. p. 203-231.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios**: natureza e ruína na Amazônia Brasileira. Brasília: Paralelo 12 e Editora da Universidade de Brasília, 1999.

LIMA, Alberto Flavio Furtado de; SARMENTO, Enos Botelho e GONÇALVES, Letícia Cardoso. **Mulheres e Autoridades em Espaços Amazônicos**: Estudos sobre Soure, Curralinho e Barcarena. Belém-Pará, mar 2020.

LOBATO, Flávio Henrique Souza; CAÑETE-RAVENA, Voyner. A Viagem da Farinha: da Produção ao consumo Papa-Chibé. *In*: RODRIGUES, Carmem Izabel; SILVA, Luiz de Jesus Dias; RAVENA-CAÑETE, Voyner (Orgs.). **Mercados Populares em Belém**: produção de sociabilidades e identidades em espaço urbano/Belém: NAEA, 2017. p. 219-238.

LÖWY, Michael. “A contrapelo” - A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). **Lutas Sociais**. n. 25/26. São Paulo: 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011. p. 20-28.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. 1. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. **“Trabalhadeiras” e “Camarados”**: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: UFPA, 1993.

PAULA, Rosely Luzia Freitas de. **Memórias de um coronel em Currálinho**. Currálinho-Pará: 2008.

PINSKY, CARLA Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais**: do "indizível" ao "dizível". *In*: Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil [s.l.: s.n.], 1988.

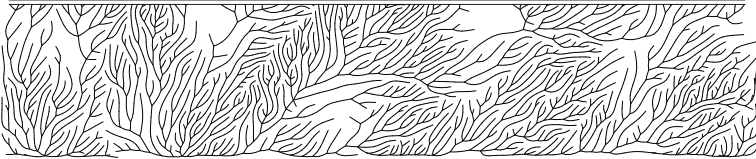
SCOTT, Joan. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989. Tradução e divulgação 59 desta 11 produção foi devidamente autorizada pela autora. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

SILVA, V. P.; BARROS, D. D. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Rev. Ter. Ocup. Univ.** v. 21, n. 1. São Paulo: jan./abr. 2010. p. 68-73.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**. v. 19, nº 39. Curitiba: jun. 2011. p. 115-137.

WEBER, Max. **Sociologia**. n. 13. São Paulo: Ática, 1979. Coleção grandes cientistas sociais.

NATURALISMO E HISTORIOGRAFIA: ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS E DESDOBRAMENTOS



Alexander Weller Baar

INTRODUÇÃO

O naturalismo, dito de forma muito geral, é uma teoria que relaciona o método científico à filosofia ao afirmar que todos os seres e eventos do universo (quaisquer sejam suas qualidades inerentes) são ‘naturais’. Consequentemente, o conhecimento do universo e suas causas – mesmo questões relativas a assuntos humanos e ao mundo social e histórico – cairia no âmbito da investigação científica e de seus métodos, linguagem, lógica de pensamento e formas de justificativa epistêmica. A maior aceitação dos princípios do naturalismo ocorreu durante as décadas de 1930 e 1940, principalmente nos Estados Unidos, a partir das obras de Frederick Woodbridge, Morris R. Cohen, John Dewey, Ernest Nagel, Sidney Hook e Roy Wood Sellars (PAPINEAU, 2021). Carl Hempel somente viria a se aproximar do naturalismo nos anos de 1980, afastando-se de Carnap (MILKOV, 2013).

Não é possível encontrar uma definição inequívoca para o termo, pois ao longo do último século desenvolveram-se diferentes formas de naturalismo, tanto abordagens ontológicas quanto metodológicas. O que todas elas compartilham é a crença de que nada existe além do que se encontra entre os entes, suas propriedades, e os eventos do mundo natural – o mundo estudado pelas ciências. Explicações que recorrem a entidades ou forças sobrenaturais, ou quaisquer especulações metafísicas sem amparo no mundo empírico, como a postulação de ‘reinos’ misteriosos, ou a imposição de ‘significados’ para eventos e entes naturais, não são aceitáveis.

Todavia, cumpre-se assinalar que embora o naturalismo negue a existência de realidades de fato sobrenaturais, ele pode permitir o fenômeno sobrenatural, desde que o conhecimento dele possa ser obtido indiretamente - isto é, que os objetos naturais sejam influenciados pelas chamadas entidades sobrenaturais de maneira detectável e, portanto, a explicação do sobrenatural seja redutível aos seus efeitos sobre elementos naturais e passível de descrição naturalista. Para alguns, essa é uma necessidade imposta à abordagem naturalista: a redução parcial ou total dos fenômenos e suas causas – redução que muitas vezes se enquadra em formas de fisicalismo. Em consequente, uma posição naturalista normalmente favorece o empirismo ao racionalismo, embora tal relação não seja uma obrigatoriedade lógica (LAMBERTH, 2001, p. 77).

Uma importante premissa da qual parte o naturalismo estipula que a natureza é, em princípio, cognoscível. Haveria na natureza uma unidade e uma totalidade que implica na existência de regularidades ou leis objetivas, sem as quais a busca do conhecimento científico não seria viável. Os naturalistas apontam que mesmo quando uma teoria científica é abandonada em favor de outra, o ser humano normalmente

não desiste do projeto de conhecer a natureza, nem repudia o naturalismo em sua busca pela verdade. As teorias mudam sempre que necessário para dar conta de novas evidências empíricas, as metodologias são mais perenes.

Embora o naturalismo tenha sido muitas vezes equiparado ao materialismo, é muito mais amplo em escopo. O materialismo é de fato naturalista, mas o inverso não é necessariamente verdadeiro. Estritamente falando, o naturalismo *per se* não tem clara preferência ontológica; sendo compatível com dualismo e monismo, ateísmo e teísmo, idealismo e materialismo, e assim por diante. Desde que toda a realidade (mesmo a mental ou ideal) seja concebida como ‘natural’, nenhuma outra limitação é imposta. Todavia, tal formulação não resulta totalmente satisfatória, visto que a categoria ‘natural’ é de também difícil definição.

As ciências humanas, tanto a história quanto a sociologia, não escaparam da influência do naturalismo. Desde fins do século XIX, o sucesso das ciências naturais em identificar causas, formular leis e descrever fenômenos naturais exerceu pressão para que as humanidades emulassem esses métodos na esperança de também atingir o mesmo nível de sucesso. E não haveria razão, *prima facie*, para excluir *a priori* o mundo social e histórico do conceito de natureza. Pelo contrário, talvez fosse mesmo o caso de supor que o mundo histórico-social e o mundo natural compartilhem relevantes semelhanças, e por isso, devam ser estudados de forma análoga.

A partir da suposição de que os assuntos humanos façam parte de um conceito unificado de ‘natureza’, destacou-se a importância da aplicação de um método de pesquisa e catalogação dos fatos para posterior formulação de explicações. Aqui o naturalismo, em larga medida, foi de encontro ao unitarismo metodológico de base positivista, embora muitos

positivistas lógicos não fossem naturalistas¹, e postulou que explicações apenas possuem valor se forem causais, e que a estrutura lógica de uma explicação em história não seria fundamentalmente distinta daquela encontrada nas ciências naturais, ou seja, causal e preditiva por meio de apelo a leis – ainda que tais leis assumam uma forma probabilística, e sejam apenas tacitamente aceitas.

Carl Hempel, inicialmente crítico ao naturalismo, desenvolveu uma série de tentativas para explicitar a forma de uma explicação tanto nas ciências naturais quanto em história. Se bem-sucedido, isso ajudaria tanto a agenda unitarista positivista, quanto o naturalismo. De acordo com Hempel o *explanans* (as premissas explanatórias) deve consistir em “um conjunto de declarações afirmando a ocorrência de certos eventos *C1 ... Cn* em determinados momentos e lugares” e “um conjunto de hipóteses universais”; “as proposições contidas no *explanans* devem ser “razoavelmente bem confirmadas”; e o *explanandum* (evento final cuja ocorrência deve ser explicada) “deve ser dedutível a partir do *explanans*” (HEMPEL, 1959, p. 345). Em todos os casos assume-se uma hipótese geral de tipo determinístico da forma ‘sempre que *C* então *E*’.

A possibilidade de tal formulação ser introduzida de forma bem-sucedida nas produções historiográficas foi de pronto questionada. Na verdade, o próprio Hempel logo identificou que muitas explicações em história não permitem a dedutibilidade do *explanandum* a partir do *explanans*: “Muitas explicações..., se completas e explicitamente formuladas, parecem admitir uma análise... que propõe condições iniciais e hipóteses probabilísticas, de modo que a ocorrência do evento

¹ Carnap adotava uma posição anti-naturalista e propunha que a tarefa do filósofo era analisar os aspectos lógicos da linguagem científica. Já H. Reichenbach, que se declarava um empirista lógico (para se afastar do círculo de Viena) propunha que o propósito do filósofo seria analisar os fatos da ciência, uma posição alinhada ao naturalismo.

a ser explicado é altamente provável a partir dessas condições iniciais e hipóteses probabilísticas” (HEMPEL, 1959, p. 350-351). Ao aceitar probabilidades e admitir exceções à regra estipulada, cai a tese da dedutibilidade determinística, pois é falso que ‘sempre que C então E ’.

A partir dessa constatação, Hempel iria posteriormente propor uma divisão metodológica para a provisão de explicações (1962). A primeira categoria, chamada de método dedutivo-nomológico, explicita tanto leis de cobertura quanto mantém a tese da dedutibilidade. A segunda, método indutivo-probabilístico, não mantém a tese da dedutibilidade, mas sustenta hipóteses gerais de cobertura do tipo probabilístico. Temos aqui uma tese enfraquecida que compromete de certa forma as pretensões unitaristas dos positivistas.

No caso específico da historiografia, resta claro que a segunda categoria de explicação é mais adequada às condições de trabalho dos historiadores, aos seus objetivos explanatórios, e mais resistente à disseminada hostilidade ao determinismo causal. Em outra publicação posterior, Hempel oferece um modelo de explicação indutivo-probabilística que seria aplicável ao conjunto *explanans/explanandum*. Dado que um evento do tipo C ocorre, e que a probabilidade estatística de ocorrer um evento do tipo E a partir de C é $1-\epsilon$ (ϵ possui valor baixo), confere-se alta probabilidade estatística à proposição que um evento do tipo E irá se seguir à ocorrência de um evento do tipo C (HEMPEL, 1963a, p. 110).

O exemplo dado por Hempel, todavia, não é histórico. Imagine uma urna que contém 1.000 bolinhas de gude; uma é preta, as demais são brancas. A probabilidade de um sujeito vendado retirar uma bolinha branca da urna é de 0,999. Ao ser indagado sobre a cor da bolinha, e sabendo de tais probabilidades, o sujeito vendado diz: ‘é branca’. Dada a alta probabilidade

estatística assinalada, a justificativa epistêmica é aceitável; a explicação é persuasiva e adequada às condições, embora admita a possibilidade de erro (HEMPEL, 1963a, p. 111).

CRÍTICA

As hipóteses gerais ou leis que participam de explicações, segundo o modelo das leis de cobertura de Hempel, não especificam eventos ou entidades singulares, mas tipos de eventos. Ou seja, é um requisito de universalidade que as leis se apliquem a todos os indivíduos de um mesmo tipo. Assim, qualquer ocorrência particular deve ser explicada como um caso especial de leis gerais que se aplicam a todos os indivíduos de mesmo tipo, e não apenas os indivíduos mencionados no *explanans/explanandum*.

Segundo Donagan, “o conceito de uma lei dos movimentos planetários aplicado aos planetas do nosso sistema solar, mas não aos planetas de outros sistemas seria ininteligível” (DONAGAN, 1964, p. 13). Se o movimento dos planetas de nosso sistema solar fosse de alguma forma peculiar, as leis que explicam tal movimento tornam-se simples generalizações (e não mais leis) que descrevem de forma mais ou menos precisa movimentos que possuem peculiaridades não especificadas. Tais generalizações apenas representam regularidades locais explicadas a partir de sua subsunção a leis de cobertura que não as descrevem adequadamente. Isso porque cada planeta é um indivíduo único, e o modelo de Hempel não poderia reconhecer nenhuma proposição não universal como uma lei.

No caso da historiografia, nenhuma explicação histórica parece estar em conformidade com o modelo das leis de cobertura. Há muito, ao menos desde Collingwood (1946) e Dray (1957, 1959, 1963), os historiadores se acostumaram

a pensar nas explicações históricas como narrativas que podem envolver condições histórico sociais que circunscrevem e delimitam, mas não determinam, as ações livres de agentes históricos. ‘Explicar’ seria apresentar essas ações como racionalmente justificáveis a partir do ponto de vista do próprio agente. Seriam razões e expectativas os *building blocks* do trabalho do historiador, e não causas e leis explicitamente especificadas. Mesmo entre os que resistiram ao dualismo *verstehen/erklären*, as conspícuas dificuldades em se aplicar o modelo das leis de cobertura à historiografia logo o tornariam bastante impopular entre as humanidades.

O próprio Hempel reconheceu a dificuldade de dar exemplos historiográficos da aplicação de seu modelo, pois os historiadores não fazem menção a leis ou regularidades constatáveis. Sua posição resta na pressuposição de que tais leis não são especificadas, mas tacitamente aceitas, pois “pertencem à psicologia individual ou social, sendo assim familiares a todos em suas experiências diárias” (HEMPEL, 1959, p. 349).

Hempel menciona, todavia, um exemplo em que temos três hipóteses advindas da psicologia individual e social claramente expressas como declarações universais, e que poderiam figurar em uma explicação histórico-social:

H1 As pessoas que têm empregos não gostam de perdê-los; H2 Aqueles que estão habituados a certas habilidades não aceitam mudanças; H3 Aqueles que se acostumaram a um certo tipo de poder não gostam de renunciar ao controle, mas querem desenvolver maior poder e prestígio (HEMPEL, 1962, p. 349).

Aqui o aspecto formal é satisfeito, mas tais exemplos fazem uso de ‘leis’ que são na verdade proposições gerais espúrias ou falsas. Certamente haverá quem deseje perder seu emprego, ou indivíduos que acostumados à sua rotina procu-

rem por mudanças, e mesmo sujeitos em cargos importantes que não se afeiçoam ao poder e ao prestígio. Ainda que nos aproximemos do problema a partir de um indutivismo probabilístico, e munidos de grande destreza em *folk psychology*, a facilidade com que contraexemplos podem ser identificados, falseando as hipóteses, sugere que qualquer explicação será inaceitável ou insuficiente.

Além de regularidades da psicologia e das ciências sociais, Hempel propôs que leis advindas da física e da biologia também poderiam oferecer leis de cobertura que os historiadores poderiam usar (1959, p. 355-356). Aqui, Donagan apresenta duas críticas relevantes, ou seja, situações em que as explicações históricas resistem subsunção às leis de cobertura.

- Leis advindas das ciências naturais:

Karl Popper, cujas ideias acerca da lógica da explicação científica se aproximam do proposto por Hempel, afirma o seguinte: “se dissermos que a causa da morte de Giordano Bruno foi ser queimado na fogueira, não precisamos recorrer a uma lei universal que declare que todos os seres vivos morem quando expostos a calor intenso” (POPPER, 1957, p. 145). Todavia, ainda que tal explicação elucidie a *causa mortis* de Bruno, não se trata, na visão de Donagan, de um exemplo bem-sucedido de leis de cobertura na história, pois o *explanandum* aqui não é um evento histórico, mas natural, já que não se refere a ações humanas. Uma explicação histórica não teria por objeto as condições físicas iniciais e leis de cobertura relevantes para esperarmos um efeito do tipo ‘morte de um organismo vivo’. “Você não pode explicar dessa maneira por que Giordano Bruno foi condenado à fogueira ou por que desafiou seus perseguidores. Um ponto semelhante pode ser feito sobre todas as explicações que empregam leis das ciências naturais” (DONAGAN, 1964, p. 15).

- Trivialidades tomadas por leis.

Trivialidades tomadas por leis são ou afirmações universais claramente falsas, ou proposições analíticas (proposições em que o predicado está contigo no sujeito, por exemplo, todo 'corpo' ocupa um 'espaço'), ou proposições não corroboradas pela evidência. Encontramos em Popper e Acton clássicos exemplos de banalidades tomadas por regularidades constatáveis/leis. "Você não pode, sem aumentar a produtividade, aumentar a renda real da população trabalhadora" (POPPER, 1959, p. 282); e "O poder tende a corromper. E o poder absoluto corrompe absolutamente" (ACTON, 1887 Apud POPPER, 1957, p. 62).

No segundo caso, novamente uma situação tomada da *folk psychology*, não seria difícil encontrar exemplos contrários, como é o caso dos imperadores antoninos em Roma – como apontado por Donagan (1964, p. 15). No primeiro caso temos uma hipótese falsa, a não ser que a tornemos mais precisa: "Se a renda real da população trabalhadora for aumentada, assumindo o pleno emprego, que nenhum novo recurso natural seja descoberto e que a renda não possa ser obtida de fora, por exemplo, mendigando, pedindo emprestado ou roubar, então a produtividade deve ser aumentada." (loc. cit.) Nesse caso temos uma aplicação do princípio da conservação de energia, não se tratando novamente de uma explicação histórica, mas de limitações físicas que delimitam o âmbito da ação possível (parte importante de uma explicação histórica), mas não explicam por si as escolhas dos agentes.

- Leis advindas das ciências sociais

Não há consenso nas ciências sociais de que a função do sociólogo seja a enunciação de leis ou a identificação de regularidades. Essas, se existirem, terão apelo estatístico, recaiando na crítica já exposta de que regularidades estatísticas,

quando aplicadas a um indivíduo ou populações específicas, não satisfazem as teses de Hempel (dedutivismo nomológico e indutivismo probabilístico) que estabelecem e definem as leis de cobertura, tornando-se irrelevantes. Dito de outro modo, leis estatísticas não ‘explicam’ – segundo o modelo de Hempel – eventos individuais, apenas explicitam quais tipos de efeitos poderia ser esperados como mais frequentes.

É bem verdade que tanto as ciências sociais quanto a psicologia tenham fornecido aos historiadores elementos, teorias e generalidades, capazes de serem incorporados em explicações das ações humanas (especificando limites para a ação, ou identificando vieses e tendências, por exemplo). Todavia, não há qualquer lei sociológica que seja aceita pela comunidade científica como suficientemente corroborada. E falsas hipóteses sociológicas não podem ser usadas para demonstrar a possibilidade de explicações históricas verdadeiras a partir do modelo de Hempel. Assim como não resta claro por que o historiador deveria julgar ser possível a incorporação de um método de investigação tomado das ciências naturais, não resta claro por que a antropologia social deveria também fazer o mesmo, isto é, produzir declarações universais formalmente semelhantes às leis da natureza. A legitimidade da incorporação de tais leis ao repertório teórico do historiador se mostra ainda mais duvidosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face à singularidade dos eventos históricos e a dificuldade de encontrar semelhanças essenciais para classificar os eventos em tipos, explicações históricas resistem à generalização. Mas o modelo de Hempel requer referência a regularidades ou leis, ainda que estatísticas. De certa forma Aristóteles

já salientara que a poesia era mais ‘científica’ do que a história, porque a primeira permite universais, enquanto a segunda não (Poética IX, 1451b, p. 1-5). E a história trata do único: “Uma coisa é dizer que uma bola quebrou a janela (...); outra bem diferente é dizer que Mikhail Gorbachev causou o colapso do Império Soviético, pois houve apenas um Gorbachev e o Império Soviético caiu apenas uma vez” (TUCKER, 2011, p. 100).

Os historiadores acham difícil lidar com leis gerais e causalidade humana, isto é, compreendida como relação de regularidade entre tipos de eventos. Isso porque é difícil apresentar regularidades (ou leis) históricas. Incorporar leis oriundas de outras áreas do conhecimento, como anteriormente discutido, pouco ajuda a historiografia a explicar a conduta irregular e muitas vezes imprevisível dos agentes históricos. Tentativas de generalizações históricas parecem arbitrárias ou irremediavelmente vagas. A história trata de descrever o uno e irrepitível, e não tipos de eventos. Ou seja, os historiadores, quando se preocupam com relações causais, o fazem em termos de causalidade singular, e não em termos de regularidades e reivindicações universais.²

Ainda sobre a relutância (justificada) dos historiadores em assumir qualquer compromisso com leis e generalidades, vale revisitarmos um exemplo dado por Dray. Suponha que a tarefa historiográfica fosse explicar as causas da notável impopularidade do rei francês Luís XVI. Qualquer apelo a uma lei geral do tipo “governantes que seguem políticas prejudiciais aos interesses de seus súditos tornam-se impopulares” se mostraria impalatável (DRAY, 1957, p. 33). Isso porque sua generalidade poderia ser facilmente contestada; não é qualquer política prejudicial aos interesses dos súditos que tornaria o

² Isso significa também que uma teoria da causalidade singular se encaixaria melhor nas necessidades dos historiadores. A teoria da causalidade contrafactual de D. K. Lewis (1986a e 1986b) é uma candidata promissora, como argumentei em Maar (2016).

governante impopular. O que se pretende é descrever os contornos e sutilezas que tais políticas assumiram no caso particular de Luís XVI, suas nuances locais, que em conjunto com outros relatos e descrições igualmente peculiares poderiam dar conta de explicar sua impopularidade.

Segundo a argumentação de Dray, é precisamente por causa da forma peculiar que tais políticas assumem em um caso particular que elas podem ser usadas como parte de uma explicação. Todavia, o proponente da abordagem nomológica poderia retrucar que as leis podem ser mais precisas. Digamos que no caso francês a forma peculiar incluísse ainda “o envolvimento do país em guerras estrangeiras, a perseguição de minorias religiosas, a manutenção de um tribunal parasitário...” (loc. cit.). Ou seja, a partir de uma perspectiva lógica as objeções dos historiadores poderiam ser absorvidas, de modo que peculiaridades e contornos locais fossem contemplados pela forma da lei. Imagine que a expressão dessa lei agora seja: “governantes que envolvem seus países em tutelas estrangeiras, que perseguem minorias religiosas e que mantêm tribunais parasitários, tornam-se impopulares” (DRAY, 1957, p. 33-4).

Qualquer outra caracterização particular, ou fatores adicionais, poderiam ser igualmente absorvidos e acomodados em uma afirmação que permanece formalmente geral, mas atenta a uma multiplicidade de fatores. Ainda assim, podemos afirmar que a provisão de uma explicação da impopularidade das políticas do monarca de Bourbon não atentará tão somente às generalidades, mas a eventos particulares e únicos, como “ataques aos jansenistas” (DRAY, 1957: 37). Ou seja, o *explanans* nunca estará integralmente contido na formulação da lei. Assim, a expectativa de unitarismo metodológico dos naturalistas (bem como o formalismo epistêmico dos positivistas) vê-se irremediavelmente frustrada no caso da historiografia.

E caso os argumentos até aqui apresentados não se mostrem suficientes, considere o seguinte. O sentido de verdade de tais generalizações ou leis opera ao nível da descrição dos eventos, ou seja, como sendo eventos classificáveis, de um certo ‘tipo’. Assim, se afirmarmos que a causa b , estamos na verdade dizendo que existe uma descrição de a e de b segundo a qual a subsunção de a e b a uma lei geral é possível e, portanto, podemos explicar a ocorrência de b . E a condição de possibilidade para isso é que a seja um *token* do tipo A , e b seja um *token* do tipo B , de modo que a lei geral a que A e B estão subsumidos determine que ‘ As são causa de Bs ’.

Todavia, a relação entre a e b pode não ser adequada para a provisão de uma explicação causal nomológica – a relação pode ser expressa como simples dependência contrafactual, por exemplo, permanecendo agnóstica quanto à existência de leis. Além disso, o que sabemos de a e b pode também ser insuficiente para afirmarmos, de forma justificada, que a é um *token* de A , e b é um *token* de B – e a fórmula de Hempel requer tipificação. Isso não significa que tipos de eventos históricos não existam, mas frequentemente nos encontramos mal equipados para saber quais são os tipos, e fracassamos em dar-lhes uma descrição adequada. Assim, sem tipificação será inútil qualquer generalização como ‘ As causam Bs ’.

Isso não significa, certamente, que a terminologia causal deva ser abandonada. Afinal, uma teoria da causalidade singular que independa da identificação de leis e da tipificação dos eventos, e considere as relações de dependência locais, do tipo se a não tivesse ocorrido, b não teria ocorrido, mostra-se resiliente às críticas aqui expostas (MAAR, 2016). A relação pode ser também probabilística, se a não tivesse ocorrido, b , provavelmente, não teria ocorrido.

Sob uma perspectiva causal singular e contrafactual, a provisão de uma explicação consistiria tão somente em informar o interlocutor da história causal de um evento. E essa não é uma perspectiva necessariamente anti-naturalista, visto que também as ciências naturais podem, por vezes, adotar uma perspectiva singular e contrafactual da causalidade, segundo a qual a explicação de um evento presente se dá a partir do rastreamento de seus antecedentes, sem que qualquer proposição geral seja oferecida. Nesse sentido, a historiografia e a biologia evolutiva podem ter mais em comum do que se imagina (TUCKER, 2004 e 2011).

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **The Poetics of Aristotle**. Tradução de Butcher, S. H. London: Macmillan, 1895.

CARMO, J. (ed.). **A companion to naturalism**. Pelotas: Editora da UFPel, 2015.

COLLINGWOOD, R. G. **The Idea of History**. Oxford: University Press, 1946.

DONAGAN, A. Historical Explanation: The Popper-Hempel Theory Reconsidered. **History and Theory**, vol. 4, n. 1, p. 3-26, 1964.

DRAY, W. H. **Laws and Explanation in History**. Oxford: Oxford University Press, 1957.

DRAY, W. 'Explaining What' in History. *In*: GARDINER, P. (ed.) **Theories of History**. Glencoe: The Free Press, 1959.

DRAY, W. The Historical Explanation of Actions Reconsidered. *In*: HOOK S. (ed.) **Philosophy and History** New York: New York University Press, 1963.

HEMPEL, C. G. The Function of General Laws in History. *In*: GARDINER, P. (ed.) **Theories of History**. Glencoe: The Free Press, 1959.

HEMPEL, C. G. Deductive-Nomological vs. Statistical Explanation. *In*: FEIGL H. e MAXWELL, G. (eds.). **Minneapolis**: Minnesota Studies in the Philosophy of Science, 1962.

HEMPEL, C. G. Explanation and Prediction. *In*: BAUMRIN B. (ed.), **Philosophy of Science: the Delaware Seminar**, Vol. I. New York: Interscience Publishers, 1963a.

HEMPEL, C. G. Reasons and Covering Laws in Historical Explanation. *In*: HOOK S. (ed.), **Philosophy and History**. New York: New York University Press, 1963b.

LAMBERTH, D. Pragmatism and naturalism: an inevitable conjunction? *Disputatio*, n. 2, p. 76-100, 2001.

LEWIS, D. K. Causation. *In*: **Philosophical Papers**. Vol. II. Oxford: University Press, 1986a.

LEWIS, D. K. Causal Explanation. *In*: **Philosophical Papers**. Vol. II. Oxford: University Press, 1986b.

MAAR, A. Applying D. K. Lewis's counterfactual theory of causation to the philosophy of historiography. **Journal of the Philosophy of History**, v.10, n. 3, p. 349-369, 2016.

MILKOV, N. Carl Hempel: Whose Philosopher? *In*: MILKOV, N.; PECKHAUS, V. (eds.). **The Berlin Group and the Philosophy of Logical Empiricism**. Boston Studies in the Philosophy and History of Science. Dordrecht: Springer, 2013.

PAPINEAU, D. Naturalism. *In*: ZALTA, E. N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2021. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2021/entries/naturalism/>. Acesso em: 23 de novembro de 2022.

POPPER, K. **The Poverty of Historicism**. London: Rou, 1957.

POPPER, K. Prediction and Prophecy in the Social Sciences. *In*: GARDINER, P. (ed.). **Theories of History Glencoe**: The Free Press, 1959.

TUCKER, A. **Our Knowledge of the Past: A Philosophy of Historiography**. Cambridge (UK): University Press, 2004.

TUCKER, A. Causation in History. *In*: **A Companionship to the Philosophy of History and Historiography**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2011.

SOBRE OS AUTORES



ALBERTO FLAVIO FURTADO DE LIMA, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (PPHIST/ TURMA 2022). E-mail: flaviofurtado2003@yahoo.com.br.

ALEXANDER WELLER MAAR, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Departamento de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Extensão, Itaituba, PA, Brasil.

CÁSSIA NATANIE PEGUIM, doutora em História/UNESP. Pós-doutoranda em Ciências Humanas / EESC – USP. E-mail: cassianatanie@gmail.com. A pesquisa que deu origem a este texto foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação História e Sociedade, da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Assis. Processo FAPESP 13/21385-8.

DAVID DURVAL JESUS VIEIRA, Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: david.vieira@ifpa.edu.br.

ELY BERGO DE CARVALHO, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: elycarvalho@ufmg.br.

FRANCIANE GAMA LACERDA, Universidade Federal do Pará – Faculdade de História (Belém-PA) fgl@ufpa.br.

IANE MARIA DA SILVA BATISTA, doutora em História Social da Amazônia e Docente do Curso de Arquivologia (UFPA).

LEILA MOURÃO MIRANDA, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil. leilamiranda.mourao@gmail.com (<https://orcid.org/0000-0002-5273-1900>).

LIZANDRA COSTA DA SILVA, graduanda no 4º período do curso de Licenciatura Plena em História na Universidade do Estado do Pará. Lizandra178@hotmail.com.

LUIZ FELIPE FARIAS DOS SANTOS, graduando em Licenciatura em História/ UEPA. Bolsista PIBIC/CNPq/MPEG. Orientador: Nelson Rodrigues Sanjad (MPEG/MCTI). Coorientadora: Lilian Bayma de Amorim (MPEG/MCTI). E-mail: luiz.farias8974@gmail.com.

MAURÍCIO JOSÉ QUARESMA SILVA, graduando em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). E-mail: mauriciosilva1881@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5623210266086964>.

MOISÉS ALVES DE SOUSA, Mestrando no Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia-PPGHIST/UFPA.

SANDRA MELISSA MORAES FONSECA, graduanda no 5º período do curso de Licenciatura Plena em História na Universidade do Estado do Pará. Sandrammfonseca6@gmail.com.



[2023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
cabanaeditora@gmail.com
www.editoracabana.com

